UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Juliana Gouveia Alves da Silva

“PRA ONDE TU VAI, MARIA? VOU PRA FEIRA DA SULANCA!”:
um estudo sobre o trabalho feminino na Feira da Sulanca de Caruaru-PE

Recife
2016

JULIANA GOUVEIA ALVES DA SILVA

“PRA ONDE TU VAI, MARIA? VOU PRA FEIRA DA SULANCA!”:

um estudo sobre o trabalho feminino na Feira da Sulanca de Caruaru-PE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Centro de Artes e Comunicação, da Universidade Federal de Pernambuco, como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profª Drª Ana Maria de Barros.
Coorientador: Prof. Dr. Marcelo Henrique G. de Miranda

Recife
2016

Catalogação na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

S586p Silva, Juliana Gouveia Alves da
Pra onde tu vai Maria? Vou pra feira da sulanca! Um estudo sobre o trabalho feminino na Feira da Sulanca de Caruaru – PE / Juliana Gouveia Alves da Silva. – 2016.
180 f.: il.

Orientadora: Ana Maria de Barros.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Direitos Humanos, 2016.

Inclui referências e anexos.

1. Direitos Humanos. 2. Mulheres. 3. Trabalho informal. 4. Feiras livres. 5. Ambiente de trabalho. 6. Trabalho – aspectos sociais. I. Barros, Ana Maria de (Orientadora). II. Titulo.

341.48 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2016-123)

JULIANA GOUVEIA ALVES DA SILVA

PRA ONDE TU VAI, MARIA? VOU PRA FEIRA DA SULANCA! UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO FEMININO NA FEIRA DA SULANCA DE CARUARU-PE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial a obtenção do Grau de Mestre. Em Direitos Humanos, em 26/02/2016

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:

Prof Drª Ana Maria de Barros

Orientadora – PPGDH - UFPE

Profª Drª. Maria Betânia do Nascimento Santiago

PPGDH - UFPE

Profª Drª Tâmia Maria Goretti Donato Bazante

PPG em Educação em Ciências e Matemática/CAA - UFPE

Recife

2016

Às Marias Mulheres Trabalhadoras, que resistiram e resistem cotidianamente, dentre elas as Marias Mulheres da minha vida, especialmente as Gouveias; ao meu filho, por quem busco aprender cotidianamente a imensidão do amor, a elas e a ele dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Para sobreviver o ser humano precisa da companhia de outros da mesma espécie, para se desenvolver é necessário que esteja em sociedade. Assim, nunca fazemos nada sozinhos. Seja em pares com os da mesma espécie, em equipe unidos por um objetivo ou em grupos por um ideal. Questões materiais, epistemológicas, espirituais, entre outras, nos unem. Buscando a união, agradeço:

Ao amigo-Deus, pelo encontro com o que vai além dos olhos.

Aos amigos-colegas de turma, com quem compartilhei momentos de aprendizagem, esperança e desesperança, dúvida e certezas, dentre os quais encontro até familiares, os Três Mosqueteiros (mesmo não sendo rainha, tive o prazer de ser acolhida por três gentis cavalheiros: Adrielmo Moura, Frederico Oliveira e Marco Aurélio), pelos momentos vivenciados desde o encontro pós-aprovação até esses dias. No entanto, como no romance não são três e sim quatro Mosqueteiros, agradeço a Edvaldo Pedro, pela grata surpresa que representa em minha vida e pela contribuição às leituras.

Aos amigos do projeto Cultura Valorização da Vida, por vivenciarmos a luta em prol da garantia de Direitos Humanos e por terem vivenciado a luta pela aprovação e festejarem o resultado, tanto a equipe de Recife quanto a de Caruaru, aqui representados por Oscar Bazantts e Roberto Gercino.

À equipe dos amigos-trabalhadores do Mestrado em Direitos Humanos, Karla, Maura e Clarissa, ao corpo docente, em especial a Profa. Dra. Celma Tavares, Prof. Dr. De La Mora, a coordenação do curso e a Profa. Dra. Virgínia. Por vivenciar a educação em Direitos Humanos, desde a acolhida no programa até o diálogo fonte de aprendizagem constante, a conduta ética, respeitosa, transparente, amiga mostrou que me encontrava no caminho certo. Aprendi muito com vocês.

Aos amigos-mestres pelo exemplo, aos professores pela possibilidade. Assim agradeço a Arnaldo Dantas, Kalliane Rocha, Parry Scott e aos professores que contribuíram ao longo da minha trajetória de formação.

Aos amigos-orientadores: não poderia ter um, teria que ser dois. A Marcelo Miranda pelo respeito, cordialidade, profissionalismo e paciência. À Ana Maria de Barros pela força, incentivo, determinação, sororidade e principalmente por não desistir quando as minhas forças faltaram e não acreditava mais.

Ao tripé ao qual pertenço (como os ideais da Revolução Francesa faço parte de um), formado por minha amiga-mãe e minha irmã-amiga, que foram e são apoio, sustentação,

exemplo, refúgio, berço, família, além de exemplo de honestidade, caráter, força e integridade. Vocês são demais!

À minha amiga-avó pela coragem, garra, perseverança com que encarou e encara a vida, por ser uma mulher entre tantas que não se dobraram ao patriarcalismo, ao machismo, à opressão de classe, por ter erguido sua vida com o trabalho, afirmando em seu exemplo que a mulher pode. Minha admiração, meu amor e meu orgulho de ser sua neta.

Aos amigos da equipe da Licenciatura Intercultural Indígena, desde os estudantes, as monitoras e a coordenação, meu agradecimento sem distinção. Aprendi nessa equipe desde quando exercia a monitoria até a docência. A generosidade de professores como Ana Duarte, Betânia Santiago e Alexandre Viana é um exemplo que carregarei para a vida.

Aos amigos da vida, Julienny Mary, Thiago Sá e suas respectivas famílias, pela construção de uma amizade que ultrapassou o muro da individualidade e estendeu o amor-amigo aos que participam de nossas vidas. Às amigas Jociela Moraes e Edite Vital pelo companheirismo e acolhimento. Aos amigos Maylsson Ricardo e Maria Antônia pela adorável descoberta que a igualdade possibilita.

Ao amigo-poeta Valdir Santos pela doçura em ceder sua poesia cantada, autorizando que se tornasse o título desse trabalho, que retrata o cotidiano do trabalho das mulheres sulanqueiras para “abrilhantar” esse estudo.

À amiga-banca de qualificação, composta por Ana Maria Duarte e Betânia Santiago, pelo respeito frente às limitações da pesquisadora e pelas importantes contribuições para esse trabalho.

Às amigas-feirantes por proporcionarem a execução da pesquisa. E a todas aquelas amigas-pessoas que contribuíram de algum modo para esta caminhada e este estudo.

A CAPES, pelo financiamento estudantil.

Por fim, ao meu filho, por existir. Sua presença contribui para a experiência de amar sem prender, sem sufocar, um amor que contribui para a emancipação, para o voo na vida. Espero ser um bom exemplo de amiga-mulher-cidadã para você.

RESUMO

Compreender o universo do trabalho feminino das feirantes da Sulanca na cidade de Caruaru e seu papel no desenvolvimento do Agreste de Pernambuco foi o caminho traçado nesta pesquisa. A feira da Sulanca está ligada ao polo de confecções do Agreste e a cidade de Caruaru está inserida nesse polo de desenvolvimento regional. O foco da pesquisa é o papel das mulheres que atuam na feira desempenhando ações fundamentais para a atividade econômica. As mulheres atuam em todas as áreas no processo produtivo, desde a transformação da matéria-prima à comercialização dos produtos. O estudo busca trazer visibilidade ao trabalho, observando em que medida este trabalho contribui para a afirmação dos Direitos Humanos das mulheres feirantes. A pesquisa foi realizada numa perspectiva histórico-estrutural, parte dos trabalhos nas feiras no âmbito da história da humanidade, percorre seu desenvolvimento ao longo da trajetória do capitalismo e relaciona o trabalho na feira à informalidade, precariedade e baixa rede de proteção social em que atuam as mulheres feirantes da Feira da Sulanca de Caruaru. A pesquisa tem como objetivo geral compreender o trabalho feminino na feira da Sulanca de Caruaru e sua relação com a afirmação dos Direitos Humanos; e, como objetivos específicos, analisar as condições de trabalho das mulheres na Feira da Sulanca de Caruaru; verificar a relação entre trabalho feminino e a aplicabilidade dos Direitos Humanos e identificar como as mulheres feirantes observam o cotidiano do trabalho que desempenham na feira da Sulanca. O estudo foi realizado a partir da pesquisa qualitativa com os seguintes instrumentos de coleta de dados: entrevista semiestruturada, história de vida e a análise dos dados a partir da análise de conteúdo. O referencial teórico do trabalho se sustenta em autores como: MARX (1996, 2010), PERROT (2012), SAFIOTTI (2004). Como resultados, identificamos mulheres que são provedoras do sustento de suas famílias, a presença de mulheres em situações de extrema vulnerabilidade e precariedade na feira, baixa rede de proteção social, pequena participação das mulheres feirantes em espaços de poder e decisão nas organizações e sindicatos, além de inúmeras violações aos seus direitos essenciais que limitam sua afirmação de direitos e emancipação.

Palavras-chave: Trabalho. Trabalho Feminino. Direitos Humanos**.**

ABSTRACT

Understanding the universe of women's work of the fairground Sulanca in Caruaru city and its role in development of the Agreste of Pernambuco was the path marked out for this search. The Sulanca fair is connected to the rugged clothing polo and the city of Caruaru is part of this regional development center. The focus of research is the role of women working in fair playing key actions for economic activity. The women working in all areas of the production process, from the transformation of raw materials to product marketing. The study seeks to bring visibility to the work, noting the extent to which this work contributes to the affirmation of Human Rights of fairground women. The survey was conducted a historical- structural perspective, part of the work at fairs in history along the capitalist path and related work at the fair informality , precarious and low social safety net where they operate the fairground women Fair Sulanca Caruaru. The research aims to: General: understanding women's work in the Caruaru's Sulanca fair and their relationship with the affirmation of Human Rights and specific objectives: to analyze the working conditions of women in Sulanca fair of Caruaru-PE; to verify the relationship between women's work and the applicability of Human Rights and identify how women stallholders observe the daily work they perform in Sulanca fair in Pernambuco's Agreste. The survey was conducted from qualitative research with the following data collection instruments: semi-structured interviews, life story and analysis of data from the content analysis. The theoretical work of reference is based on authors such as Marx (1996, 2010), PERROT (2012), SAFIOTTI (2004). As a result, we identified women who are the providers for their families, the presence of women in extremely vulnerable and precarious situations at the fair, poor social safety net, small share of the fairground women in positions of power and decision-making in organizations and unions, numerous violations of their basic rights that limit their claim rights and emancipation.

Keywords: Work. Women’s Work. Human Rights.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FUNDAC	Fundação da criança e do adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDRC	Centro Internacional de Desenvolvimento e Pesquisa do Canadá
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PIB per capita	PIB dividido pela população
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REDEH	Rede de Desenvolvimento Humano
SOS Corpo	Instituto Feminista para a Democracia
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1.	**INTRODUÇÃO**	12
2.	**CAMINHO PERCORRIDO: PERCURSO METODOLÓGICO**	24
2.1	**Conhecendo o palco de estudo**	26
2.1.1	Descrição do Palco	27
2.2	**Angariando os dados**	28
2.3	**Sujeitos da Pesquisa**	30
2.4	**Tratamento dos dados**	32
2.5	**Aspectos éticos**	33
3.	**A CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO PARA A SOCIEDADE: UM VIÉS HISTÓRICO**	35
3.1	**A constituição do ser humano por meio do trabalho**	35
3.2	**Trabalho e Capitalismo**	38
3.3	**Trabalho: mudanças no século XX**	43
3.4	**Trabalho feminino e industrialização no Brasil**	45
3.5	**A mulher, o trabalho, novas relações e papéis sociais**	49
4.	**A MULHER NO TRABALHO: AFIRMAÇÃO E VIOLAÇÃO DE DIREITOS**	53
4.1	**História das Mulheres**	53
4.2	**Da História das Mulheres ao debate Gênero**	57
4.3	**Mulheres e contexto social**	61
4.4	**Trabalho Feminino e Direitos Humanos**	65
4.5	**Caminhando rumo à garantia de direitos**	69
5.	**A MULHER, O TRABALHO E A FEIRA: ALGUMAS REFLEXÕES**	77
5.1	**Mulher, uma construção social**	77
5.2	**Trabalho feminino na atualidade: Flexibilização e precarização**	82

5.3 **Precarização do Trabalho Feminino no contexto da sociedade Brasileira** 86

5.4 **As Feiras, o mundo do trabalho** 90

5.5 **Caruaru: Uma cidade onde a sua história e a história de sua feira se misturam** 91

5.6 **Cenário das mulheres no mercado informal** 96

5.7 **Um retrato da realidade do trabalho feminino na feira da Sulanca de Caruaru** 101

5.7.1 Primeira categoria: Trabalho 109

5.7.2 Segunda categoria: Trabalho Feminino 117

5.7.3 Terceira categoria: Direitos Humanos 128

5.7.4 Um trabalho, uma Maria, várias Marias e suas histórias de Vida 142

6. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 152

REFERÊNCIAS 158

ANEXOS 167

ANEXO I – Música: Maria Sulanqueira 168

ANEXO II – Música: A Feira de Caruaru 169

ANEXO III – Música: Feira de Mangaió 170

ANEXO IV – Pesquisa IBGE 171

ANEXO V – Roteiro de Entrevista 172

ANEXO VI – Termo De Compromisso E Confidencialidade 175

ANEXO VII – Termo De Consentimento Livre E Esclarecido 176

ANEXO VIII – Solicitação De Dispensa De Carta De Anuência 179

1 INTRODUÇÃO

"Pra onde tu vai, Maria? Vou pra feira da Sulanca": esse trecho é parte de uma música do artista caruaruense Valdir Santos e nomeia o nosso trabalho que se ancora na vida de muitas mulheres que, como eu, possivelmente você ou alguma mulher que conheça, enfrentam o cotidiano do trabalho, numa dura realidade marcada por preconceito e discriminações e, em muitos casos, pelas condições precárias para as trabalhadoras. Essas mulheres vivenciam salários inferiores e, para trabalharem, deixam e/ou levam consigo filhos, dores, abandonos e esperanças. Essa Maria, dentre tantas Marias marcadas pela história, é a Maria da luta, do enfrentamento, da busca pela subsistência, da realidade dura e por vezes sem perspectivas futuras a não ser garantir o pão de cada dia. Mas, essa Maria representa para nós a continuidade, a persistência, a superação da realidade que a pobreza e a falta de oportunidade impõem às mulheres e que o trabalho, algumas vezes, contribui para modificar.

A luta pela igualdade de oportunidades no mundo do trabalho tem sido uma tônica das lutas das mulheres pelos espaços de conquista de autonomia. A nossa pesquisa tem como centro da discussão o mundo do trabalho das mulheres feirantes, que perpassa a relação entre trabalho feminino e Direitos Humanos. Nessa seara de relações, as mulheres travam batalhas com lutas e conquistas (mas também retrocessos) nos embates por reconhecimento, efetivação de direitos, respeito pela sua dignidade, pelo seu lugar no mundo.

A escolha do tema Trabalho Feminino na Feira da Sulanca de Caruaru parte da análise e da observação da sociedade na qual nos inserimos no Agreste de Pernambuco. Parte também da experiência que vivenciamos como feirante. Desde a infância participamos desse trabalho e, como tantas Marias, vivenciamos a rotina da produção de mercadorias, o transporte e a comercialização dos produtos. Afastamo-nos do trabalho na feira da Sulanca em 2005, e a partir de 2008 essa temática, que nos despertava inúmeras inquietações, tornou-se fonte de nossas preocupações acadêmicas, pois analisamos a invisibilidade desse trabalho na monografia de especialização *lato-sensu* na FAFICA[1].

O trabalho feminino ligado ao modo de produção capitalista recrutou a mulher da vida doméstica para o mundo do trabalho, tornou-a mais vulnerável, em condições de dominação de gênero e classe, mas também contribuiu para significativas mudanças nas relações sociais.

[1] Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru. A monografia tem como título: *Feira de mulheres*: um estudo sobre o papel desenvolvido pelas mulheres na feira da sulanca de Caruaru-PE. (Caruaru, 2009)

Se por um lado é marcado por desigualdades, por outro é marcado por processos de emancipações. A presença feminina no mundo do trabalho remunerado modificou a relação do trabalho, antes uma prerrogativa masculina e patriarcal. Porém, o fato de mulheres entrarem no mercado de trabalho não significou romper com relações de violação, de patriarcado ou mesmo a possibilidade de autonomia feminina de forma generalizada. A maior parte das mulheres, mesmo atuando no mercado de trabalho, tendo a experiência do trabalho remunerado, foi mantida em condições de submissão ao poder exercido pelo homem.

Decerto, o trabalho feminino remunerado foi uma forma de quebrar amarras impostas por relações sociais, construídas ao longo da história. Contudo, apesar dos inúmeros avanços que nos trouxeram até aqui, um número imenso de mulheres ainda enfrenta barreiras e preconceitos, e, mesmo exercendo cargos de chefia, ainda recebem menos que os homens por trabalho semelhante. Essa realidade de discrepância salarial pela mesma função é inclusive combatida em legislação internacional[2] que visa à garantia da dignidade humana para todos os povos, uma legislação que se aproxima da agenda de luta feminista, a qual compreende que a manutenção dessas desigualdades reduz a condição humana da mulher.

Nesse caso, a temática específica da condição de trabalho da mulher é marcada por inúmeras situações de vulnerabilidade social, justificadas por distintas questões sociais que são demarcadoras de violações dos direitos da mulher no trabalho, tais como: um maior índice de desemprego, condições precárias de trabalho, assédio moral, violência doméstica, exploração sexual, tráfico de pessoas, entre outras violações que atingem em maior proporção as mulheres, como exposto no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Brasília, 2008). É possível afirmar que esses fatos ocorrem em maior número entre as mulheres das camadas populares, por encontrarem dificuldade de acesso às redes de proteção social, tornando-se mais vulneráveis socialmente. Esse quadro exposto revela que o trabalho da mulher está ligado às relações de classe e gênero, e as violações de direitos as insere na problemática do campo dos Direitos Humanos, inerentes à condição de trabalho feminino.

Especificamente, o trabalho da mulher feirante possibilita a sustentação de uma rede de negociação na qual a feira de Caruaru está engendrada. Esta rede pode ser compreendida tendo como base a produção têxtil (comercialização de roupas, produtos para cama, mesa e

[2] Neste sentido, nos baseamos na Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH, que aborda aspectos relacionados ao trabalho do artigo XXII ao XXV e especificamente no artigo XXIII, Inciso 2, onde afirma que: "*Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho*."

banho), além da comercialização de alimentos e prestação de serviços. Nesse circuito, encontramos desde os "fretistas" (carroceiros) que carregam as mercadorias no espaço do Parque 18 de Maio (local onde acontece a feira de Caruaru) para os compradores e vendedores, ambulantes de ambos os gêneros que comercializam em carroças ou com mercadorias presas ao corpo, vendedoras e vendedores nos bancos fixos, além de fiscais da Prefeitura Municipal de Caruaru que coletam semanalmente as taxas de utilização do solo e de iluminação.

As feirantes são essenciais para o desenvolvimento sociorregional e para a organização e a proteção da família. No agreste este trabalho feminino faz com que um grande número de mulheres seja responsável pelo sustento, pela manutenção dos vínculos familiares, bem como pela chefia da casa, e são arrimos de suas famílias; são mulheres casadas, divorciadas, separadas, mães solteiras, jovens, empreendedoras que fazem da feira da Sulanca seu local de trabalho, sonho de superação da pobreza ou do desemprego.

A cidade de Caruaru, onde se situa a feira da Sulanca, está localizada no Agreste Pernambucano, faz parte do polo têxtil de confecções de Pernambuco em conjunto com algumas cidades circunvizinhas (Santa Cruz do Capibaribe e Toritama). Juntas constituem o triângulo da produção regional de polo comercial de confecções, que são importantes para o desenvolvimento regional, pois são áreas de interesse de investimento. Circulam nessas áreas comerciantes e vendedores do Norte e Nordeste que comercializam seus produtos em variadas partes do país.

O parque 18 de Maio, onde semanalmente ocorre a feira da Sulanca, está localizado no centro da cidade de Caruaru, na Rua Rui Limeira Rosal, e possui outras feiras além da Sulanca, com dinâmicas diferentes. Destacamos: a feira de Ervas; de Sapato; de Alumínio; de Artesanato; e do Paraguai[3]. É um espaço comercial de importância econômica singular para o município de Caruaru, onde comercializam seus produtos feirantes de características distintas e de discrepância econômica, de diferentes orientações sexuais, etnias/raça, naturalidades e níveis de escolarização.

Vale salientar que, nesse cenário de tanta complexidade que envolve a mulher, a feira e seus direitos, vem ocorrendo a discussão sobre a transferência da feira da Sulanca para outro

[3] A feira do Paraguai é assim conhecida por comercializar produtos importados a princípio vindos do Paraguai, mas na atualidade cresce a comercialização de produtos vindos da China.

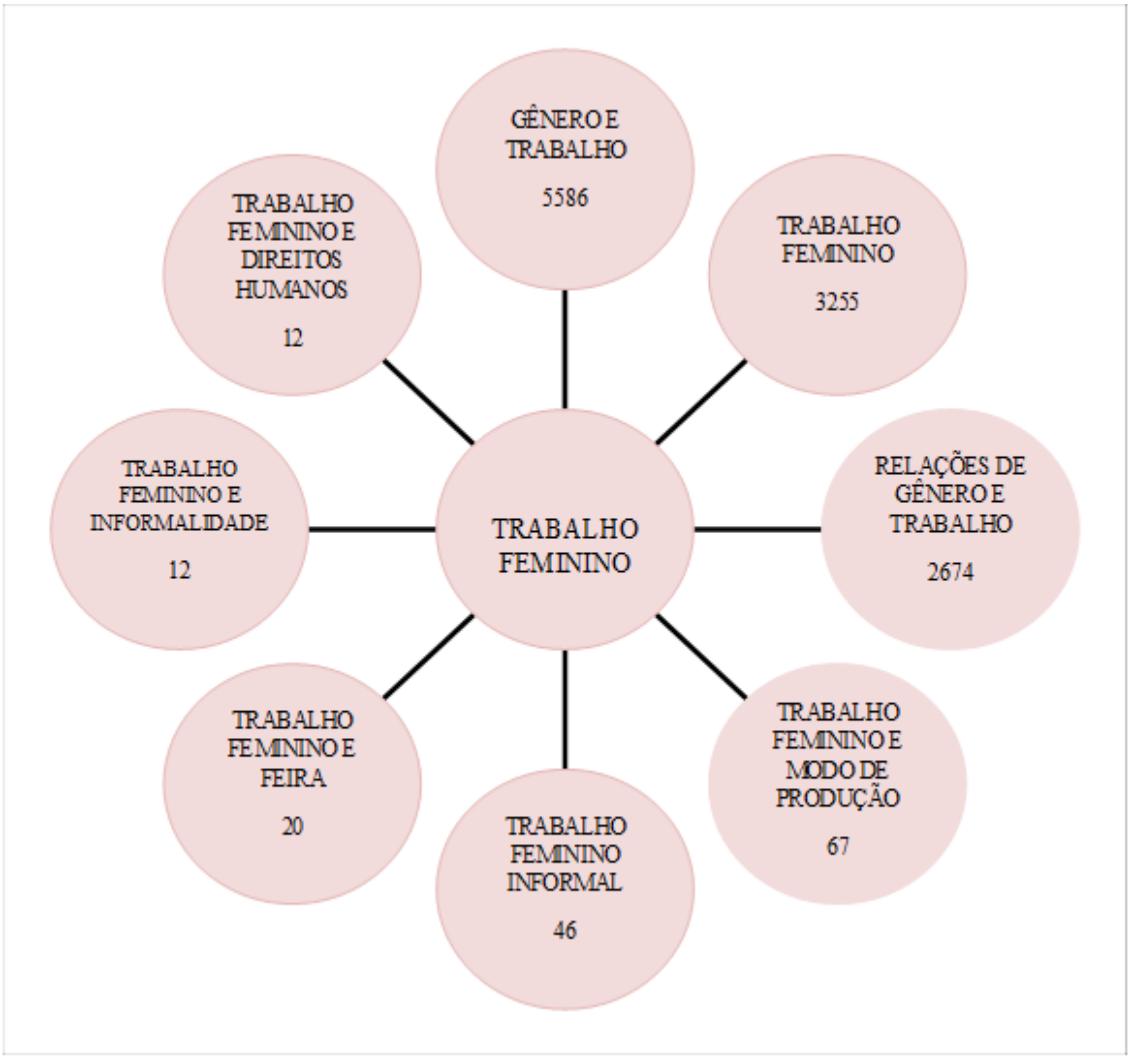
espaço em Caruaru[4]. É uma discussão importante em função da dimensão econômica da feira, pois nos dias de sua ocorrência a mobilidade urbana fica comprometida, o que segundo o poder público tem reduzido a atração de compradores para a cidade, que se deslocam para outros centros de compra considerados mais organizados, como Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

Com o intuito de compreender o trabalho feminino em pesquisas atuais é que iniciamos um levantamento bibliográfico sobre o tema. Encontramos dissertações e teses no BNTD (Banco Nacional de Teses e Dissertações) com ênfase nos temas: Trabalho feminino, Mercado de Trabalho, Gênero; ligados a modo de produção, informalidade e feira. Nesse sentido, vários olhares relacionados à temática foram encontrados, desde trabalho doméstico, cuidadoras, cargos de chefia, assédio moral e agricultura familiar nas profissões como: agente de saúde, enfermagem, professora, ambulantes e outros, relacionados com feiras. A quantidade de estudos referentes à temática da mulher e o trabalho é significativa, como veremos no quadro abaixo apontando o tema pesquisado e a quantidade de trabalhos encontrados.

No organograma a seguir, apresentamos o tema que pesquisamos e abaixo de cada tema a quantidade de trabalho que foi encontrado. Esse quadro sinaliza a importância do levantamento bibliográfico, ou seja, de como outros pesquisadores, em outros centros como a UFPB, USP e UNICAMP, e os nossos da UFPE, vêm desenvolvendo os estudos e quais os tratamentos teórico-metodológicos vêm subsidiando as discussões. Mas também serve como forma de justificar a relevância de nossa proposta no atual cenário do debate dos Direitos Humanos, no qual as mulheres protagonizam muitos trabalhos, seja como objeto de estudo de pesquisas de gênero, seja no campo da luta por direitos e inclusão social. O quadro tem no centro o aspecto principal que procuramos, “trabalho feminino”, que está circundado pelas temáticas relacionadas:

[4] O projeto para a mudança da Feira da Sulanca foi aprovado pelo legislativo da cidade no dia 30 de julho de 2015. O projeto aprovado propiciará uma estrutura de boxes e lojas e prioriza os feirantes cadastrados e que tenham bancos na feira da Sulanca. Nesse sentido, uma grande quantidade de feirantes que comercializam seus produtos de maneira ambulante e que não são cadastrados na Prefeitura não serão contemplados, ficando excluídos da condição de feirantes.

Figura 1 - Organograma de relação entre os temas pesquisados e a quantidade de estudos encontrada.



Fonte: elaborado pela autora.

A partir do quadro acima analisamos que os estudos são principalmente voltados para as questões que envolvem a mulher e o mercado de trabalho. Em sentido horário, as temáticas que discutem as questões de gênero e trabalho, o próprio trabalho feminino e as relações de gênero e trabalho apresentam uma quantidade importante de estudos, pois apontam para as ocupações ditas como “femininas”, voltadas para a educação e para o cuidado, tais como professoras, enfermeiras e cuidadoras.

Quando a pesquisa volta-se para as questões da informalidade, do trabalho informal, da relação do trabalho com Direitos Humanos e em ambientes de feira, a diferença na quantidade de estudos é notável. O estudo do trabalho feminino nas feiras é insuficiente, na medida em que localizados 5586 trabalhos e, deste número, apenas 12 dos estudos tinham como temática o trabalho feminino e Direitos Humanos. Foram localizados e relacionados

com trabalho feminino em ambientes de feira 20 estudos. Em relação ao polo do Agreste não encontramos nenhum estudo com relação ao trabalho feminino, os estudos encontrados retratam as questões econômicas, como gestão de pequenas empresas, microcrédito e, com relação à feira da Sulanca, um estudo com migrantes, voltado porém para o bairro do Brás em São Paulo. Os números apesentados demonstram a importância do estudo que realizamos. A inexistência de trabalhos acadêmicos revelou a invisibilidade da mulher feirante nas pesquisas levantadas, elemento que justifica a função social desta pesquisa.

Nesse sentido, afirmamos a necessidade de estudos como este, justificado em razão da baixa produção acadêmica se comparada a outros temas que envolvem a mulher, como também o fato de, no Brasil, as feiras ainda fazerem parte do comércio local de praticamente todas as cidades do Nordeste, como apresenta Dantas Galvino (2008), e por serem essenciais ao desenvolvimento da economia local e regional.

A insuficiência de pesquisas em relação ao trabalho informal das mulheres em feira aponta para a originalidade da questão de pesquisa que estudamos, pois a problemática e seu aporte contribuem para o debate sobre os Direitos Humanos das mulheres feirantes.

Levantamos os estudos produzidos junto às seguintes universidades: UFPE, UFPB, USP e UNICAMP, que são centros que estudam Direitos Humanos e possuem grupos de pesquisa importantes na área, mesmo que as pesquisas relacionadas não apresentem as discussões em Direitos Humanos e sim em áreas diversas, mas que também dialogam com os direitos fundamentais e os Direitos Humanos. Selecionamos as abordagens a partir das publicações feitas entre os anos de 2009 e 2014; esse recorte temporal foi escolhido em função do avanço das políticas públicas voltadas para as mulheres[5] nos dois últimos governos federais. Os estudos encontrados abordaram a temática da pobreza, da juventude, acidentes de trabalho, trabalho doméstico, mas o que mais chamou a nossa atenção foram estudos

[5] O foco do nosso estudo não tem como tema politicas públicas, no entanto ressaltamos as ações do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM, que foi organizado com base nas conferências, desde âmbito municipal até federal. O primeiro plano foi elaborado em 2004 e, entre os temas, a autonomia, trabalho e cidadania das mulheres estavam englobados. Em 2007 o objetivo do plano em sua segunda versão foi a ampliação das ações, entre os intuitos a discussão sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, além da inclusão social, direito à terra, moradia digna, enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia como também o enfrentamento às desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas faziam parte do leque de ações para as mulheres. O segundo plano desponta para a afirmação do compromisso do governo frente às desigualdades, e ainda a busca da articulação das ações do PNPM com o plano plurianual buscando o envolvimento de todos os setores que buscam a promoção da igualdade de gênero e da autonomia das mulheres, o que para nós justifica a demarcação do nosso recorte temporal.

relacionados às questões de produção têxtil como *facção*[6]: costura, feira livre e chefia feminina, questões voltadas para a região Nordeste e que são também comuns ao polo de confecção do agreste de Pernambuco.

Em um recorte mais específico, optamos por cinco pesquisas. O critério de escolha foi pelo diálogo com o nosso estudo. As pesquisas selecionadas apresentam questões referentes à confecção de roupas, às feiras e sua composição e organização, ao trabalho feminino, à informalidade e garantias do trabalho feminino a exemplo da contribuição ao INSS. Abaixo fizemos uma breve apresentação dos trabalhos mais próximos da temática que estudamos:

• Lima (2009). **As faces da subcontratação do trabalho: um estudo com trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte e região**. Tese de doutoramento submetida à pós-graduação de Economia da Unicamp, que estuda a subcontratação das mulheres e proliferação da subcontratação no ramo da confecção, de modo similar com o que ocorre no agreste de Pernambuco, ressalta a aglomeração desse meio de produção têxtil na produção de jeans e roupas femininas no processo de rearranjo produtivo e de precarização do trabalho feminino. Como instrumento de coleta de dados foram aplicados 360 questionários e 5 entrevistas semiestruturadas caracterizando como uma pesquisa quantitativa e qualitativa. Como resultados, a pesquisa apontou o crescimento do trabalho precário e da exploração funcional do trabalho para as trabalhadoras nos espaços estudados. Foram também identificados processos de subcontratação que ressaltaram a precariedade e a ilegalidade nas relações de trabalho e nas garantias de direitos. Por outro lado, esse arranjo produtivo intensificou a produção, abriu novas frentes de emprego, e por outro lado, a precarização das relações de trabalho e as ilegalidades nas formas de contratação são um elemento central das violações dos direitos das mulheres trabalhadoras. Nesse sentido, este estudo contribuiu para a discussão sobre a condição de trabalho em ambientes de subcontratação.

• Silva (2012). **Educação e trabalho feminino no Estado de São Paulo (1940-1960)**. Dissertação de mestrado da pós-graduação em Economia da Unicamp que busca entender o trabalho feminino frente ao processo de modernização e a busca feminina por emancipação baseando-se na relação educação e trabalho. Esta pesquisa baseou-se

[6] Locais em que é prestado o serviço de costurar peças, geralmente utilizados para a confecção de roupas e especificamente de peças em jeans. O faccionista contrata costureiras/os e não produz a peça para sua comercialização e sim para terceiros.

no materialismo histórico, buscando distinguir as relações de poder entre os sexos. Entre as conclusões da pesquisa está que a emancipação de uma pessoa é impossível sem a independência financeira e que a inserção no mercado de trabalho não necessariamente indica igualdade e garantia de direitos. Outra informação relevante é a relação entre formação profissional e melhoria na condição de trabalho para as mulheres e que a mais-valia discutida por Marx era mais empregada no trabalho feminino, em função das mulheres estarem mais expostas ao trabalho precário e sem garantia de direitos. Os dados são baseados nos Censos Demográficos organizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dos anos 1940, 1950 e 1960, como também em dados fornecidos pela Universidade de São Paulo, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Ordem dos Advogados (seção São Paulo) e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do estado de São Paulo. Este estudo contribui de forma significativa para pensar a mulher e o trabalho na atualidade, dialoga com nosso objeto de estudo por trabalhar com relações permeadas pelo poder e a dominação patriarcal que se estendem do mundo privado da casa e da família para o mundo do trabalho.

• Santos (2010). **A construção social da identidade de jovens na feira livre de Simão Dias**. Dissertação de mestrado apresentada à pós-graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, discutindo as questões de gênero, desemprego e o trabalho informal. Este trabalho no ambiente da feira estudada aparece como complementação de renda doméstica para a maior parte dos jovens que são os sujeitos da pesquisa. Outro aspecto relevante que é possível recortar no trabalho é a questão da exclusão social descrita tendo como exemplo a limitação da atuação cidadã das mulheres em participar das decisões referentes à feira, sua organização, seu destino. A atuação política delas é reduzida ao espaço de comércio, aos locais destinados às barracas onde comercializam os seus produtos. Enquanto aos homens cabe o livre acesso às discussões a respeito das decisões sobre a comercialização, desenvolvimento, mudanças ou quaisquer assuntos referentes à feira. A pesquisa reforça a necessidade de discutir a desigualdade de gênero na juventude a partir do momento em que existem funções tidas como de mulher e de homem, quando se verifica a manutenção da diferença do pagamento recebido pelos homens e pelas mulheres, mesmo que a essas a jornada de trabalho seja maior. A realidade desse trabalho na feira Simão Dias é da remota oportunidade de qualificação para os jovens

ingressarem no mercado de trabalho e a ineficiência das políticas públicas em solucionarem o problema. Baseada no conceito de gênero, a pesquisa foi qualitativa com base na história oral e na observação livre e contou com a realização de entrevistas com 15 jovens. O diálogo deste trabalho com nosso objeto de estudo é em primeiro lugar o trabalho nas feiras com enfoque nas relações de gênero, outro aspecto de intersecção é a desigualdade social.

• Andrade (2010). **O empoderamento da mulher: um estudo empírico da feira do produtor de Toledo**. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Pós-graduação de Toledo, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Discute as relações que abordam a mulher na família, com relação ao trabalho e renda familiar, e as estratégias que conduzem as mulheres ao seu empoderamento. Utilizou-se de levantamento de dados com 40 mulheres comerciantes e suas famílias, também trabalhou com o estudo de caso com mulheres produtoras, que vivem em Toledo e que comercializam na feira. Essa pesquisa abordou o espaço da feira de Toledo não apenas como o lugar para comercializar produtos da produção familiar, mas também um lugar de aceleramento de mudanças sociais. Como o título informa, a análise é sobre o empoderamento feminino e esse é o conceito em que a pesquisa se fundamenta. Para esse fim foi utilizado o estudo de caso; a metodologia baseou-se na pesquisa qualitativa; a coleta de dados foi feita através de entrevistas coletivas e individuais, além de observação participante e resgate de memórias. A pesquisa constatou que a renda familiar é controlada pelo homem, mesmo que a contribuição financeira maior seja feminina, apontando um importante campo de reflexão, a proximidade com o modelo patriarcal, no qual mesmo trabalhando os espaços de poder são dos homens, são fatores que aproximam essa reflexão do trabalho que aqui desenvolvemos.

• Lima (2011). **O impacto de alterações no mercado de trabalho sobre a relação entre contribuintes e beneficiários do regime geral de previdência social**. Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. A pesquisa é muito relevante por avaliar os impactos na estrutura etária da população e a relação direta com a Previdência social, na medida em que a maior parte da população ativa em algum momento necessitará recorrer a este sistema de proteção social dos trabalhadores.

> Analisa também a evolução da informalidade crescente nas relações de trabalho e o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. Como resultado principal aponta para a discrepância entre os contribuintes e beneficiários. A pesquisa baseou-se na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), sendo realizada uma análise sobre as mudanças do mercado de trabalho e a informalidade. A importância desse estudo é de possibilitar a reflexão sobre a vulnerabilidade a que os trabalhadores informais estão expostos em caso de impossibilidade de trabalhar. Refletimos sobre a importância da seguridade social que constitui uma garantia de direitos e que a informalidade e a precarização do trabalho negam e violam.

Esse levantamento contribuiu para entender o contexto da pesquisa sobre trabalho feminino nas feiras na atualidade, por onde têm caminhado as pesquisas na área do trabalho feminino, e para compreender o lugar da mulher no mundo do trabalho e no sistema de proteção social. Entendemos que essas análises reforçam a importância do tema sobre trabalho feminino, mercado de trabalho e sistema de proteção social, bem como a reflexão sobre a violação e/ou garantia de Direitos Humanos nesse contexto.

As pesquisas acima trazem luzes sobre esses processos de trabalho que se desenvolvem na esteira de um modelo de desenvolvimento regional sustentado principalmente nas relações de comércio, na informalidade e no trabalho precário. Os estudos e seus impactos também ressaltam a arrecadação do Estado que compromete a rede de proteção social, em particular a previdência social. Ao crescer a informalidade, diminui o número de pessoas que pagam a previdência social, expondo a crise do trabalho ao regime de previdência e seguridade social, importante instrumento dos trabalhadores e das mulheres trabalhadoras em particular.

Diante do exposto apresentamos como questão central de pesquisa desse estudo o seguinte problema: O trabalho feminino na feira da Sulanca de Caruaru-PE tem contribuído para a afirmação dos Direitos Humanos das mulheres feirantes?

Para responder esse questionamento, elegemos como objetivo geral a compreensão do trabalho feminino na feira da Sulanca de Caruaru e sua relação com a afirmação dos Direitos Humanos. Como objetivos específicos, analisar as condições de trabalho das mulheres na Feira da Sulanca de Caruaru- PE; verificar a relação entre trabalho feminino e a aplicabilidade dos Direitos Humanos e identificar como as mulheres feirantes observam o cotidiano do trabalho que desempenham na feira da Sulanca no Agreste de PE.

Baseamo-nos na hipótese de que o trabalho da mulher feirante é essencial à organização da feira da Sulanca, no entanto a precariedade das relações de trabalho, pela informalidade e pela ausência de rede de proteção social, expõe a mulher a variadas situações de vulnerabilidade que incidem em violações de Direitos Humanos. Apesar das condições adversas de trabalho, da precariedade de rede de proteção social, as mulheres feirantes conquistam com seu trabalho independência diante de questões econômicas, sociais e políticas. Nesse sentido, essa conquista contribuiria para a afirmação de Direitos Humanos.

Para realização deste estudo nos debruçamos em autores como MARX (2010, 1996), cuja teoria contribuiu para basearmos a construção do trabalho, PERROT (2012) e SAFIOTTI (2004), que colaboraram na construção histórica da mulher, sua participação na sociedade, bem como o discurso de contribuição no e do trabalho para a construção social, dentre tantos autores tais como HIRATA (2007, 2014), que fornece elementos para o debate do trabalho feminino na atualidade, e PIOVESAN (2007) e HUNT (2009) na contribuição da discussão dos Direitos Humanos, além de DENZIN (2008), LAKATOS e MARCONI (2003) e BARDIN (2011), com o desenho teórico-metodológico para compreender os dados da pesquisa.

Dividimos esse estudo traçando na introdução as linhas gerais em torno da temática, apresentação, problematização, objetivos e hipóteses. No percurso metodológico o desvendar das veredas percorridas que nos levaram a entender o nosso objeto, além das justificativas pelas escolhas, os desafios propostos e os caminhos para alcançá-los. No primeiro capítulo, situamos o leitor sobre a história do trabalho. Trabalho como atividade fundamental para o ser humano, bem como as transformações frente ao processo de industrialização e as modificações no modo de produção capitalista, além das questões atuais que permeiam esse universo relacionado ao trabalho feminino. No segundo capítulo, a relação entre os sujeitos de nossa pesquisa e a lente utilizada para analisar a condição de trabalho das feirantes em Caruaru-PE, a história das mulheres é retratada para compreendermos o contexto de violações em que a nossa temática está inserida. No terceiro capítulo, dá-se o encontro entre os sujeitos, o campo e o problema descrevendo a relação existente entre os mesmos e a apresentação dos resultados da pesquisa empírica baseada na análise dos dados obtidos das entrevistas com as feirantes de Caruaru; e finalizamos com as principais considerações do resultado desta pesquisa.

Nesse sentido, convidamos o leitor a viajar na trajetória das Marias mulheres da feira da Sulanca de Caruaru, apresentadas nesta pesquisa em suas histórias de violações, mas, também, de lutas, resistências e afirmação de direitos, nos espaços que protagonizam viver, sobreviver e ser, onde descobrem e ressignificam suas vidas, nos quais o trabalho é constituinte de um vir a ser e, apesar das dificuldades encontradas, possibilita o desvelar de novos caminhos.

2 CAMINHOS PERCORRIDOS: PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico da pesquisa é constituído pela abordagem que parte do encontro com a temática e caminha rumo ao campo e aos sujeitos da pesquisa; as fontes e os procedimentos de coleta; e análise dos dados, refletindo sobre as escolhas feitas. Para estudar o nosso objeto, afirmamos as posturas teóricas e políticas que são necessárias para contribuir cientificamente, pois é necessário compreender que o objeto está inserido em uma conjuntura complexa engendrada em uma teia de relações e que faz parte de um contexto sociopolítico, histórico e cultural (MINAYO, 2010).

Prodanov e Freitas (2013) definem método como caminho delimitado com o intuito de alcançar um objetivo ou atingir um fim. Assim, trabalhamos a partir de dois métodos. O indutivo: sua principal característica é a indução, que segundo Lakatos e Marconi (2003) define-se a partir de informações particulares que foram averiguadas, e que apresenta como objetivo contribuir com conclusões mais amplas do que as presumidas para basear o estudo. Este método é fundamentado em premissas, no entanto apresenta possíveis conclusões verdadeiras e não presume uma conclusão única e verdadeira. Assim, o método indutivo é "responsável pela generalização, isto é, partimos de algo particular para uma questão mais ampla, mais geral" (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.28**),** contribui para, além da discussão ampla acerca do trabalho feminino, conduzir o leitor nas reflexões que fazemos sobre as violações do trabalho feminino na história, como também na atualidade. E também o método histórico, pois o foco da investigação é estudar os acontecimentos do passado e relacionar sua influência com as relações sociais da atualidade, razão pela qual dedicamos um mergulho específico na história e sua relação com o trabalho feminino. Lakatos e Marconi (2003) discutem que a importância desse método faz-se pois as relações sociais que vivenciamos hoje têm seu início no passado, sendo necessário estudar as origens e a natureza. "Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações" (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.106).

Para realizar a pesquisa optamos pela abordagem qualitativa por entender que esta possibilita uma relação de profundidade como o nosso objeto, além de que, segundo Gressler (2004), a abordagem qualitativa busca descrever o problema em sua complexidade, ressaltando sentidos e significados, tem o ambiente natural como produtor de dados, a

preocupação em não perder de vista a relação entre o processo e o produto. Bauer e Gaskell (2010) discutem que o intento legítimo dessa pesquisa não é contabilizar a totalidade de opiniões, ela busca descobrir o cerne das opiniões, descrevendo as diferenças do objeto estudado.

Kauark (2010) descreve a pesquisa qualitativa levando em conta que a mesma avalia a relação entre o mundo real e o sujeito de forma ativa, pois existe uma afinidade entre a subjetividade de cada ser humano e o mundo real e objetivo que apenas os números não conseguem traduzir. Para a autora, a pesquisa qualitativa visa interpretar fenômenos e tem no pesquisador a ferramenta principal da abordagem, buscando por meio da indução a análise dos dados. Ela descreve ainda o problema em que os focos principais desta abordagem são o processo da pesquisa e o significado.

Acreditamos que os enfoques crítico-participativos com visão histórico-estrutural estão mais vinculados ao nosso objeto de pesquisa, pois partem da ideia de conhecer a realidade para poder modificá-la (TRIVIÑOS, 2013). Deste modo, ajudam a compreender as questões que envolvem o trabalho feminino para assim refletir sobre e mesmo contribuir para sua transformação rumo à garantia da dignidade humana. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa possibilita uma interpretação de informações que a pesquisa quantitativa com os dados objetivos não permite, mas que não significa necessariamente que uma não dialogue com a outra, o pesquisador pode usar a articulação dos dois caminhos na perspectiva de complementaridade (TRIVIÑOS, 2013).

Nesse sentido, esta pesquisa seguiu a tendência feminista, pois a contribuição dessa tendência fez-se desde a construção de uma história das mulheres, necessária para a denúncia da invisibilidade da importância do papel das mulheres socialmente, tanto para a construção de uma teoria que compreenda os papéis sociais que ambos os sexos desempenham, além de compreender que essa tendência da pesquisa qualitativa contribui com uma análise “para as mulheres e não simplesmente sobre as mulheres” (DENZIN, 2008, p.219).

Nessa acepção, Olesen (2008) destaca as diferentes orientações teóricas que o feminismo aborda, ou os vários feminismos, entendendo que não existe um feminismo global, padronizado, homogêneo; a autora, então, enfatiza:

> É bom lembrar que a pesquisa feminista é extremamente diversa - o trabalho experimental, com novas complexidades, envolve numerosos investigadores, ao mesmo tempo em que muitos outros continuam voltados a visões de universais marcados pelo gênero e por abordagens mais tradicionais. Além do mais, mesmo

> dentro das mesmas alas da pesquisa feminista (experimental ou tradicional), existem discordâncias quanto a questões que vão desde o modo como lidar com as vozes até como preparar a pesquisa para seu uso em políticas. (OLESEN, 2008, p.220).

Por ser diversa e abranger novas complexidades é que a pesquisa feminista está ultrapassando visões limitadas, refletindo desde a subjetividade até o papel que a mulher ocupa dentro das políticas públicas mal formuladas e mal aplicadas, afirma Olesen (2008). A autora discute as modificações nos estudos feministas, pois a postura reativa que buscava uma conscientização frente as críticas às ciências sociais fora substituída pelo olhar para a exploração e para os múltiplos conhecimentos, enfatizando assim a experiência individual e a subjetividade, valorizando os vários feminismos e as questões sociais, culturais, trabalhistas, que permeiam o universo da mulher. Olesen (2008) ainda discorre sobre as várias emergências que permeiam esse campo de investigação, como as questões que incluem as discussões sobre a sexualidade, a etnia/raça, a classe, ser portadora de deficiência. Entendemos as divergências acerca dos temas que fazem parte do feminismo e acreditamos que essas dissensões esbarram em uma premissa, a igualdade, afinal: "somos todas iguais" nas nossas diferenças.

A pesquisa que desenvolvemos segue a perspectiva *analítica* e *descritiva*, segundo Gil (1991): analítica, pois buscamos explicar o contexto do trabalho feminino na feira da Sulanca e a história nos propicia a contribuição para analisar a atualidade desse trabalho; descritiva, por concordarmos que a descrição de um problema contribui para a possiblidade de refletir sobre a realidade e por utilizarmos como técnicas para obter informações, entrevistas e observação direta. Gil (1991) evidencia que a pesquisa descritiva é utilizada pelos pesquisadores sociais com o intuito de refletir sobre as atuações práticas, afirmando que a pesquisa descritiva visa levantar atitudes, crenças e opiniões de determinada população.

2.1 Conhecendo o palco de estudo

Esta pesquisa caracteriza-se pelo estudo de campo, pois visa contribuir com o aprofundamento de questões referentes a certa população, descreve Gil (2008). Para Lakatos e Marconi (2003), esse tipo de pesquisa tem como intuito obter informações sobre um problema, ou resposta para uma hipótese, que busque a comprovação, além da possibilidade de encontrar novos elementos. As autoras afirmam que a pesquisa de campo "consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a

eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los" (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.185).

Por ser o local em que se dão as relações principais de trabalho da mulher feirante, o local onde a pesquisa de campo ocorreu foi a Feira da Sulanca de Caruaru.

Figura 2 – Vista área das Feiras de Caruaru.

Fonte: Disponível em: <http://i376.photobucket.com/albums/oo209/brunoalexandre/Feira_de_Caruaru.jpg>. Acesso em: 13 maio 206.

A imagem apresenta o Parque 18 de Maio, demarcando o espaço onde acontecem algumas feiras, inclusive a Feira da Sulanca. Nesta imagem estão representadas a feira de Brasilit, a feira do Paraguai e a feira de Frutas, porém o local onde acontece a feira da FUNDAC (que é integrante da feira da Sulanca) não foi registrado.

2.1.1 Descrição do Palco

A feira da Sulanca de Caruaru é um espaço vitrine em que semanalmente circulam milhares de pessoas dos mais variados estados do Nordeste para abastecer comércios locais. O

trabalho feminino é visivelmente notado por visitantes, compradores e sacoleiros que circulam no Parque 18 de Maio.

As feirantes comercializam seus produtos em dois espaços distintos, visivelmente diferenciados pela estrutura que oferecem: um é conhecido como "Brasilit", os bancos são estruturados em um espaço calçado, com iluminação e banheiro fixos; o outro, conhecido como "FUNDAC"[7], fica situado em um terreno não calçado, sem iluminação e sem banheiros fixos.

As formas de comercializar são duas: fixas ou ambulantes; as trabalhadoras que dispõem de um lugar para comercializar seus produtos são as que ficam em pontos fixos, nos bancos de madeira situados na FUNDAC ou no Brasilit. Por sua vez, as que não dispõem de um local para comercializarem seus produtos o fazem de forma ambulante, seja carregando em carroças ou ainda pendurando no próprio corpo as mercadorias, utilizando-o como forma de suporte, vitrine e transporte.

2.2 Angariando os dados

Segundo Lakatos e Marconi (2003), a coleta de dados pode ser feita através de vários procedimentos, de acordo com as circunstâncias. Dessa forma, trabalhamos com observação, entrevistas, história de vida, pesquisa documental e bibliográfica.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), a observação se ampara na percepção para obtenção de dados, não basicamente o ver e ouvir e sim examinar os fatos e fenômenos que se pretende estudar. Nessa acepção, utilizamos dois métodos de observação direta: a intensiva e a extensiva. Em um primeiro momento fizemos uso da observação intensiva, pois fizemos a observação não participante na qual o pesquisador se apresenta como expectador (GIL, 2006) com o intuito de compreender o universo estudado, e utilizaremos as entrevistas como descrevem Lakatos e Marconi (2003). Já na observação direta intensiva, utilizamos a entrevista em profundidade, para contribuir com o conhecimento do campo estudado.

As entrevistas são definidas por Lakatos e Marconi (2003) como o encontro entre duas pessoas com o intuito de obter informações sobre um tema. Trata-se de uma conversa entre

[7] Este espaço é assim denominado pois nele funcionava a antiga FUNDAC - Fundação da Criança e do Adolescente. O prédio foi derrubado e os bancos estão no terreno, que contém quantidade significativa de feirantes comercializando.

duas pessoas, seguindo um método e proporcionando ao entrevistado as informações necessárias através da oralidade. As autoras descrevem as vantagens e limitações dessa técnica de coleta de dados; ressaltamos entre as vantagens: a) a possibilidade de atingir o público independente da formação educacional, pessoas que saibam ou não ler e escrever podem participar; b) a flexibilidade do entrevistador em esclarecer as perguntas que são feitas; c) oportuniza a obtenção de dados que não estão em documentos, possibilitando comprovação de informações quase imediatamente. Como limitações, elencamos: a) a dificuldade de estabelecer o diálogo entre os envolvidos (nesse aspecto existe a possibilidade de influenciar o entrevistado pela conduta do entrevistador); b) o entrevistado pode não repassar dados importantes, receando ter sua identidade revelada; c) o tempo disponibilizado para essas entrevistas e a dificuldade em realizá-las.

Gil (2008) descreve as entrevistas como uma forma de interagir com o entrevistado. As entrevistas semiestruturadas são definidas por Gil (2008) como aquela em que investigador e investigado ficam frente a frente, a formulação de perguntas busca responder as questões da investigação feitas de forma direta pelo investigador, são realizadas no campo e de forma individual. Bauer e Gaskell (2010) afirmam que compreender o mundo dos entrevistados é condição *sine qua non,* ou seja, indispensável para a aplicação da pesquisa qualitativa, já que se busca compreender as narrativas dos entrevistados. Nesse sentido, a entrevista qualitativa fornece a compreensão da realidade estudada.

A entrevista semiestruturada é definida por Triviños (2013) como uma das formas principais de coletar dados, pois estabelece uma relação amigável entre entrevistado e entrevistador. O autor destaca a importância de o entrevistador esclarecer qual o tema e as questões que serão entrevistadas, e comenta, ainda, que esse tipo de entrevista parte de questões iniciais de cunho simples baseando-se em um aporte teórico da pesquisa para que se direcione a questões colocadas pelos entrevistados. Esse tipo de coleta de dados pode ter o tempo duração flexível dependendo das circunstâncias, buscando não ultrapassar 30 minutos para não ficar repetitiva. Triviños (2013) enfatiza a importância de o pesquisador ter conhecimento do objeto e da teoria que se destina a estudar.

Ainda referente à entrevista, concordamos com Gil (2008) que a entrevista com pauta é a que melhor se ajusta porque apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas

perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas. Quando este se afasta delas, o entrevistador intervém, embora de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo.

A entrevista em profundidade foi utilizada em razão de permitir um mergulho detalhado em histórias identificadas e de riqueza de elementos do objeto de estudo selecionado, além de estar relacionada com os sentimentos, pensamentos e lembranças do entrevistado com relação ao tema que foi questionado (LAKATOS; MARCONI, 2003). Consideramos que essa técnica contribui para o conhecimento de aspectos relacionados ao trabalho feminino que estão intrínsecos à experiência das mulheres e que não alcançaríamos com a entrevista semiestruturada.

Consultamos instrumentos internacionais de proteção aos Direitos Humanos ratificados pelo Brasil com referência principalmente à mulher e aos DHESC's, como por exemplo o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais e a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, buscando entender a comunicação e a relação com o cotidiano do trabalho das feirantes. A pesquisa bibliográfica está baseada no referencial teórico e metodológico e no aporte de revisão da literatura com o levantamento das dissertações e teses.

2.3 Sujeitos da Pesquisa

Estudamos em Lakatos e Marconi (2013) a diferença entre sujeito e objeto da pesquisa. Para as autoras, os sujeitos são a fonte dos questionamentos que visamos responder. Podem ser pessoas, mas também fatos ou fenômenos, buscando aprender ou agir sobre os mesmos sujeitos. O objeto é o que desejamos conhecer ou concretizar a respeito do sujeito.

Os sujeitos de nossa pesquisa são as mulheres feirantes da feira da Sulanca de Caruaru. A amostra a princípio foi acidental para as entrevistas, pois foram feitas com as pessoas que foram aparecendo, no entanto posteriormente foi intencional, tanto para as entrevistas como para as histórias de vida, pois foram escolhidos casos que evidenciem diferentes realidades presentes no cotidiano de trabalho da mulher feirante. A seleção de forma não-probabilística subsidiou o tamanho da amostra. Esta não foi baseada em fundamentação matemática ou estatística como define Gil (2008) e Kauark (2010).

Compreendemos que a mostra por cotas é a que melhor se adequa ao universo do trabalho feminino na feira da Sulanca de Caruaru, pois a classificação da população apresenta propriedades tidas como relevantes para o fenômeno estudado. Existem alguns determinantes que diferenciam essa população e a fixação de cotas visa contemplar proporcionalmente os elementos da população pesquisada, como discutem Prodanov e Freitas (2013). Os autores afirmam que a escolha se dá de forma livre pelo pesquisador, e o intuito é uma amostra pequena que contemple os fenômenos diferenciados que ocorrem na população. Assim, elegemos como critérios de inclusão para a realização das entrevistas:

Tabela 1 – Critérios de inclusão.

SUJEITOS	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO
SEIS FEIRANTES	• Que comercializem na feira da Sulanca, excluindo as demais feiras que funcionam no Parque 18 de Maio; • Que as feirantes sejam do ramo da confecção, pois na feira da Sulanca existe uma diversidade de produtos comercializados; • Que as feirantes estejam ou não cadastradas no Departamento de Feiras e Mercados da Prefeitura; • Que tenham acima de 18 anos; • Que aceitem participar voluntariamente da pesquisa; • Que a subdivisão das mulheres feirantes seja respeitada, pois existem três formas desse comércio, que são: as ambulantes e cabideiras, as que comercializam no terreno da

	FUNDAC e as que comercializam nos bancos cobertos por telha Brasilit.

Fonte: elaborado pela autora.

Seguindo o contexto apresentado acima, elencamos como critérios de exclusão: a negativa em participar voluntariamente da pesquisa; ter menos que 18 anos; comercializar produtos de outros ramos que não o da confecção.

2.4 Tratamento dos dados

Os dados foram avaliados através da análise de conteúdo utilizada sob a ótica de procurar algo a mais por trás do texto, algo que não estivesse visível em uma primeira leitura e que pudesse ser revelado com o uso de uma certa metodologia, como discute Bardin, (2011). Para Bauer e Gaskell (2010), a força da análise de conteúdo está na possibilidade de analisar dados naturais que ocorrem facilmente, além de poder relacionar uma grande quantidade de dados, que podem ser inclusive dados históricos.

Descrevendo a história da análise de conteúdo, Bardin (2011) discute que esta é instrumento para análise das comunicações e desenvolveu-se nos Estados Unidos, a priori em textos jornalísticos com foco em propaganda e após a Segunda Guerra Mundial em investigação política. No entanto, com a diversidade e a riqueza dos estudos qualitativos, a análise de conteúdo passou também a ser utilizada para mensurar sentidos e significados e revelar conteúdos explícitos e subjacentes na pesquisa qualitativa. O crescimento da aplicação da análise de conteúdo na pesquisa qualitativa ocorreu devido à possibilidade de compreender a subjetividade do objeto que é parte importante da pesquisa. Bardin (2011) afirma que existem duas funções para a análise de conteúdo: uma definida como heurística, pois segundo a autora enriquece a experiência exploratória, aumentando a disposição para a descoberta; e a outra função é denominada como "administração da prova", e de acordo com essa função as hipóteses apresentam-se como forma de "questões ou de afirmações provisórias, servindo de diretrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma informação" (BARDIN, 2011, p.35).

Para Bardin (2011), uma função não limita a outra, tanto a heurística como a administração de provas podem se complementar, a depender da atuação do analista. A autora ainda enfatiza que não existe uma análise do conteúdo e sim análises, pois a adequar o domínio de conteúdo ao objetivo a ser alcançado, pode ocorrer a reinvenção de cada momento, característica que demonstra a imensidade do campo de atuação da análise de conteúdo. Bardin (2011) cita alguns domínios possíveis dessa análise, dentre eles destacamos: o código oral que pode ser utilizado em entrevistas e conversas, em trabalho de grupos restrito com discussões, entrevistas ou em comunicação de massa, em exposições, discursos, entre outros.

Em Tiviños (2013) são abordadas três etapas no processo do uso da análise de conteúdo, que são: a pré–análise, que é baseada na organização do material; a descrição analítica, que é o estudo aprofundado do material obtido na pré–análise; e a interpretação referencial, que é baseada no material empírico, analisar e estabelecer relações com o objeto. Esta pesquisa tomou como base estas etapas no intuito de analisar os dados coletados a partir do trabalho de campo.

A análise dos dados se deu pelo método categorial, pois segundo Bardin (2011) essa técnica pode ser considerada prática e simples, já que desmembrar o texto em categorias contribui para uma análise temática rápida e eficaz, produzindo dinamicidade, quando aplicada a discurso direto e simples. As categorias buscam reunir grupos de dados sob o mesmo princípio, buscando agrupar os dados em unidades de contexto desde que permitam entender a significação dos dados e o contexto em que foram identificados.

2.5 Aspectos éticos

Um aspecto relevante é a questão ética que se fez presente em toda a pesquisa, pois a ciência não pode dissociar-se da ética, além do que os Direitos Humanos precisam estar aliados a condutas éticas em todas as suas expressões. Por ser uma pesquisa com seres humanos, ou melhor, com vidas; por buscarmos respeitar os direitos; por buscarmos respeitar os aspectos metodológicos e éticos que visam preservar a integridade e a dignidade das mulheres feirantes de Caruaru que contribuíram com essa pesquisa, bem como todas as pessoas envolvidas no processo desse estudo, é que essa pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal de

Pernambuco (UFPE), cuja instância obedece às normas expostas na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, órgão do Ministério da Saúde e aprovada em 03 de setembro de 2015.

Por reconhecermos a subjetividade e particularidade de cada sujeito é que entendemos que a pesquisa poderia provocar algum incômodo emocional nas mulheres que foram entrevistadas, por isso explicamos os objetivos e o intuito da pesquisa e perguntamos se elas aceitariam participar da mesma. Houve abertura para a disponibilidade ou não de sua participação, já que foi voluntária, e da possibilidade de desistência se em algum momento não se sentissem confortáveis em responder às perguntas ou em participar da entrevista, na medida em que toda pesquisa possui riscos. Assim, os riscos diretos para as voluntárias (como prejuízo, desconforto, constrangimento) que podiam ser provocados pela pesquisa foram amenizados com a entrevista individual, além de que se alguma pergunta trouxesse a elas lembranças de violação ou vulnerabilidade a entrevista seria interrompida.

3 A CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO PARA A SOCIEDADE: UM VIÉS HISTÓRICO

Sou a mulher da rua
Sou a que posa na revista nua
Sou Simone de Beauvoir
Eu sou Dadá
Eu sou assim...
Ainda sou a operária
Doméstica, humilhada
(Canção "Mulher". Compositor: Geraldo Azevedo)

O tema trabalho dialoga com as ciências humanas, com as ciências exatas, com as ciências da saúde. Está inserido no contexto da condição humana desde os primórdios. A "evolução social" é dada também pelo trabalho. Não estamos, dessa forma, limitando as possiblidades do ser humano, nem apenas vinculando o trabalho à relação com o capital. Compreendemos como trabalho a ação humana de transformar, seja os bens materiais ou nossa essência. Trabalho é movimento, construção física, mental, aprimoração. Trabalho é a ação que nos faz pulsar. Buscamos nesse capítulo compreender essa temática e, para tanto, começamos com a construção histórica do tema, seguimos com questões atuais do trabalho dando ênfase às questões que permeiam o universo do trabalho feminino. Ou seja, nossa caminhada nesse processo de discussão envolve: trabalho, trabalho feminino e Direitos Humanos.

3.1 A constituição do ser humano por meio do trabalho

Trabalho é objeto de estudo de várias ciências, analisado a partir de vários métodos. É definido por Lukács (1979) em sua ontologia como fundamental para a humanização do homem, e descrito por Oliveira (1987) como sendo a ação humana para produzir riqueza. Oliveira defende ainda que as condições naturais e históricas possibilitam o limite dessa produção e que a história do trabalho começa a partir do momento em que o ser humano procura saciar suas necessidades materiais. Para Savtchenko (1987), trabalho é a interação entre o ser humano e a natureza, mesmo que a ação humana ao longo da história interfira de forma diferente na natureza e que os aspectos observados mudem de acordo com os modos de produção, pois a ação humana interfere de forma diferente tendo em vista o modo de

produção que estiver em vigor. Para este autor, o trabalho é a forma que o ser humano utiliza para saciar as suas necessidades através de atividade racional que possibilita adaptar e criar os meios para a sua subsistência.

Concordamos com Engels (1999) quando afirma que o ser humano se faz pelo trabalho, e que o trabalho é a condição para a vida humana. Para o autor, "primeiro o trabalho, e depois dele e com ele a palavra articulada, foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi-se transformando gradualmente em cérebro humano [...]" (ENGELS, 2009, p.12). A importância do trabalho para Engels (1999) é tanta que ele afirma que este é a mínima condição para a vida humana. Ele descreve como trabalho toda atividade humana com fim. Dessa forma, ao transformar a realidade, criar instrumentos, produzir, pensar, construir e avançar o ser humano trabalha.

Para exemplificar como o trabalho transformou o ser humano, Engels (1999) mostra a função da mão humana, que foi modificada para atender às necessidades de sobrevivência do ser humano através do trabalho. O desenvolvimento da comunicação das relações sociais das mudanças no corpo, nos membros humanos, tornou o ser humano ao mesmo tempo menos dependente da natureza, criando condições de interferir e transformar o mundo pelo seu trabalho e consequentemente a si mesmo.

O trabalho remunerado está vinculado à sociedade capitalista. Um breve relato histórico nos permite exemplificar melhor o debate que estamos travando. Assim, partimos do ponto de vista de que o trabalho fez progredir a humanidade. E que se deve compreender trabalho como atividade essencial para o progresso da humanidade, seja ele remunerado ou não.

O período mais longo e complexo da humanidade é a comunidade primitiva. Seu estudo foi realizado principalmente pela arqueologia, mas os traços das primeiras sociedades humanas em nosso planeta nos permitem dizer que na era paleolítica éramos coletores e nômades, muito dependentes da natureza, e sobreviver em um ambiente perigoso e hostil era o maior desafio. Na era neolítica nos sedentarizamos, os desafios naturais começavam a ser superados, desenvolvemos a agricultura, a pecuária e a transformação da natureza; com a produção do excedente, iniciamos as trocas e as primeiras formas de comércio.

Com a idade dos metais – o desenvolvimento das cidades, das técnicas de fundição, o desenvolvimento de armas e ferramentas de bronze e ferro, a especialização de atividades –, o

viés econômico ganha força, o aumento populacional é intenso e as transformações sociais fizeram o homem entender que era o dono do mundo e ganhar consciência através do seu trabalho, como discute Aquino (1990). Segundo Mohmari (1985), no período em questão, a relação com a natureza é modificada, a princípio somos dominados e em seguida passamos a dominar a natureza, no sentido de transformá-la para o nosso uso e conforto. Então, o trabalho é a base da vida social, e nessa perspectiva a produção dos bens materiais é a causa fundamental do desenvolvimento da sociedade.

Ainda dialogando com Mohmari (1985), essa produção de bens materiais é desenvolvida a partir das forças produtivas que são constituídas do trabalho do homem e da mulher e o que a natureza oferece, ou seja, com o que o ser humano pode trabalhar, transformar e adequar às suas necessidades, formando os meios de produção que, juntamente com a ação humana de transformação, formam as forças produtivas. Essas forças em conjunto com as relações de produção, que são as relações travadas pelas pessoas entre si (em colaboração ou exploração), formam o modo de produção.

Segundo Oliveira (1987), no processo histórico das sociedades vivenciamos vários modos de produção, dentre os quais citamos: o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo, cada um correspondendo a uma sociedade experimentada pela humanidade. Estamos inseridos no modo de produção capitalista cuja característica primordial se sustenta na propriedade privada. Savtchenko (1987) afirma que na sociedade capitalista o ser humano é obrigado a vender sua força de trabalho para quem dispõe de meios de produção e tecnologia, e o proprietário que compra a força de trabalho tem como intuito explorá-la ao máximo para obter lucro.

Em Marx (2010), o trabalho é apresentado como atividade vital para o ser humano, atividade esta que tem que ser objeto de sua vontade e de sua consciência, para que se torne vital e consciente, mesmo que a relação seja apresentada como estranhamento ao passo que o trabalhador perde a relação com produto, resultando no que o autor denominou de alienação do processo de produção. Marx defende a necessidade da atividade humana consciente e livre e que no modo capitalista ela se torna imprescindível ao ser humano, que passa a ser interpretado por nós apenas como subsistência.

Ainda dialogando com Marx (1996), outra discussão sobre a importância do trabalho é retratada no sentido do ser humano em ação para transformar a natureza. A junção dos elementos naturais e a capacidade humana de agir e intervir que é o trabalho a serviço da

humanidade. Assim, ao modificar a natureza o ser humano modifica a si nesse processo reflexivo. Nesse contexto, Marx analisa a ação de uma abelha e de um arquiteto, explicando que a complexidade da construção de um favo de mel é de beleza extrema. Porém, não pode ser comparada à ação de um arquiteto que constrói uma casa, um prédio, uma construção simples ou de qualquer complexidade entre os seres humanos, por pior que esse profissional venha a ser. A diferença está no planejamento e na racionalidade sem a qual a obra do arquiteto não se completa, enquanto a abelha segue um roteiro natural.

Segundo Marx (1996), a habilidade de idealizar é a ação transformadora da natureza e do próprio homem, orientação que rege uma ação e que idealiza um fim, encontrada no trabalho humano. Nessa ótica, por exemplo, o ofício do arquiteto envolve um amplo trabalho de planejamento, observação, verificação, testagem, análise, aplicação entre variados mecanismos psicológicos que se relacionam ao seu processo de trabalho. A intenção é discutir a necessidade de trabalho como ação fundante e mantenedora da sociedade: nós nos fazemos humanos através da relação ser humano e natureza, fundada na intervenção da mesma, e esta ação é trabalho. Nesse sentido, a abelha, por mais bela que seja sua construção, se diferencia do ser humano que planejou, racionalizou para além das necessidades materiais. Mas, tanto o trabalho humano do arquiteto como o trabalho da abelha são essenciais à vida, são diferentes, mas essenciais.

3.2 Trabalho e capitalismo

Ao longo da história as relações de trabalho mudaram, bem como os modos de produção. Podemos afirmar que o conceito de trabalho não é estanque, pois as relações com o mesmo mudam de acordo com cada sociedade, com cada tempo histórico, com os modos de produção, enfim, a relação do resultado da ação humana se modifica constantemente. Teles (2003) afirma que o desenvolvimento do capitalismo não se deu de uma única forma, houve variações de país para país, o que a autora discute como ponto em comum foi o modo patriarcal que imperava a dominação às mulheres e que, independente do lugar e do desenvolvimento do capitalismo, as mulheres enfrentaram uma similar opressão.

Huberman (2010) discorre sobre várias formas de trabalho, descrevendo a diferença em cada modo de produção, a partir da Idade Média. O autor analisa a condição de trabalho da classe de trabalhadores como base da produção que mantinha as demais classes do período

medieval, tanto os militares quanto o eclesiástico, pois a base de trabalho era no campo, o trabalho agrícola.

Analisando as mudanças sociais, Huberman (2010) ressalta a importância das Cruzadas para a transformação social que resultou no fim da servidão e no início da importância dos comerciantes. Para o autor, se a conquista religiosa não foi alcançada, pois não houve sucesso quanto à manutenção do domínio de Jerusalém, no entanto:

> Do ponto de vista do comércio, entretanto, os resultados foram tremendamente importantes. Elas ajudaram a despertar a Europa de seu sono feudal, espalhando sacerdotes, guerreiros, trabalhadores e uma crescente classe de comerciantes por todo o continente; intensificaram a procura de mercadorias estrangeiras; arrebataram a rota do Mediterrâneo das mãos dos muçulmanos, e a converteram, outra vez, na maior rota comercial entre o Oriente e o Ocidente, tal como antes. (HUBERMAN, 2010, p.22)

Com a expansão do comércio surgem novas cidades e a possibilidade de novos postos de trabalho contribuía para a mudança das pessoas rumo a esses centros. O dinheiro ganha movimento, fluidez, já que na Idade Média era inativo, surge uma nova classe social, a classe média. A posse da terra não detinha tanto poder, pois a compra e venda era o que gerava riqueza. Surgiam os intermediários, que lucravam comprando de um e vendendo a outro, conforme discute Huberman (2010). Nesse cenário ocorre a divisão entre o trabalho no campo e o trabalho na cidade apresentando distintas características, "uma se concentra na produção industrial e no comércio, o outro na produção agrícola para abastecer o crescente mercado representado pelos que deixaram de produzir o alimento que consomem" (HUBERMAN, 2010, p.42).

As novas cidades ofereciam oportunidade para os camponeses, novos campos eram desbravados para a produção agrícola e assim a ideia de produzir e de obter o lucro pelo próprio trabalho e afastar-se da servidão, que ainda existia nos feudos, ganhava força; cabia ao senhor pagar pelo trabalho do camponês que ainda residia em seus domínios, modificando a relação de trabalho. Huberman (2010) descreve as mudanças ocorridas no trabalho do camponês. Antes, toda produção era feita em casa e, com a ascensão das cidades, o artesão pôde sobreviver de seu ofício, constituindo as pequenas oficinas nas quais era dono das ferramentas, da matéria-prima, do produto final e da venda, o que não acontece na atualidade.

Em relação ao período medieval, Perrot (1988) discute que existia uma divisão das atividades domésticas para as mulheres, que variava entre as casadas e solteiras. O que denominamos dupla jornada na atualidade já existia, apenas não tinha essa denominação, pois

as mulheres dos servos, além de serem as que mais trabalhavam com os afazeres domésticos, ainda dividiam as atividades na agricultura com os seus cônjuges.

Huberman (2010), descrevendo o fim do Feudalismo e o início do capitalismo, explica que o fim desse modo de produção pode ser datado no ano de 1789, justificando que a Revolução Francesa pôs fim ao feudalismo. O autor discorre que a classe média sobressaiu do tripé em que a sociedade do período feudal se baseara (sacerdotes, guerreiros e trabalhadores), e elevou-se após as lutas pela Reforma Protestante (XVI), Revolução Gloriosa (XVII) e Revolução Francesa (XVIII). Depois dessa última, segundo o autor, a classe média estaria suficientemente forte para pôr fim ao feudalismo e introduzir um modo de produção que visava lucrar através do intercâmbio de mercadorias. Esse sistema, no qual ainda estamos inseridos hoje, é o sistema capitalista.

Sendo assim, as discussões partem a priori de duas revoluções, ou o que é referido como dupla revolução (entre os anos de 1789 e 1848) em Hobsbawn (2012): a Revolução Francesa[8] e a Revolução Industrial. A primeira é marco importante para a modificação na constituição de direito, da política e da cidadania; a segunda para a modificação das relações de produção e trabalho.

Para Hobsbawn (2012), a Revolução Industrial é um marco "porque sem ela não podemos entender o vulcão impessoal da história sobre o qual nasceram os homens e acontecimentos mais importantes de nosso período e a complexidade desigual de seu ritmo" (HOBSBAWN, 2012, p.20). O autor enfatiza que as transformações desse período foram antecedidas por outros movimentos que colaboraram e cita a Revolução Americana de 1776 como momento histórico relevante para esse período e discute que alguns fatos históricos vão além da discussão proposta, justificando a necessidade de estabelecer um momento histórico para o diálogo, que nesse caso se trata das revoluções do período de 1789- 1848, como afirmamos anteriormente.

[8] A Revolução Francesa mudou a noção de direito. Para Hobsbawn (2008) essa revolução contribuiu política e ideologicamente tanto quanto a revolução industrial, e forneceu o tema ideológico para o mundo moderno buscando uma política liberal e radical-democrática. Para o autor, a importância da Revolução Francesa se sobressai frente aos demais movimentos que ocorriam contra o antigo regime, pois ocorreu no estado mais populoso e poderoso da Europa, com um movimento de massa e foi a única revolução ecumênica. O autor ressalta a influência direta dessa revolução afirmando que ela foi a base para os movimentos revolucionários que vieram em seguida, cada um adaptando os valores de acordo com suas visões de sociedade. Ainda dessa revolução nasce a Declaração do Direito do Homem e do Cidadão, base para outras declarações. Para Vainfas (2002), baseando-se em José Honório Rodrigues, a Revolução Francesa mudou o próprio conceito de revolução: anteriormente estava relacionado ao ato de retornar, de voltar, e posteriormente foi atribuído o sentido de "mudança repentina e violenta no governo do Estado" (VAINFAS, 2002, p.649) que foi adquirindo outros significados, relacionados à mudança.

Em relação ao período das duas revoluções que marcam um momento de transição na história do trabalho, Oliveira (1987) apresenta uma cronologia ressaltando a crise do feudalismo e a consolidação do capitalismo, demarcando o período dos séculos XIV – XV[9] e XVIII e XIX. Para o autor, nesse intermédio de transição, o mercantilismo era a forma de manter a centralização do Estado e da Igreja, bem como o comércio da burguesia; foi extinto o monopólio dos excedentes e o monopólio internacional ganhou força através das ações dos burgueses com a comercialização dos produtos. Algumas características marcaram esse processo, tais como: as manufaturas têxteis, o avanço da propriedade individual, o aumento da classe trabalhadora e a importância da cidade. Nesse contexto, grandes fortunas mobiliárias começavam a ser constituídas, segundo Oliveira (1987). Ainda de acordo com o autor, coube aos trabalhadores do campo a condição de assalariados e desprovidos de terra. A manufatura têxtil era a base nesse momento de transição e foi nesse setor que as mudanças mais significativas ocorreram. O autor evidencia que o mercantilismo contribuiu para promoção e crescimento político da burguesia e esta ascensão serviu de propulsão para as revoluções no século XVII e posteriormente XVIII, e afirma ainda que a Revolução Industrial[10] foi o que movimentou o capitalismo. Para Hobsbawn (2012), até meados do século XIX, a indústria têxtil foi a impulsionadora da revolução industrial, nenhuma outra indústria havia servido de mola propulsora como a têxtil:

> A perspectiva tradicional que viu a história da revolução industrial britânica primordialmente em termos de algodão é, portanto, correta. A primeira indústria a se revolucionar foi a do algodão, [...]. As "fábricas" de que tratavam os novos Decretos Fabris eram, até a década de 1860, entendidas exclusivamente em termos de fábricas têxteis e predominantemente em termos de engenhos algodoeiros. A produção fabril em outros ramos têxteis teve desenvolvimento lento antes da década de 1840, e em outras manufaturas seu desenvolvimento foi desprezível. Nem mesmo a máquina a vapor, embora aplicada a numerosas outras indústrias por volta de 1815, era usada fora da mineração, que a tinha empregado pioneiramente. [...] Os produtos de algodão constituíam entre 40 e 50% do valor anual declarado de todas as exportações britânicas entre 1816 e 1848. Se o algodão florescia, a economia florescia, se ele caía, também caía a economia. Suas oscilações de preço determinavam a balança do comércio nacional. Só a agricultura tinha um poder comparável, e, no entanto, estava em visível declínio. (HOBSBAWN, 2012, p.28)

[9] Nesse período, as feiras ganham visibilidade devido à retomada das rotas comerciais europeias, as feiras tanto contribuíram para a comercialização do excedente dos feudos como contribuíram para o surgimento dos burgos e desenvolvimento das cidades, como discute Azevedo (2012) .

[10] Hobsbawn (2012) explica que a Revolução Industrial começou a ser desenhada desde o ano 1000 e que depende da interpretação de cada pesquisador a delimitação do processo histórico que resultou na explosão dessa revolução, mas que o momento decisivo foi o final do século XVIII, pois o crescimento econômico foi estatisticamente elevado e com ele as mudanças nas relações e nas organizações das cidades. Existem autores que discorrem sobre a segunda, terceira e quarta revolução industrial. Para Oliveira (1987), dois momentos foram cruciais: um de 1760- 1850 com o setor textual impulsionando as mudanças tecnológicas e sociais; e o outro de 1850-1900, com esse processo de industrialização abrangendo outros países e também com o desenvolvimento da energia e de combustíveis.

Oliveira (1999) discute que os problemas que a população do campo enfrentava, por estar em declínio a produção da agricultura, impulsionaram a migração. No mesmo período a indústria precisava de mão de obra, e as dificuldades de sobrevivência contribuíram para que os trabalhadores ficassem suscetíveis às condições desumanas de trabalho a que foram impostos. Nesse sentido, a mudança no cenário da produção e, com ela, nas relações trabalhistas impulsionou a desigualdade.

Hobsbawn (2012) apresenta os aspectos negativos que repercutiram após a Revolução Industrial: pessoas abandonadas, habitando em moradias em situação de extrema precariedade, em bairros afastados e à margem de toda e qualquer infraestrutura que possibilitasse a vida, lugares escuros, sujos e sem segurança. O autor retrata que o mundo ficou "mais feio" pós-revolução industrial, que a pobreza cresceu espantosamente inserindo a sociedade em um processo de degradação de condições de vida para a pessoa humana, nunca antes vivenciada em outros períodos históricos, até comparando com países não industrializados (acreditava-se que a possiblidade de dominar as forças da natureza traria condições de melhoria de vida para a população).

Oliveira (1999), discutindo as condições de trabalho do período em questão, ressalta que as mulheres recebiam menos que os homens, que a dupla jornada de trabalho, doméstico e remunerado, já existia. E que nesse momento já existia o receio de falar que estava doente no ambiente de trabalho para não perder o emprego, impondo ao trabalhador uma condição subumana de atuação no ambiente fabril.

Ainda em diálogo com Huberman e Hobsbawn, ressaltamos a afirmação de Huberman (2010) sobre a Revolução Industrial que ocorreu na Inglaterra e espalhou-se por vários países, e que em alguns ainda hoje está ocorrendo. Hobsbawn (2012) afirma que a Revolução Industrial não é um acontecimento com um período demarcado de iniíio e término, para o autor não se pode saber se está completo e se é ou foi finito, o cerne dessa revolução é a transformação social e econômica que ela ocasionou. Dessa forma, refletimos que a Revolução Industrial ocorre em diferentes movimento, tempo histórico e potencial econômico pelo globo, ainda na atualidade.

No que concerne ao Brasil, baseamo-nos no período que inicia em 1850, pois Oliveira (1987) afirma que nesse período a revolução começa a abranger outros países. Ainda na perspectiva de Oliveira (1999), a Revolução Industrial de meados do século XIX é

considerada um dos maiores acontecimentos da humanidade, devido às transformações culturais que o capitalismo impulsionou.

3.3 Trabalho: mudanças no século XX

Concernente ao Brasil, Hobsbawn (2012) discorre que a economia escravista na qual o Brasil estava inserido – e era produtor de açúcar, de café, de fumo, de tintas–, com a pós-revolução industrial dá espaço à produção de algodão. Em meados do século XIX, a produção têxtil ganha força e o algodão é o produto que alavanca o processo de transformação. Assim, o autor enfatiza que o trabalho escravo esteve ligado à produção do algodão.

Hobsbawn (2012) descreve que o Brasil foi uma monarquia independente de 1822 a 1889, retratando o movimento em busca de um republicanismo incentivado pela Revolução Francesa e que não teve mudanças no Estado brasileiro, até o ano de 1889 quando termina o período Imperial. Basicamente, a estrutura de terras da sociedade brasileira era dividida entre os nobres, que apoiaram algumas pequenas rebeliões, mas sem grandes mudanças. De forma geral, o autor discute que, com exceção do México, "as revoluções latino-americanas foram obra de pequenos grupos de aristocratas, soldados e elites afrancesadas 'evoluídas', deixando a massa da passiva população branca, católica e pobre, e dos índios indiferente ou hostil" (HOBSBAWN, 2012, p.103). O autor ainda discorre que a economia brasileira integrava tanto a economia europeia quanto africana, a primeira com o algodão e a segunda com o tráfico de escravos, e podemos afirmar que a queda na produção do açúcar e o crescimento da produção do algodão foram marcos da história do período em questão.

No centro da discussão sobre a Revolução Industrial e o contexto brasileiro, Calmon (2002) descreve o surgimento do telégrafo no Brasil no ano de 1852, com o intuito de estabelecer uma comunicação segura entre os portos; o crescimento no número de estradas e ferrovias, além da abertura dos rios para o transporte fluvial (a navegação rio-mar foi incentivada); e no ano de 1850 os Estados Unidos buscam a exploração da Amazônia com o Império Brasileiro. Nesse contexto, menos de duas décadas depois, a exploração da borracha muda o cenário do estado do Amazonas, até então ainda província. Segundo Calmon (2002) a indústria cresce, com a troca do maquinário dos engenhos pelas usinas, além da necessidade da troca de mão de obra; o que o autor denomina como "engenhos centrais" cooperam para uma mudança nas formas de trabalho pela transformação na economia.

Nas duas décadas finais do século XIX a mudança na forma de trabalho apresenta impactos na economia. é nesse período que ocorre a consolidação do trabalho assalariado, Franco (1990) discute que a modificação da relação trabalhista impõe um forte impacto, principalmente para a produção agrária, devido à grande quantidade de dinheiro que passou a circular para os pagamentos dos trabalhadores, portanto se fazia necessário uma nova organização econômica intensificando a necessidade de capital de giro e assim modificando o cenário econômico brasileiro.

O intervalo de um século, entre 1900 e 2000, marca um período de profundas transformações no Brasil, como destaca Gremaud (2011). Segundo o autor, a população brasileira neste período cresceu em maior proporção que o crescimento da população mundial, o que contribui para situar o Brasil entre os países mais populosos do globo. A economia além de crescer modificou-se, mudou o cenário da produção, o que alterou, além da base produtiva, as condições de sobrevivência da população brasileira.

Mesmo o processo de industrialização do Brasil iniciando em meados dos anos 50, do século XIX, Gremaud (2011) afirma que foi sobretudo na metade do século XX que a industrialização mudou o cenário da produção no Brasil. O autor discorre que até os anos de 1930 a agroexportação era a característica econômica predominante, o que caracterizava o Brasil ainda como país agrícola. Gremaud (2011) enfatiza que o crescimento da indústria não retirou a importância da agricultura para a economia do país, que está na base da indústria brasileira, mesmo que tenha ocorrido o declínio da importância da agricultura para o PIB (Produto Interno Bruto) nacional e o crescimento do setor de serviços e da indústria.

No que concerne a esse estudo, ressaltamos algumas informações que se fazem importantes frente ao cenário econômico brasileiro. Greumaud (2011) afirma que o crescimento[11] do Brasil não necessariamente pode ser associado ao conceito de desenvolvimento. Segundo o autor, o desenvolvimento engloba crescimento, no entanto para ser considerado desenvolvido alguns critérios precisam ser observados, e a distribuição de renda é um deles.

[11] Segundo Gremaud (2011), crescimento é puramente econômico e está relacionado ao aumento da produção, diferente de desenvolvimento, que engloba o crescimento econômico, bem como a melhoria nas condições de vida da população e relaciona-se a fatores como moradia, saúde, educação, entre outros. Além disso, ressalta que a equidade tem que fazer parte da vida da população, ou seja, oportunidades iguais para as pessoas, o que no Brasil ainda está distante da realidade do seu povo.

No período do século XX para o XXI, modificações de impactos positivas contribuíram para a mudança do cenário brasileiro: o Brasil tornou-se um país urbano; a industrialização contribuiu para o êxodo rural e também para as mudanças na organização das cidades. Gremaud (2011) discute que houve desenvolvimento frente a questões como a diminuição da mortalidade infantil, o aumento da expectativa de vida, o acréscimo na instalação de saneamento básico, o acesso à água encanada nas residências e a diminuição do analfabetismo. No entanto, o autor ressalta que esses fatores não englobaram toda a população brasileira, destacando a disparidade existente entre as regiões em que o Brasil é dividido, bem como as classes sociais. A distribuição de renda, a organização das cidades e a qualidade de vida dos moradores são mais diagnosticadas na região sul do país, ficando as regiões norte e nordeste e zona rural com maior número de analfabetismo, com condições sanitárias precárias e com maior índice de mortalidade infantil, o que identifica a discrepância existente no país e explicita que o desenvolvimento não chegou a grande parte da população brasileira.

Gremaud (2011) discutindo sobre o foco da distribuição de renda no Brasil ser concentrada em uma pequena parcela da população, enfatiza as questões históricas que contribuíram nesse processo, como: tanto o período de escravismo como a abolição sem estruturar a situação econômica e social da população escravizada, além da distribuição de terras que concentrou grandes latifúndios para uma minoria e que se manteve tanto no Império quanto na República não contribuindo assim, para uma divisão menos desigual que atendesse a grande parte da população brasileira. Esse processo de exclusão teve continuidade à medida que a industrialização se afirmou e que as tecnologias foram utilizadas com o intuito de crescer o capital e não contribuir com a mão de obra.

3.4 Trabalho feminino e industrialização no Brasil

Concernente ao trabalho feminino, é correto afirmar que em todas as sociedades e nos variados tempos históricos as mulheres contribuíram com o seu trabalho, conforme ressalta Saffioti (2013). Então, se afirmamos que as mulheres sempre trabalharam, qual o cerne da questão com relação ao trabalho feminino? Perrot (2012) responde: “As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível” (PERROT, 2012, p.109).

Saffioti (2013) discorre que tanto nos campos, nas manufaturas, como em trabalhos nas minas, oficinas, lojas e mercados o trabalho feminino era exercido. A família era uma unidade de produção, assim, mulheres e crianças participavam ativamente do processo produtivo, além do trabalho doméstico. Saffioti ainda descreve que, para o comércio, a mulher dispunha de certa liberdade na França e na Inglaterra da Idade Média, devido ao fato de que poderia negociar, o que não distorcia a ideia de ser menor e incapaz e que necessitava da tutela de um homem.

A felicidade feminina estava ligada ao casamento, discute Saffioti (2013). Mesmo as mulheres casadas podendo exercer atividades como agiotagem, proprietárias de livraria, fornecedoras de roupas para o exército, não existia liberdade para as mulheres, pois a relação existente era de obediência em relação aos seus maridos. Perrot (2012) discute que a industrialização evidenciou o trabalho feminino, antes considerado invisível, pois as mudanças estruturais na forma de trabalho e a dificuldade em conciliar a dupla jornada da carga horária extensiva na fábrica com a jornada doméstica perturbaria os homens. A autora ressalta que:

> Os operários temiam a concorrência: esse "exército de reserva" ocasionaria, inevitavelmente, uma diminuição de salários, dizia Marx. Um homem digno desse nome deve poder sustentar sua família e precisa de uma mulher que cuide da casa. Além do mais, a fábrica com suas máquinas, sua sujeira, suas promiscuidades sexuais, não era para elas. "Operária: palavra ímpia" escreve Michelet. E num congresso operário de 1867, um congressista declara: "Para o homem, a madeira e o metal. Para a mulher, a família e os tecidos". Uma grande divisão material e simbólica do mundo. O duro para os homens; o mole para as mulheres. (PERROT, 2012, p.119)

Essa conjuntura dificultaria ainda mais o processo de afirmação do trabalho das mulheres, de um lado exploradas pelos patrões e, do outro, segregadas pelos trabalhadores. Perrot (2012) ressalta que foi o setor têxtil que empregou uma grande quantidade de mulheres. Descrevendo o trabalho feminino nas fábricas e nos ateliês, a autora afirma que este trabalho era temporário, que as mulheres começavam a exercê-lo por volta dos 12 anos e ficavam até o casamento ou o nascimento dos filhos, voltando ao trabalho, muitas vezes, levando os seus filhos consigo e formando longos corredores de mães e crianças à espera da abertura das fábricas para iniciarem a longa e exaustiva jornada de trabalho no início do século XIX.

Essa condição de trabalho era típica da mulher pertencente à classe trabalhadora. Rago (1985) descreve a mudança social imposta pela urbanização, configurando um novo modelo de moradias, como os cortiços e favelas, e como comércio os botequins, que agora agregavam um novo tipo de "espécie humana", mas também pelo novo modelo de conduta criado pela

sociedade burguesa com o intuito de domesticar essa espécie. Nesse sentido, surge o discurso moral e higienista em torno da família; existia um padrão a seguir, e esse padrão era burguês. Assim, coube à mulher um novo modelo de feminino, voltada para o lar e para os detalhes da vida familiar. Esse discurso contribuiu para a dificuldade enfrentada pelas mulheres nas fábricas e a discriminação sofrida por parte dos trabalhadores em relação às mesmas. Nesse sentido, Rago (1985) discute que o movimento operário era liderado por homens, mesmo que a maior parte dos operários fosse constituída de mulheres e crianças, e a atuação do movimento circulava em prol de colocar a mulher operária no padrão ideal que a burguesia ostentava, buscando deslocar a mulher da rua para casa, do público para o privado.

Perrot (2012) demonstra que o trabalho não necessitava de especialização na medida em que era simples e monótono. A exploração do trabalho levou as mulheres a tomaremconta de mais de um tear, o que causou perdas de dedos e mãos, pois além da atenção dividida em dois equipamentos a falta de segurança provocava inúmeros nos acidentes de trabalho. A falta de estrutura das fábricas, a dura disciplina e o olhar discriminatório por parte dos fiscais impossibilitavam a mulher inclusive de realizar necessidades primárias como ir ao banheiro, o que revela a humilhação desse trabalho marcado pelo assédio moral. As mulheres dificilmente aderiam às greves[12] e apenas uma pequena parcela se sindicalizara. A autora diz que ocorreu uma mudança de cenário após a Primeira Guerra Mundial, quando as mulheres foram chamadas para substituírem os homens que estavam em combate, obrigando as fábricas a reorganizarem a estrutura e o local do trabalho. Tal situação contribui para uma divisão do trabalho, para a ascensão das mulheres a cargos de superintendência e para a disponibilização de local para o aleitamento materno.

Saffioti (2013) demonstra que durante a Primeira Guerra Mundial o trabalho feminino cresceu consideravelmente na França. Segundo a autora, a participação das mulheres no mercado de trabalho aumentou entre 30 e 70% nas indústrias. No entanto, Saffioti (2013) ressalta que com o fim dessa guerra a participação feminina diminuiu, voltando aos números antes vivenciados. Durante a Segunda Guerra Mundial, a participação das mulheres no trabalho efetivo aumentou de 5,094 milhões de mulheres em 1939 para 6,768 milhões em

[12] Perrot (2012) apresenta algumas exceções com relação à participação feminina no universo industrial, ela descreve que as mulheres trabalhavam em grande quantidade nas indústrias alimentícias e químicas, como também na produção de tabaco. Nessas, as mulheres tinham maior participação nos sindicatos, com rara exceção para indústria que conseguiria construir uma carreira, em contrapartida não eram admitidas nas gráficas pelo fato de o ofício de fabricar livros ser considerado nobre demais para uma mulher. O preconceito e a inferiorização da mulher ainda se sustentavam.

1945. Em contrapartida, a diminuição da participação feminina no mercado de trabalho no pós-guerra refletiu a não importância desse trabalho, visto que só teve relevância para substituir a mão de obra masculina.

Quétel (2009) ressalta a importância da participação feminina nas duas grandes guerras, estudando o período entre 1939 e 1945. O autor destaca a presença da mulher não apenas como vítima desse processo, mas também como trabalhadora, além da função nas fábricas que exerciam na substituição dos homens, em outros setores do mercado e ainda como guerrilheiras. O papel de mãe é destacado pelo autor, as mulheres precisaram aprender a viver sem os homens e o êxodo fez parte do contexto, principalmente na tentativa de fugir do exército hitlerista, ou viver em ruínas que um dia haviam sido uma cidade ou povoado em que as mesmas residiram. A violência específica contra a mulher no contexto de guerra não era diferente e os estupros faziam parte desse retrato, e o fazem ainda nos dias de hoje. Em contrapartida, o autor reforça a participação feminina nos cargos antes ocupados por homens, e apresenta exemplos de conduta feminina não atrelados a um lado doce e frágil, como, por exemplo, mulheres vigilantes de campos de concentração-KAPO, atuando com crueldade com as/os prisioneiras/prisioneiros.

Durante a Primeira Guerra, o número de mulheres trabalhadoras aumentou em 700 mil operárias na Alemanha, passando de 1,4 milhão para 2,1 milhões de trabalhadoras. Nos EUA e na Grã-Bretanha o número de trabalhadoras dobrou, afirma Quétel (2009). Em compensação, na Segunda Guerra, o autor discute que na Alemanha nos anos de 1939 eram 5,2 milhões de trabalhadoras, que recebiam menos que os homens mesmo tendo mão de obra qualificada, enquanto os trabalhadores nesse período não estariam qualificados. Promover as mulheres a postos de chefia era proibido, para não ir contra a moral e incentivar disputa entre os trabalhadores. O autor descreve que no Japão houve o rompimento com a tradição familiar japonesa e as mulheres acabaram participando no trabalho das indústrias devido ao movimento em prol da guerra e o recrutamento das tropas. Nesse sentido, milhares de mulheres saíram da zona rural para trabalhar nas fábricas. As mulheres só dispunham de um dia por mês de descanso e salário referente a menos da metade dos homens.

Enquanto o trabalho feminino foi necessário, pela justificativa de os homens estarem envolvidos na guerra, os postos de trabalho foram disponibilizados para as mulheres. Com o fim das duas grandes guerras, a lógica que permeava era de que “se o número de empregos é menor que o de pessoas a preenchê-los, aos homens cabe prioridade” (SAFFIOTI, 2013,

p.80). Essa lógica contribuiu para a redução dos postos de trabalho das mulheres no pós-guerra. Apenas na década de 60 do século XX houve o crescimento da participação ativa das mulheres, representando um terço da população ativa na Inglaterra. Após as guerras, as mulheres foram despachadas para seus lares, jogadas no desemprego, e os empregos foram devolvidos aos homens. Poucas se mantiveram no mercado de trabalho.

Esse processo de crescimento da participação feminina na indústria pós-guerra é descrito como "irreversível", segundo Perrot (2012). A partir do momento posterior às duas grandes guerras, as mulheres conseguiram constituir carreiras e uma legislação de proteção começava a vigorar: a licença maternidade. A rotina das mulheres mudava, participavam com maior frequência de manifestações e da organização do espaço de trabalho. A autora descreve que, a partir da segunda metade do século XX, o curso profissionalizante disponibilizado para as mulheres era o de costura, que exaltava a condição de aptidão natural das mulheres para o ofício de costurar e as condicionava para o trabalho nas linhas de montagem das fábricas têxteis; em contrapartida, esse contexto determinava a condição de inaptidão para outras profissões, ainda perpetuando essa linha de ofício ligada à Primeira Revolução Industrial. Aliado à justificativa da falta de qualificação feminina para o trabalho, estava a baixa remuneração salarial. Além da costura, outra ocupação feminina era a datilografia, pois estava aliada ao teclado do piano e não a uma qualificação profissional.

Perrot (2012) destaca as novas possiblidade para o trabalho feminino, a compra de máquinas e a produção em casa para as mulheres, que dominavam a costura e entregavam as peças confeccionadas que são partes de um produto para a produção final[13]. Perrot descreve também a participação das mulheres no setor terciário, como vendedoras, secretárias, enfermeiras, professoras primárias, e argumenta que a maioria dos postos de trabalho ocupados pelas mulheres estão relacionados a um sentido doméstico, até a última década do século XX.

3.5 A mulher, o trabalho, novas relações e papéis sociais

Para Antunes (2009), as relações podem ser distintas no mundo do trabalho. Há um antagonismo que envolve emancipação e subordinação, relações que são travadas entre produção e objetivação do sujeito que vende a sua força de trabalho. "Essa contraditória

[13] Esse processo se assemelha à produção de confecção na cidade de Caruaru para a feira da Sulanca.

processualidade do trabalho, que emancipa e aliena, humaniza e sujeita, libera e escraviza, converte o estudo do trabalho humano numa questão crucial de nosso mundo e de nossas vidas neste conturbado século XXI" (ANTUNES, 2009, p.12). Para as mulheres essa processualidade baseada na produção e objetivação é fortemente vivenciada na medida em que o seu trabalho está arraigado em uma sociedade patriarcal que propicia que as relações de gênero sejam marcadas por relações de poder, colocando as mulheres em condição de subalternidade.

Antunes (2009), ao discorrer sobre as relações de trabalho no cenário da globalização e do neoliberalismo, enfatiza que houve o aumento de mais de 40% na força de trabalho da mulher no século XXI, mas mesmo com o aumento significativo a subalternidade ainda faz parte dessas relações. Antunes avalia a subalternidade feminina, no contexto da sociedade brasileira, como uma construção enraizada pela formação agrária desse país, desde a colonização, e que algumas conquistas relativas ao direito da mulher são frutos da luta dos movimentos sociais, inclusive do movimento operário.

Dessa forma, discutir o trabalho feminino é identificar as formas encontradas para a ruptura com a conduta desigual nas relações de gênero e as mudanças nessa construção social. Como discute La Riva (2006), de receptoras passivas do desenvolvimento em que a maternidade e o trabalho doméstico eram apontados como enaltecimento. Hoje, as mulheres lutam pelo reconhecimento não apenas dos seus direitos reprodutivos, de sua produtividade, como criadoras, empreendedoras, trabalhadoras incorporadas ao mercado de trabalho, sem perder sua singularidade e sem masculinização do trabalho feminino. O contexto do trabalho feminino, na atualidade, está impregnado por relações baseadas na vulnerabilização, que colocam as mulheres em empregos temporários, terceirizados e em condições degradantes ou ainda estão vinculadas a atividades ditas como femininas como discutem Hirata (2009) e Segnini (2007)[14].

Retomando a discussão realizada por Perrot (2012), concernente ao trabalho das mulheres sempre ter existido, a questão é que a invisibilidade desse trabalho e a desvalorização pelo trabalho doméstico também sempre existiram. As mulheres desenvolveram o trabalho no campo, na fiação, no artesanato, fizeram parte dessa construção; a maioria desses ofícios não era remunerada ou ficavam sob responsabilidade dos pais, maridos, irmãos; por mais que as mulheres trabalhassem, estava nas mãos dos homens a

[14] Retomaremos essa discussão no quarto capítulo.

administração das economias familiares. Essa desqualificação do trabalho da mulher vinculava-as, mesmo no ambiente de trabalho assalariado, ao modelo patriarcal de submissão à figura masculina. Na atualidade, as mulheres ainda estão suscetíveis, a formas distintas de vulnerabilidade, discriminação, preconceito e violência, expressas em condutas preconceituosas e patriarcais encontradas também na divisão sexual do trabalho, no mundo privado ou no mundo público. Porém, na atualidade o patriarcado pode ser enfrentado pela mulher quando esta tem escolaridade, formação profissional e condições de fazer escolhas.

> O último relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) aponta o Brasil na 80ª posição em um ranking de 146 países. Uma das razões para tal condição é o alto Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), um dos indicadores complementares ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Dois fatores são especialmente significativos: apenas 9,6% dos assentos do Congresso Nacional são ocupados por mulheres; e a inserção no mercado de trabalho, cuja taxa é de 60,1% de mulheres contra 81,9 % de homens. Outro dado, divulgado pelo Global Gender Gap Report 2011, um relatório do Fórum Econômico Mundial, éa imensa disparidade salarial entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo. (FERRAZ, 2013, p.83)

O relatório descrito na citação acima demonstra o longo caminho a ser percorrido rumo à igualdade entre homens e mulheres. A desigualdade das relações de gênero inviabiliza o desenvolvimento humano nos mais variados continentes. Em alguns países, as mulheres não estudam, não trabalham, são proibidas de ter escolhas que não sejam aprovadas pelos familiares ou esposos. Cada vez mais as pautas dos direitos feministas são apresentadas por organizações de Direitos Humanos. Recorrendo à citação acima podemos observar ainda que foram utilizados dois exemplos importantes: no espaço econômico, o mercado de trabalho, e no espaço político, a representação do poder legislativo são fatos que revelam a disparidade existente entre homens e mulheres no trabalho remunerado, e que também é evidenciada no trabalho não remunerado, só que com inversão de papéis, nesse caso as mulheres são a maioria.

Ainda com relação ao trabalho feminino, Studart (1974) afirma que “trabalhar é transformar a natureza e construir a cultura, tarefa que distingue o homem do animal. A mulher não pode seguir como primata, reduzida ao seu papel biológico”. Nesse caso, a luta é pela desconstrução do imaginário de reprodutora, segundo o qual seria “natural” a mulher apenas assumir seu papel de reprodutora. Este sendo seu principal papel que se prolonga através da condição de mãe e esposa. Studart (1974) não enxerga impossibilidade em conciliar os papéis se essa for a escolha da mulher, ou mesmo do direito de abrir mão desse “papel natural”, podendo a mulher escolher ou não dar continuidade a espécie humana. A autora defende que precisamos modificar e ressignificar o papel da mulher, e em tal

perspectiva se aproxima de Beauvoir (1970), que trata a mulher como construção cultural, e defende que foi a cultura e não sua condição biológica que a subalternizou; que a desigualdade nas relações entre homens e mulheres é produto de construções culturais, sociais e históricas, e não biológicas.

> Ora, a mulher sempre foi, senão a escrava do homem, ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado handicap. Em quase nenhum país, seu estatuto legal é idêntico ao do homem e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta. Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam na indústria, na política etc, maior número de lugares e os postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens. (BEAUVOIR, 1970, p.14)

Um dos grandes desafios da escrita sobre as mulheres era dar visibilidade aos seus feitos, pois os escritores da história não os enxergavam, o que dificultou os primeiros estudos. Hoje nos deparamos com várias formas através das quais a mulher se percebe na sociedade e, mesmo depois de tantos movimentos buscando a igualdade de direitos, o debate sobre gênero não conseguiu se inserir em todas as organizações sociais.

4 A MULHER NO TRABALHO: AFIRMAÇÃO E VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Mexo, remexo na inquisição
Só quem já morreu na fogueira
Sabe o que é ser carvão
(Canção "Pagu". Compositora: Rita Lee).

Nesse capítulo buscamos atender à necessidade de entender o contexto em que foi desenvolvido o papel social no qual as mulheres estão inseridas, bem como as linhas teóricas sobre alguns dos caminhos dos estudos que envolvem as mulheres. Partindo da história das mulheres – primeiro estudo que sofreu modificações ao longo dos últimos anos – até as concepções de gênero. Nesse caminho, fomos desenvolvendo a pesquisa que estamos apresentando, em que teórico e empírico se alimentam e constroem e reconstroem a realidade.

4.1 História das Mulheres

Com o intuito de compreender a conjuntura social em que as mulheres estão inseridas é que nos debruçamos sobre a história das mulheres, nos estudos científicos. Scott (1992) discute que o campo de estudo "História das Mulheres" surgiu a partir da política feminista no período da década de 60, do século XX, pois a luta das feministas pelo reconhecimento da participação feminina na história visava provar a ação e atuação das mulheres, bem como explicar a opressão e incentivar a luta em prol da igualdade.

Nesse caminho, Perrot (2012) discute que uma história sem a participação das mulheres seria impossível e que esse fato é evidente. Consideramos que nem tão evidente assim: as mulheres são testemunhas de um silêncio, esse retratado na história, pois para a autora a história é baseada nos acontecimentos, nos fatos, nas mudanças e nas revoluções. Mas, também, no relato que é feito sobre essas ações. Nessa ótica, as mulheres ficaram fora desse relato, como que o sentido das e para as mulheres estivesse resumido à reprodução.

> Mas o silêncio mais profundo é do relato. O relato da história constituído pelos primeiros historiadores gregos ou romanos diz respeito ao espaço público: as guerras, os reinados, os homens "ilustres", ou então os homens "públicos". O mesmo ocorre com as crônicas medievais e as vidas de santos: fala-se mais em santos do que de santas. Além disso, os santos agem, evangelizam, viajam. As mulheres preservam sua virgindade e rezam. Ou alcançam a honra do martírio, que é uma honra suntuosa. (PERROT, 2012, p.18)

Tal invisibilidade é explicada, segundo Perrot (2013), pelo confinamento, pois sua ação se resumiria ao espaço doméstico. Seria o preço que pagaríamos pelo pecado original descrito na Bíblia. A fala genérica é justificada pelo fato de os escritos sobre as mulheres em um longo período terem sido feitos por homens, o que demonstra a pouca atenção dedicada ao tema e ainda a criação de estereótipos baseados na falta de informações precisas sobre as questões que envolvem a mulher.

Demarcando um período para o início de uma construção da intitulada história das mulheres, Perrot (2013) afirma que, na segunda metade do século XX, primeiro nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e na França, nos anos 70 do século em questão, vários eram fatores que contribuíram para essa construção: científicos, sociológicos e políticos. A crise nos sistemas de pensamento como o marxismo e o estruturalismo, o destaque que a subjetividade passa a ter, a aproximação entre a história e a sociologia e o redescobrimento da família como aspecto de relevante contribuição social são questões que fazem parte desse contexto analisado. A infância, a natalidade e o casamento ganharam uma proporção maior em estudos e as mulheres na universidade enfatizavam esse processo de construção teórica sobre a participação das mulheres na história.

Scott (1989) afirma que saber que as mulheres participaram da Revolução Francesa não modificou em nada a sua compreensão sobre o tema. Divergimos, pois o mesmo não ocorreu quando estudamos o tema: ao fazê-lo, o nosso olhar e a nossa expectativa mudaram ao saber da participação ativa das mulheres. A exemplo do tratamento que foi dado quando cobraram os direitos para as mulheres como no caso de Marie Gouze, que se opôs a Robespierre no período jacobino e acabou guilhotinada, em 1793, condenada como contrarrevolucionária e denunciada como uma mulher “desnaturada”. Nesse sentido, a luta feminina é essencial para a construção histórica e social e para a História das Mulheres.

Teles (2003), discutindo a história do feminismo no Brasil, relata que o intuito dessa discussão histórica que envolve a condição feminina vai além da necessidade de reabilitar a mulher da exclusão imposta nos campos econômicos, sociais e culturais. Para autora, é “assumir a postura incômoda de se indignar com o fenômeno histórico em que metade da humanidade se viu milenarmente excluída nas diferentes sociedades, no decorrer dos tempos” (TELES, 2003, p.09). E ainda acredita que é necessário uma transformação radical, solidarizar-se com as mulheres que lutam, e compreender o processo de submissão, afinal ninguém é submetido a um regime patriarcal e machista porque concorda. Por mais discreta

que seja, a submissão impede a capacidade de emancipação, a vontade de viver com dignidade. Teles (2003) afirma que a ideologia machista negou e continua negando a contribuição histórica da mulher, e que seu papel além da maternidade é de protagonista ao passo que cria, inova, socializa em todas as esferas sociais.

Perrot (2013) e Scott (1992) afirmam a importância da história das mulheres enquanto campo de estudo nas últimas décadas do século XX. Scott (1992), ao enfatizar que as feministas acadêmicas aceitaram o chamado para a construção de uma história que afirmasse as mulheres, ligando a discussão entre política e intelectualidade, demarca a importância desse momento para a visibilidade da participação feminina na história. Posteriormente houve o afastamento da política e a vinculação aos campos que interligavam a vida das mulheres com os vínculos familiares, caminhando para a discussão de gênero na década de 80 do século XX, que discutiremos ainda neste capítulo.

Quando Rago discute que as mulheres eram vistas como "frágeis e infelizes para os jornalistas, perigosas e indesejáveis para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos, perdidas e degeneradas para os médicos e juristas" (DEL PRIORE, 2004, p.592), desperta para a necessidade de discutir esse olhar sobre a mulher ao longo da história, pois esse olhar está inclusive delimitado no mercado de trabalho, com determinadas profissões ditas como "de homem" ou "de mulher", e em alguns casos com salários inferiores, como estudamos em Ávila Neto:

> A área denominada de ciências humanas supõe-se feminina, por oposição a de ciências exatas, suposta masculina. "À mulher se dá a intuição, ao homem a razão e a lógica". Enquanto ela fala, ele pensa. Essa posição quase maniqueísta justifica o preconceito em torno das atividades profissionais ou áreas de ciências. [...] dois tipos de discriminações que costumam ocorrer: primeiro, contra o trabalho da mulher casada; segundo a discriminação salarial, onde a mulher tem, nas mesmas funções profissionais dos homens, remuneração frequentemente inferior. [...] no Brasil a discriminação contra o trabalho da mulher casada é maior contra a mulher de nível socioeconômico mais baixo, pois é essa que apresenta maior taxa de fertilidade (falta de acesso à tecnologia anticoncepcional), com menor possibilidade de contratar serviços domésticos para cuidar de suas crianças, e, por conseguinte, menor possibilidade de participação. (ÁVILA NETO, 1994, p.42)

Alves e Pitanguy (2007), discutindo o que é feminismo, descrevem que procuraram restaurar a participação da mulher na história com o intuito de demonstrar tanto a condição feminina quanto as lutas ainda pouco estudadas pelas ciências sociais. Esse estudo, segundo as autoras, é justamente pela invisibilidade das mulheres na memória social e nos registros históricos e discute ainda uma construção de resistência em torno do feminino, inclusive no

discurso médico e religioso[15]. As autoras ressaltam o apoio aos argumentos de Engels no que diz respeito às sociedades capitalistas e o surgimento da propriedade privada, e que nesse sentido, com o intuito de preservar a herança, foi inserido o matrimônio e a subordinação da mulher, visando garantir a segurança na transmissão da propriedade. As autoras afirmam ainda que os direitos que as mulheres conquistaram são frutos da luta das mulheres trabalhadoras que levaram para a esfera pública a sua resistência.

Então, entender o contexto de luta e resistência que contribuiu para uma modificação no papel que as mulheres ocupam na sociedade é necessário. Scott (1989) discute que a concepção de História das Mulheres ficou por conta das/dos historiadoras (es), por estarmos mais acostumados com a descrição do que com a teoria, devido à formação. No entanto, a autora afirma que:

> Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história. A maneira como esta nova história iria simultaneamente incluir e apresentar a experiência das mulheres dependeria da maneira como o gênero poderia ser desenvolvido como uma categoria de análise. (SCOTT, 1989, p.9)

Lowy (2007) discute as transformações que a história das ciências sofreu a partir da mudança ocorrida no campo de atuação dos historiadores e, para ela, esses pesquisadores ainda estão debruçados na história dos conceitos e em textos antigos, mas conseguiram alargar o olhar debruçado para o seu campo de pesquisa. A autora descreve a atuação desses historiadores como a busca para o desenho de novos saberes e aprendizados, visando abordar novas modalidades de conhecimento, organização do ensino e o diálogo entre pesquisadores com o intuito de aliar a teoria do conhecimento com a vivência de uma prática. É nesse contexto que a autora afirma que a busca por categorias palpáveis de estudo contribuiu para despertar nos historiadores o interesse pelo estudo dos invisíveis na história dita como oficial. Assim, a partir dos anos de 1970, aconteceu um empenho em evidenciar a importância da história das mulheres, até então oculta, invisível, camuflada ou voltada para as rainhas, esposas ou amantes de nomes influentes da alta sociedade.

O estudo da história das mulheres estava voltado, na década de 60 e 70 do século XX, para a história social. Segundo Lowy (2007)[16], as historiadoras voltaram seus estudos para o

[15] O *Dicionário das Mulheres do Brasil*, de Schuma Schumaher (2000), apresenta mulheres que contribuíram para a formação da sociedade brasileira ao longo de 500 anos de história.

[16] A autora afirma a importância das mulheres pesquisadoras, questionando a ciência construída apenas por homens. Com raras exceções dos filósofos gregos que não dispunham descendência masculina, a proibição das

trabalho assalariado feminino, contribuindo para a visibilidade da mulher trabalhadora, o que não mantinha diálogo com os sindicatos e associações, que não percebiam aspectos positivos no trabalho feminino; o intuito dessas instituições era buscar um salário familiar para os homens, assim o trabalho infantil seria extinto e garantido o posto de "rainha do lar" para as mulheres. A discussão a respeito do trabalho das mulheres contribui para uma diminuição da visão marginal e de complementariedade da atividade masculina. Colocando luz para as resistências e para a contribuição social e econômica desse trabalho assalariado desde o século XIX, mas também contribuindo para a discussão do trabalho não assalariado voltado para as atividades domésticas e atividades de cuidadoras, o que na atualidade refere-se ao "*care*" [17]. Nesse sentido, adentraremos na discussão de gênero com o intuito de entender essa construção social, sem esquecer a importância da história das mulheres na contribuição desse campo teórico e na afirmação da necessidade de rever não apenas os padrões sociais, como também modificá-los.

4.2 Da História das Mulheres ao debate de gênero

Atualmente a construção social discute a identidade sexual para além do sexo biológico, desse modo questões tidas como masculinas e femininas também foram e continuam sendo repensadas. É preciso considerar o comportamento psíquico que o indivíduo tem diante de seu próprio sexo. Resulta daí que, segundo Szaniawski (1998), o sexo não é composto apenas pelos aspectos físicos, mas também dos caracteres psíquicos e comportamentais da pessoa, o que no todo define o estado sexual do indivíduo.

Segundo Choeri (2004), nos anos 1960 surgem os primeiros estudos sociológicos que visam distinguir sexo e gênero. Nesse contexto, a ideia de sexo está atrelada a uma acepção biológica, vale dizer, o sexo é uma condição biologicamente prescrita ao indivíduo. Entendemos que a concepção de gênero nasce de uma visão cultural e psicossocial da

---

mulheres frequentarem a universidade, no século XVII, e o caráter dado ao conhecimento produzido por mulheres a partir do sentido que este ganha caráter prático, afinal a ideia defendida é que mulheres não faziam ciência. Outro aspecto importante que a autora apresenta é que a cultura dos grupos dominantes deixa de ser o foco de estudo, fruto da luta dos movimentos feminista e negro na década de 1970. Além de discutir a contribuição das feministas no debate contra a desumanização da ciência e os métodos usados na Primeira Guerra Mundial com o intuito de matar pessoas, a autora afirma que renovar o interesse sobre a participação das mulheres "pode lançar luz sobre os limbos que separam a história das ciências e a história geral (história econômica, cultural e politica), e tal fato pode trazer uma contribuição importante para a compreensão das interações importantes entre a ciência e a sociedade" (HIRATA, 2007, p.335).

[17] *Care* designa a questão do cuidado com o outro, basicamente voltado para a questão do trabalho das cuidadoras.

condição sexual, ou seja, o gênero é uma identidade socialmente construída em que os indivíduos se dispõem a uma nova forma de estar em sociedade e consigo mesmo. Entendemos que embora o gênero esteja ligado ao sexo, não lhe é idêntico, mas construído socialmente.

Saffioti (2004), comentando o posicionamento de Butler "sobre o que determina de 'Gêneros inteligíveis' que são aqueles que apresentam e mantém relações de continuidade e coerência do sexo gênero e práticas sexuais", afirma que as mulheres estão simultaneamente dentro e fora do gênero, ou seja, agem de acordo com várias matrizes de gênero. Assim, podemos entender o gênero como sendo uma construção social, política e ideológica do sexo biológico, isto é, uma maneira de vivenciar e representar as identidades sexuais e de gênero.

No modelo de sociedade em que vivemos, em que a identificação pelo sexo biológico acontece muitas vezes a partir do nascimento, ou do momento em que os pais recebem a informação tão esperada se é "menino ou menina", e ainda com toda a urgência da discussão sobre o papel da mulher na sociedade em relação ao lar e à rua, nos confrontamos com os embates relativos à construção do ser mulher baseados num ideal que é ensinado desde as brincadeiras infantis, como discute Miranda (2003), as quais apresentam o mundo que as mulheres pertencem ou devem pertencer. A maternidade aparece como uma necessidade meramente feminina, alimentada desde os primeiros anos de vida com uma infinidade de brinquedos que ensinam a cuidar da casa e dos filhos, enquanto aos meninos são ensinadas e estimuladas brincadeiras como jogos de guerra, resistência, enfrentamento, coragem, elementos constitutivos dessa força e voracidade "masculina", e que participar de brincadeiras tidas como femininas é contrário à formação desse ser homem-empoderado.

Nesse contexto, a concepção que a masculinidade representa de poder e força versus sensibilidade, cuidado e doçura é lamentavelmente construída com base no patriarcalismo e numa conduta comportamental sexista. Questões enfrentadas pelas mulheres ao longo da história, ainda em pleno século XXI, precisam ser discutidas, como: a participação social, salários iguais, violência, direito ao corpo e ao prazer, pois todas as construções sociais estão inseridas em um tempo e espaço, são retratos de comportamento, reflexos de análises individuais e coletivas que são vividas cotidianamente e, da forma que são vivenciadas, precisam ser combatidas. Afinal, necessitamos de uma visão de mundo e de sociedade não sexista e menos determinista, inclusive nas habilidades de cada ser. Para Scott (1989), o

gênero é um meio de definir novas construções sociais, e as discussões sobre história das mulheres em alguns casos só se modificaram com a denominação por gênero.

O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ela oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens.

Segundo Touraine (2011), a dualidade existente em torno das discussões de gênero, contempladas nesta discussão desde a determinação das habilidades nas crianças pelos pais ou na fase adulta pelas habilidades profissionais, trazem à tona "a fraqueza da ideia de gênero, mesmo que ela defina a mulher como uma construção social, reside no fato que ela não especifica esta construção social do gênero, já que todas as condutas humanas e quase todas as relações sociais são construções sociais" (TOURAINE, 2011, p.59). Assim, a destruição do gênero seria justamente esse olhar não dual sobre as questões culturais e naturais que contribuem para a formação das identidades femininas e masculinas sob a análise da teoria *Queer*, que é uma das teorias mais atuais sobre sexualidade. No entanto, não pretendemos seguir por esse caminho. Coadunamos com a ideia das relações sociais ligadas muitas vezes pelo poder, e o sexo não se distancia dessa relação, como discute Therborn (2006):

> O sexo é uma força básica de orientação da biologia humana; o poder é um aspecto fundamental da sociologia humana. Sexo e poder não são mundos distintos um do outro, mas estão entrelaçados um no outro. O poder pode ser observado no reino animal, enquanto as formas de sexualidade humana são socialmente construídas e variáveis. [...] A família é um espaço cercado nos campos de batalha abertos pelo sexo e pelo poder, delimitando a livre competição através de fronteiras entre membros e não membros; substituindo o comércio livre e o combate perpétuo por direitos e obrigações. (THEBORN, 2006, p.11)

Como a família é uma instituição social, em seu contexto os comportamentos são vivenciados como retrato da sociedade em que estamos inseridos, no seio familiar a convivência é permeada por relações de poder agravadas por questões culturais que contribuem para a negação de Direitos Humanos das e para as mulheres. Nesse sentido, entendemos a necessidade de romper com o que Scott (1989) define de "lógica binária", pois no que diz respeito às relações entre homens e mulheres coadunamos com a autora quando afirma:

> Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o

> gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: primeiro - símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) – Eva e Maria, como símbolo da mulher, por exemplo, na tradição cristã do Ocidente, mas também mitos da luz e da escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção. Para os (as) historiadores (as), as questões interessantes são: quais as representações simbólicas evocadas, quais suas modalidades, em que contextos? Segundo – conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino. (SCOTT, 1989, p.21)

No entanto, discordamos de Scott (1989) quando se refere à "ladainha classe, gênero e raça", pois o nosso objeto de estudo está mergulhado nessas questões; o trabalho feminino informal na feira da Sulanca de Caruaru apresenta um recorte de classe. Nesse encontro entre teoria e objeto corremos o risco de não romper com estruturas postas e nos manter no que Scott (1989) define como uma série de abordagens de gênero em que as mais utilizadas são a do patriarcado, a de tradição marxista e o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas.

As relações de gênero baseadas na inferioridade e submissão feminina e por inúmeras vezes na violação de Direitos Humanos não serão resolvidas abominando a maternidade, impondo tabus sexuais, ou ainda execrando as diferenças físicas entre as pessoas. Acreditamos que discutir o trabalho feminino sob a ótica dos Direitos Humanos na Feira da Sulanca de Caruaru faz-se importante porque alguns aspectos sociais tendem a ser voltados ainda para as mulheres. Desse modo, o nosso olhar volta-se para o que Alves e Pitanguy (2007) chamam de "frente de luta":

> Apesar de que as frentes de luta do movimento feminista variam de acordo com o momento histórico e as características socioeconômicas e política do país em que se desenvolvem, alguns temas têm sido levantados de forma generalizada por constituírem reinvindicações básicas das mulheres. Estes podem ser agrupados - grosso modo – em algumas categorias (ALVES; PITANGUY, 2007, p.59).

As categorias apontadas pelas autoras Alves e Pitanguy (2007) foram: sexualidade e violência, saúde, ideologia e formação profissional e mercado de trabalho. Nossa pesquisa se ateve à temática do trabalho no universo da informalidade. Desse modo a compreensão de gênero é um dos caminhos que percorremos durante nossa pesquisa. Não buscamos encerrar

as discussões ou fazer valoração sobre as diversas teorias, apenas entender que a temática de gênero oferece infinitas possibilidades.

Entendemos que muito precisamos avançar nessa temática que é crucial para o entendimento e a modificação de padrões sociais no nosso dia a dia, e que se faz necessário que nos esforcemos para analisá-las em conjunto com outros determinantes, recorrendo sempre aos debates das relações sociais de gênero.

4.3 Mulheres e o contexto social

Segundo Castillo e Oliveira (2005), das várias explicações que foram dadas para justificar o lugar ocupado pela mulher na sociedade, duas se sobressaíram. Uma retrata a questão biológica e coloca a mulher como menos capaz que os homens, sendo inferior e com propensão para a irracionalidade e função reprodutiva; a outra como uma questão cultural vivenciada nas relações patriarcais e machistas que contribuem para colocar a mulher em condição de vulnerabilidade social. Ambas apresentam argumentos diferentes, o apelo ao argumento biológico e o outro ao argumento cultural; no entanto, ambas trazem como esteio a compreensão de inferioridade e incapacidade feminina em relação aos homens.

Essa discussão remonta a vários períodos históricos, iniciando no século XIX e em particular o século XX e XXI. O filosofo e liberal John Stuart foi um dos poucos a defender os direitos das mulheres no século XIX. Mill (2006) considerava em 1860 que a subordinação das mulheres era um atraso, que era a continuação da escravatura e que por menor que fosse a condição financeira de um homem seria sempre melhor que a condição ocupada pela mulher na sociedade, pois as mulheres tinham que oferecer sua obediência e ainda o seu afeto.

Mill (2006) defendia a necessidade de a mulher lutar contra a forma tirânica com que era tratada pelo homem e afirmava que a capacidade feminina era boicotada por seus maridos, quando esses tomavam posse de pensamentos e ideias e publicavam como suas, ao se referir ao universo da intelectualidade. Para Mill (2006), os homens não estavam preparados para viver em igualdade com as mulheres, e por essa razão excluíam metade da humanidade da parte importante das ocupações lucrativas. O autor ainda questionava o argumento de que o tamanho do cérebro feminino era menor que o masculino e que isso teria diminuído a capacidade da mulher. Nesse ponto, remete sua crítica aos estudos que buscavam explicações científicas biologizantes para justificar a inferioridade feminina. Sua crítica se dirige

principalmente aos estudos da antropologia e da criminologia positivista do século XIX, pensamento imbuído por preconceito de raça, classe e gênero.

Mill não foi o primeiro a discutir a condição da mulher. Antes dele a escritora, filósofa e defensora dos direitos das mulheres Mary Wollstonecraft, em 1792, discutia os direitos da mulher (WOLLSTONECRAFT, 1998). Sua reflexão pode ser considerada inovadora por tratar as mulheres como seres racionais e não como seres infantilizados, como eram tratadas anteriormente, e por afirmar que sua intenção com a discussão é analisar em que consiste a dignidade da mulher e que as expressões utilizadas pelos homens a exemplo dos atributos femininos (valorizando a docilidade, o pudor e o afeto) serviam para diminuir a capacidade de autonomia de decisão feminina.

As questões referentes ao lugar social de homens e mulheres fizeram parte da obra *Vindicación de los derechos de la mujer*, de Wollstonecraft (1998). Nessa obra, a autora apresenta questionamentos que contribuíram para que, no contexto histórico de sua época, mostrasse a necessidade de pensar a mulher a partir das reflexões a respeito do papel desempenhado pela mulher na sociedade. Contextualizando o período em que Wollstonecraft discutiu os direitos das mulheres, foi a época da efervescência da luta pelos direitos civis e políticos, pois era o período da Revolução Francesa. O ideal dessa revolução que almejava "Igualdade, Liberdade e Fraternidade" acabou se materializando na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Mesmo proporcionando às mulheres alguns direitos jurídicos, a igualdade entre homem e mulher não foi alcançada. A educação para as meninas com o intuito de colocar a mulher na condição de submissão foi questionada pela autora a partir do momento em que o incentivo era a garantia da proteção do homem e não a autonomia da mulher, como percebemos na citação a seguir:

> La inteligencia será siempre frágil cuando sólo está apoyada por prejuicios, la corriente descende con furia destructora cuando no existen barreras para contener su fuerza. A las mujeres se les disse desde su infancia, y el ejemplo de su madre lo refrenda, que para conquistar la protección del hombre no necesitan más que un cierto conocimiento de la debilidad, en otras palabras: astucia y un temperamento dócil, una aparente obediencia y un cuidado meticuloso en adoptar un comportamiento pueril. Y además, ser hermosas, todo demás sobra, al menos durante veinte años de su vida. (WOLLSTONECRAFT,1998, p.38-39).

Hunt (2009) discute que a vida da mulher, após a Revolução Francesa, passou a ser devolvida para o mundo privado, ou seja, para a casa. Seus direitos políticos não foram garantidos, o ideal de sensibilidade foi incentivado e os revolucionários, apesar de contarem

com a participação feminina nas ruas, não reconheceram os direitos das mulheres no mundo público: da política e do trabalho remunerado. Na Revolução Francesa as mulheres foram utilizadas para defender uma ideologia e não usufruíram dos benefícios alcançados quando essa ideologia alcançou ascensão.

Souza (2003) discute a participação das mulheres de forma ativa durante a Revolução Francesa. Elas lutaram de várias formas, inclusive armadas, e depois foram ironizadas, como ressalta Hunt (2009). A ironia de que trata em seu texto está ligada ao discurso de que a mulher envolvida com o mundo político se fazia representar pela perda dos traços maternos, a crítica de que as mulheres na política se masculinizavam, masculinização expressada no uso que fizeram de armas para defender os direitos dos cidadãos. A própria imagem símbolo da Revolução Francesa é uma mulher com seio de fora, empunhando uma bandeira. As críticas resultaram na proibição de que as mulheres fundassem associações em território francês.

Hunt (2009) enfatiza o lugar que a mulher ocupava no espaço do lar, sendo esta a tendência do século XVIII: uma vida voltada para a casa. No entanto, o envolvimento da mulher com os assuntos políticos ganhou propulsão com a Revolução, que apesar de não reconhecer os direitos políticos da mulher, demonstrou existir a possiblidade de mudança, a partir da relevância da participação feminina. Mesmo reconhecendo o importante lugar ocupado pelas mulheres nessa revolução, para uma sociedade patriarcal não seria interessante uma inversão dos papéis tidos como naturais, para a época, entre homens e mulheres. A sociedade não estava preparada naquele momento para o enfrentamento dos direitos das mulheres.

Gonçalves (2006), discutindo a participação política das mulheres, discorre sobre a 1ª Convenção para o Direito das Mulheres no ano de 1848, em Seneca Falls, em Nova Iorque. A autora informa que essa convenção ocorreu quando as mulheres foram impedidas de opinarem nas discussões sobre a problemática do trabalho escravo. Nesse momento, segundo Gonçalves (2006), o movimento em prol da liberdade da população negra escravizada passou a ser elemento que impulsionou a luta feminista contra a dependência e as amarras impostas que enfatizavam as diferenças entre homens e mulheres, bem como a impossibilidade de as mulheres se fazerem representar politicamente, razão pela qual a luta por direitos civis e políticos no contexto histórico americano aproxima em muitos momentos o movimento negro e o movimento feminista.

Beauvoir (1970) defende que as questões culturais influenciam na afirmação do papel da mulher como reprodutora e do homem como provedor. As mudanças nos papéis sociais e sexuais ocorridas principalmente no século XX fazem parte das discussões sobre a construção do que é ser mulher e homem. Ao homem basta ser homem, à mulher é necessário mais que ser mulher: ela precisa ser pura, casta, ter pudor, ser afetiva, boa moça, educada e uma gama de adjetivos que no passado ainda se somava a um bom dote. Eram características que funcionavam para demonstrar as potencialidades que capacitavam o gênero feminino; aos homens nenhuma característica era imposta, bastava-lhes o fato do sexo biológico. Para a autora, o fato de as mulheres não se reivindicarem como sujeito surgia dos laços que as prendiam ao patriarcado, maridos, filhos, por exemplo, assim Beauvoir enfatiza que a mulher sempre foi serva do homem e a desigualdade dos sexos existiu em todos os lugares.

O contexto em que as mulheres estavam inseridas no século XX foi marcado por um período de avanços significativos com relação à participação feminina na sociedade no que se refere a direitos civis, sociais e políticos. Freitas (2006) afirma que o século XX é tido como o século das mulheres e que a revolução que ocorreu foi silenciosa frente às modificações com relação ao trabalho remunerado, educação, família, sem esquecer as formas de violência contra a mulher que ganharam visibilidade nesse período. A autora discute a persistência de aspectos negativos com relação à desigualdade de gênero, esta vivenciada em aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos.

Scott (2011) apresenta as questões da desigualdade de gênero perpetuadas em relações de poder, vivenciadas tanto no contexto de gênero e geração, como no de classe e etnia/raça, nos espaços públicos como nos espaços privados, nas alcovas do lar e das famílias. Discute as perspectivas que abordam as mulheres como na família, pois mesmo que a desigualdade de gênero tenha visibilidade nas discussões da sociedade o foco das análises é referente ainda ao ideal de mulher permeado pelo papel da reprodução.

Afirmando a importância da independência econômica para as mulheres, Scott (2011) analisa que ela contribui para que a mulher não fique vinculada financeiramente ao homem e assim possa romper com o modelo de desigualdade social que as relações patriarcais afirmam, como também para enfrentamento da pobreza e para a mudança da realidade de violência enfrentada por importante parcela da população feminina. O autor discute a manutenção da desigualdade de gênero frente às ações patriarcais que são responsáveis, além da desigualdade de gênero, pela desigualdade de classe.

As discussões que cercam o debate sobre a desigualdade de gênero estão ligadas intrinsicamente nas concepções de classe e etnia. Como argumenta Hirata (2014), as dificuldades enfrentadas pelas mulheres representam um abismo social entre o gênero masculino e o feminino, como também entre as etnias e raças. Discutindo o conceito de interseccionalidade – que significa para a autora a inter-relação existente entre sexo, gênero e classe social –, ela afirma a necessidade dos estudos sobre trabalho e gênero frente ao quadro de desigualdade social enfrentado pelas mulheres não só no Brasil como na França e no Japão.

Guimarães (2010) discute que a reflexão em torno do trabalho feminino tem culminado na ênfase do preconceito existente no mercado de trabalho. Segundo a autora, algumas mudanças no mercado de trabalho formal são percebidas, mesmo que algumas características da relação de gênero perdurem. Contudo, no mercado informal essa afirmação não permanece, pois o crescimento desse mercado aumenta as dificuldades para o desenvolvimento de políticas públicas que agreguem essa problemática, deixando as mulheres em condição de vulnerabilidade.

4.4 Trabalho Feminino e Direitos Humanos

Refletir sobre o trabalho feminino implica refletir também sobre os Diretos Humanos na atualidade, tendo em mente a gama de direitos políticos, sociais, civis, culturais, étnicos e sexuais que permeiam a construção da cidadã moderna e ocidental na mediação do acesso a esses direitos. Nas discussões de Gênero e Direitos Humanos, entende-se que o espaço conquistado é um direito e que este é fruto de uma luta incessante ao longo da história; que não existe inferioridade em relação a sexo, etnia/raça, cultura e que existe um longo caminho na construção de um debate e de uma prática em favor do respeito ao ser humano, nesse caso, a mulher trabalhadora.

A relação entre mulher e trabalho sendo problematizada a partir dos Direitos Humanos perpassa toda a sociedade atual, independente dos valores culturais, sociais e políticos em que a humanidade esteja inserida, já que essa relação tem sido marcada pela violação de direitos da mulher. Segundo o relatório “Desigualdade de gênero no mundo do trabalho: dois passos à frente e um atrás”, da UNRIC Centro Regional de Informação das Nações Unidas, a limitação de opções de emprego são maiores para as mulheres em todos os setores. O relatório enfatiza

a diferença das ocupações femininas quando a economia é desenvolvida ou está em desenvolvimento, saindo da indústria para os serviços na economia desenvolvida e abandonando a agricultura nas economias em desenvolvimento.

Dornelles (2006), discutindo a ideia de "o que são Direitos Humanos", apresenta de forma clara que antes de qualquer definição o conteúdo que perpassa os Direitos Humanos é político. Além de ideais de uma Revolução, são resultado da luta de pessoas frente à opressão, escravidão, preconceito, exclusão. Para o autor "são pequenos testemunhos documentais de luzes descomunais que mobilizaram grandes contingentes humanos por sua libertação" (DORNELLES, 2006, p.8), ou seja, os documentos que servem como base para a garantia de direitos é resultado de um longo processo de reinvindicação, seja em prol da vida, da expressão de valores, da liberdade, estejam ou não ligados à natureza do ser humano, aos direitos naturais ou fundamentais.

A concepção de Direitos Humanos não é estanque, encontra-se em desenvolvimento de acordo com o povo e a sociedade, cada pessoa apresenta um entendimento e uma gama de direitos que considera fundamentais. A questão é saber o que buscamos proteger com esses direitos. Dornelles (2006) afirma a importância da comunidade internacional para a garantia dos Direitos Humanos, por não ser assunto unicamente de cada Estado às garantias e liberdades da humanidade, o autor demarca o período após a Segunda Guerra Mundial com a incorporação dessa discussão no plano Internacional, marco dos Diretos Humanos no século XX com o tema "direito internacional dos Direitos Humanos"[18].

Piovesan (1997) descreve que o movimento de internacionalização dos Direitos Humanos é recente. Os horrores da Segunda Guerra contribuíram para eclodir a necessidade dos Direitos Humanos Internacionais, pois a responsabilidade não é de um governo ou Estado, é das nações. Esse direito internacional é constituído por um conjunto de normas, procedimentos e instituições que possibilitam a pessoa ser sujeito de direito em plano internacional, possibilitando a responsabilidade do Estado que violou o direito do sujeito, no

[18] Dornelles (2006) destaca alguns documentos de proteção de direitos no plano internacional, são eles: A Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, em Bogotá, 1948; A Declaração Universal dos Direitos do Homem, em Paris, 1948; A Convenção Americana de Direitos Humanos, em Costa Rica, em 1969; A Declaração Universal dos Direitos dos Povos, em Argel, 1977; A Declaração dos Direitos da Criança, em 1959; A Declaração sobre a eliminação de qualquer forma de discriminação racial, em 1963; A Declaração sobre a eliminação da discriminação da mulher, de 1967. Com base nesses documentos foram criados órgãos internacionais, tribunais para viabilizar os direitos de forma internacional. Existem na ONU o Comitê dos Direitos Humanos e a Comissão dos Direitos Humanos; No Sistema Interamericano de Direitos Humanos existem a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana em Direitos Humanos; Além da Comissão Europeia de Direitos do Homem e a Corte Europeia de Direitos do Homem.

entanto a autora enfatiza que o Direito Internacional agrega importância aos Direitos Humanos e que só atua quando as esferas nacionais falham na proteção dos direitos.

Como resposta aos horrores da Segunda Guerra Mundial nasce a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em seu artigo 25, afirma que todo ser humano tem assegurado condição mínima de sobrevivência "e os serviços sociais indispensáveis, bem como o direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora do seu controle". Reflete sobre a importância da garantia das condições de vida, deixando em evidência a necessidade da oferta de serviços como saúde, educação, bem como a importância da seguridade social, indispensável ao trabalhador para que a sua dignidade seja preservada.

> Concebida como interpretação autorizada dos arts. 1°, 3º e 55 da Carta da ONU, no sentido de aclarar, definir e decifrar a expressão "direitos humanos e liberdades fundamentais", a Declaração de 1948 estabelece duas categorias de direitos: *os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais*. Combina, assim, o discurso liberal e o discurso social da cidadania, conjugando o valor da liberdade ao valor da igualdade. (PIOVESAN, 1997, p.156, grifos nossos)

Nesse sentido, nos ancoramos na concepção contemporânea de Direitos Humanos, cuja fundamentação se inicia com a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, uma Resolução apresentada após a Segunda Guerra Mundial pela Organização das Nações Unidas (ONU). No entanto, a concepção de direito para o homem-livre não é recente, vem desde a antiguidade. A diferença na atualidade é que o direito para o ser humano se apresenta de forma universal, interdependente e inter-relacionado, buscando garantir a dignidade humana acima de valores culturais, políticos ou econômicos, valorizando a vida e as condições que possibilitem viver com dignidade, reconhecendo a humanidade como um bem. Esta condição faz de todos nós membros da comunidade de seres humanos, e as diferenças ou desigualdades não podem passar por cima dessa condição, pois violaria ou viola nossa dignidade.

Compreendemos que as mudanças sociais possibilitam uma reflexão da ação humana e a possibilidade de aprimoramento de teorias e práticas que permitam emancipação social; tanto na concepção de Gênero como de Direitos Humanos que se encontram nesta conjuntura. Tendo em vista os Direitos Humanos, estes são divididos em direitos de primeira, segunda e terceira geração (LAFER, 1988). Podemos dizer que, de origens distintas, fazem parte da luta pela preservação da dignidade humana. Essa discussão ganhou corpo a partir da concepção de Igualdade, Liberdade e Fraternidade, que foi lema da Revolução Francesa, e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão bem como os ideais da Revolução Americana foram a

sustentação e a possibilidade de ampliação para o que na atualidade chamamos de Direitos Humanos.

> Com efeito, num primeiro momento, na interação entre governantes e governados que antecede a Revolução Americana e a Revolução Francesa, os direitos do homem surgem e se afirmam como direitos do indivíduo face ao poder do soberano no Estado absolutista. Representava, na doutrina liberal, através do reconhecimento da liberdade religiosa e de opinião dos indivíduos, a emancipação do poder político das tradicionais veias do poder religioso e através da liberdade de iniciativa econômica e emancipação do poder econômico dos indivíduos do jugo e do arbítrio do poder político. (LAFER, 1988, p.126)

Uma das críticas aos Direitos Humanos é o fato de seu surgimento estar ligado às revoluções liberais, no entanto as lutas dos operários do século XIX e demais movimentos sociais que reivindicavam direitos sociais, culturais, econômicos possibilitaram mudanças significativas na sociedade em relação ao acesso e garantia de direitos e à ressignificação das relações sociais. Os direitos considerados sociais foram incorporados aos direitos do homem e a divisão sexista, assim como as questões sociais foram revistas e assimiladas como afirma Lafer (1988):

> A primeira geração de direitos viu-se igualmente complementada historicamente pelo legado do socialismo, vale dizer, pelas reinvindicações dos desprivilegiados a um direito de participar do "bem-estar social", entendido como os bens que os homens, através de um processo coletivo, vão acumulando no tempo. É por essa razão que os assim chamados direitos da segunda geração, previstos pelo *welfare state*, são direitos de crédito do indivíduo em relação à coletividade. Tais direitos - como o direito ao trabalho, à saúde, à educação - têm como sujeito passivo o Estado porque, na interação entre governantes e governados, foi a coletividade que assumiu a responsabilidade de atendê-los. (LAFER, 1988, p.127)

Definindo como direitos da primeira geração os direitos econômicos, e como os da segunda geração os sociais, os da terceira são norteados pela autodeterminação dos povos e o direito da humanidade, de forma ampla, como aos recursos naturais e a paz. Tendo em vista a indivisibilidade dos Direitos Humanos e que todos os seres humanos têm a mesma importância é que nossa pesquisa se baseou nos DHESC's, que são os Direitos Humanos Econômicos Sociais e Culturais, estes voltados para as discussões sobre igualdade, desenvolvimento, qualidade de vida. Piovesan (1997) ressalta a importância desses direitos refletindo que:

> Os direitos sociais, econômicos e culturais são, assim, autênticos e verdadeiros direitos fundamentais. Integram não apenas a Declaração Universal, como ainda inúmeros outros tratados internacionais, como, por exemplo, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, dentre outros. (PIOVESAN, 1997, p.47)

Com a Declaração de Pequim adotada pela quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para a Igualdade, Desenvolvimento e Paz (DIREITOS HUMANOS, 2013, p.62), que reafirma: os direitos das mulheres são Direitos Humanos; a necessidade da erradicação da pobreza e a participação das mulheres no desenvolvimento econômico e, entre outros propósitos, assegurar à mulher o acesso aos recursos econômicos como meio de promover igualdade. Com essa Declaração, exemplificamos ideais que os tratados defendem em prol dos direitos das mulheres a ter Direitos Humanos assegurados.

Assim, o trabalho feminino encontra-se mergulhado na discussão da promoção de igualdade. Atemo-nos às questões da temática de gênero e sua relação com o trabalho e consideramos que tal temática possibilita um amadurecimento da condição do ser humano no caminho da equidade, a partir da reflexão de superação da desigualdade do sexo biológico ou de gênero, como contribuir para a análise da diversidade de condições impostas ao trabalho feminino que foram construídos socialmente e historicamente.

4.5 Caminhando rumo à garantia de direitos

> Não há mais como cogitar da liberdade divorciada da justiça social, como também infrutífero pensar na justiça social divorciada da liberdade. Em suma, todos os direitos humanos constituem um complexo integral, único e indivisível, em que os diferentes direitos estão necessariamente inter-relacionados e são interdependentes entre si. (PIOVESAN, 1997, p.160).

Iniciamos essa discussão com a frase de Piovesan (1997), pois nos propõe a reflexão sobre a relação entre justiça e Direitos Humanos, espaço de lutas e contrastes, mas que resultou em um espaço nunca antes ocupado pelas mulheres no ocidente, por mais que ainda tenhamos direitos negados e que precisemos lutar contra a opressão, preconceito, violência, por espaço político, entre tantas lutas. Assim, buscamos em Agra (2007) elementos para dissertar sobre a concepção de direitos individuais e coletivos, valores sociais e livre iniciativa. O autor apresenta a noção de direitos individuais e coletivos com base na nossa Constituição. Para Agra (2007), a carta Magna de 1988 não traz a noção de direito atrelada à de dever para o cidadão, mesmo que esse tenha que respeitar o direito de toda e qualquer pessoa, são direitos autônomos e correspondem aos direitos fundamentais. Para o autor em pauta, quando a carta Magna traz os direitos após os princípios fundamentais é uma representação da importância dos mesmos para a garantia através da proteção jurídica. O que

denota o desejo de garantir direitos para todo e qualquer cidadão brasileiro a partir da nossa Constituição.

Nesse sentido, Agra (1997) descreve como fundamentais em nossa Constituição os direitos econômicos, sociais, políticos e afirma que, além da lei, a força da Constituição contribui para enfatizar a hegemonia e legalidade dos mesmos. Dentre os direitos fundamentais individuais e coletivos que o autor apresenta estão: isonomia de sexo, direito à resistência, liberdade de locomoção, liberdade profissional, liberdade de pensamento e de expressá-lo, bem como de crença, consciência, ressarcimento de dano em caráter individual e em caráter coletivo, direito à reunião, à associação, propriedade material e imaterial, à herança, entre outros direitos individuais e coletivos. A afirmação desses direitos na legislação representa frutos da luta das mulheres em prol da igualdade, uma constituição histórica que denota o quanto avançamos no sentido de dar visibilidade aos direitos das mulheres.

A respeito dos valores sociais e da livre-iniciativa, Agra (2007) afirma que o trabalho está fundamentado em engrandecimento social e não apenas se baseia em acumulação, agregando valor além das questões materiais. O trabalho é tido como função social e a liberdade de investimento ultrapassaria de uma questão capitalista para uma questão de garantir o direito à escolha profissional, e refletimos que nessa afirmação a ideia de garantir a subsistência de sua família quando não há uma formação profissional ou uma identidade com a mesma está contemplada.

A garantia de direitos às mulheres é recente. Cortês (2013) descreve a construção histórica dos direitos das mulheres nas oito constituições brasileiras, desde a primeira de 1824, e enfatiza os avanços com a Constituição[19] de 1988. Nessa Carta Magna, conhecida como a Constituição Cidadã, que foi elaborada contando com a participação da sociedade e da

[19] Baseamo-nos para descrever os direitos da mulher nas constituições anteriores em Cortês (2013). Segundo a autora, na primeira constituição de 1824, a mulher, escravos e homens livres pobres estavam excluídos da vida civil. No ano de 1891 influenciado pelos princípios da Revolução Francesa agrega direitos, nega privilégios, mas não inclui as mulheres. Século XX, Constituição de 1934, as mulheres já votavam e garantiram o direito ao voto após quase 70 anos de luta. Essa constituição consagra a igualdade entre os sexos e combate a desigualdade salarial, contemplando outros direitos. Em 1937, a constituição elaborada de forma autoritária não avança em questões para as mulheres, mas o voto é garantido extinguindo as reservas, como o voto obrigatório para as mulheres que fossem funcionárias públicas. A Constituição de 1946 no que diz respeito às mulheres avançou na proteção a maternidade, a infância, o combate à diferença salarial e a obrigatoriedade da pensão alimentícia, no entanto eliminou a firmação referente à não distinção sexual e não citava as mulheres em seu texto. A Constituição de 1967, no governo Militar, reduziu para as mulheres o tempo de serviço e a de 1969 restringiu direitos a homens e mulheres subjugados a um regime ditatorial, restringindo direitos conquistados. Um retrocesso para a cidadania em nossa história.

qual o movimento feminista participou, contribuindo para ter inserido no texto constitucional reinvindicações das mulheres no período. Dentre algumas reinvindicações, a isonomia garantiu a igualdade de direitos e deveres entre os sexos, a proibição da tortura, entre outras questões. A autora lamenta o fato de as trabalhadoras domésticas não terem sido incluídas nas categorias de trabalhadores brasileiros, mas na atualidade essas profissionais contam com a PEC das domésticas[20] como tentativa de reparar a exclusão anterior. A chefia familiar masculina foi extinta visando à garantia de direitos e deveres entre homens e mulheres no seio familiar, o planejamento familiar trazendo o oferecimento de métodos anticonceptivos como atribuição do Estado foi uma inovação; entre outras questões, a possibilidade do domínio e a concessão de terras para as mulheres foram reconhecidas.

Quanto ao direito do Trabalho, a Consolidação das Leis trabalhistas da Era Vargas atribuiu o direito ao salário mínimo, jornada de trabalho de 8 horas, carteira profissional e férias remuneradas. Foi desenvolvida com o intuito de regulamentar as relações trabalhistas, e originalmente contou com 922 artigos, dos quais alguns foram revogados para acompanhar a modernidade. Dos artigos 372[21] ao 401-B são apresentados preceitos que regulam a proteção do trabalho feminino, sem esquecer que todos que gerem o masculino se adequam ao feminino. Questões como jornada de trabalho iguais ou inferior a 8 horas diárias, proibição à discriminação salarial e dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante estão presentes, descanso semanal, higienização dos métodos e locais de trabalho, a limitação de peso para empregos que demandem força e que o desgaste físico seja constante é referida, nas vagas em curso de formação de profissional as mulheres devem ser contempladas.

Cortês (2013) descreve alguns dos problemas enfrentados pelas trabalhadoras brasileiras, como: a solicitação de atestado de gravidez ou de esterilização para contratação e outras condições para admissão, desigualdade salarial para igual função, assédio sexual, entre outras práticas constrangedoras. Salário-maternidade é obrigatório para a trabalhadora, é garantido sem prejuízo financeiro, e a proteção da trabalhadora é uma preocupação internacional desde meados do século XX, contribuindo para que o Brasil incorporasse a discussão e a garantia de direitos das mulheres à Constituição. As leis brasileiras avançaram nesse último século, mas ainda são necessários equipamentos que garantam às mulheres a

[20] Projeto de ementa Constitucional 72/2013 que regulamenta a contratação de profissionais domésticos garantindo seus direitos de trabalhadores.
[21] Como o texto é de 1943, a palavra "tutor" referente à tutoria exercida pelo marido sobre a esposa ainda estava presente. Essa relação foi modificada em 1962 com o estatuto da mulher casada, quando passamos a ter o número no CPF.

possiblidade de vivenciar todos os direitos assegurados na constituição, como aqueles que contribuem para a efetiva participação feminina na vida pública, a exemplo de creches, escolas, serviços de saúde, entre outros.

As discussões sobre os Direitos das Mulheres abrangem muitas questões, essas giram em torno dos direitos reprodutivos, a igualdade social, material, política, a luta contra o preconceito e a discriminação em questões sexuais, étnicas, classe e físicas, o direito à saúde, a educação, ao próprio corpo, ao aborto, ao reconhecimento de ser mulher para a pessoa transgênera, a luta contra o preconceito, violência, assédio sexual e moral, em questões familiares e domésticas, ao pleno desenvolvimento e social, a luta contra a publicidade abusiva e a perpetuação do preconceito e da afirmação da mulher como objeto não apenas em comerciais, como em músicas e poesias, entre outras expressões culturais e midiáticas.

Marques (2013) baseia-se na OIT[22] para descrever, na atualidade, a discussão sobre a promoção de igualdade e eliminação de todas as formas de discriminação no trabalho, chamada de "Trabalho Decente". Esse debate busca garantir os direitos dos trabalhadores, voltado para as condições do trabalho e do trabalhador, com remuneração adequada, segurança, que garanta a liberdade, equidade e dignidade da vida humana para todos os envolvidos. O intuito é garantir a igualdade entre homens e mulheres buscando a criação de empregos em igualdade de condições para ambos os sexos, a ampliação da proteção social, promover e fortalecer o diálogo social, tendo em vista a declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais do trabalho de 1998. Essa declaração baseia-se na ideia de que um mundo sem justiça social não terá paz, que além de crescimento econômico é necessário buscar a erradicação da pobreza, o que justifica as ações da OIT em prol de políticas sociais que visam promover emprego, formação de profissionais e condições dignas de trabalho para os trabalhadores independente do gênero, etnia/raça, nacionalidade. Essa organização tem como objetivo minimizar as desigualdades sociais provocadas no âmbito do trabalho de maneira global.

[22] A OIT é a agência das Nações Unidas que busca a promoção de oportunidades iguais para homens e mulheres com relação ao trabalho decente e produtivo, desse objetivo surge o conceito de "trabalho decente" desenvolvido em 1990 pela organização em questão, que considera a redução das desigualdades sociais, o desenvolvimento sustentável e a democracia como caminho crucial para a superar a pobreza. (Fonte: http://www.oitbrasil.org.br/content/apresenta%C3%A7%C3%A3o). Ainda "é a organização internacional com mandato constitucional e o órgão competente para estabelecer Normas Internacionais do Trabalho e ocupar-se das mesmas, e que goza de apoio e reconhecimento universais na promoção dos direitos fundamentais no trabalho como expressão de seus princípios constitucionais". Disponível em: <http://www.ilo.org/public/english/standards/declaration/declaration_portuguese.pdf >. Acesso em 13 de maio de 2016.

Consideramos necessário que na discussão referente à caminhada para a garantia de direitos das mulheres fossem evidenciados alguns dos pactos ratificados e/ou assinados pelo Brasil para proteção aos Direitos das mulheres, pois estes são frutos das lutas das mulheres pela igualdade de direitos. Assim, nos baseamos na obra *Direitos Humanos* (2013) que apresenta o conjunto de atos internacionais assinados e ratificados pelo Brasil e suas normas correlatas para citar algumas declarações, pactos, convenções ou protocolos ligados respectivamente à garantia de direitos das mulheres.

Nesse momento não esquecemos a DUDH, marco internacional de Direitos Humanos do século XX, nem o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que visa à autodeterminação entre os povos, a igualdade entre homens e mulheres para exercer seus direitos econômicos, sociais e culturais, bem como o direito ao trabalho e de toda pessoa ganhar sua vida mediante o mesmo e ao estado o dever de garantir esse direito através de formação, programas, orientação. Esse trabalho tem que proporcionar uma remuneração que possibilite a dignidade humana do trabalhador e de sua família, igualdade de oportunidade, condições de trabalho, de segurança e de higiene, segundo descreve a obra *Direitos Humanos* (2013). No entanto, entre outros documentos internacionais que afirmam o direito para todos, evidenciamos os direitos das mulheres descritos na obra *Direitos Humanos* (2013) nos seguintes documentos:

Tabela 2 – Direitos das Mulheres.

Documento	Relato
Declaração de Pequim adotada pela quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para a igualdade, desenvolvimento e paz.	Os governos reunidos em Pequim, em 1995, reconhecem a luta das mulheres e os avanços conseguidos, mas afirmam que a desigualdade existente é prejudicial para todos os povos e que o crescimento da pobreza agrava esse quadro, e comprometem-se a assegurar a plena implementação dos Direitos Humanos das mulheres e crianças, entre outros direitos o da promoção da independência econômica das mulheres, combater a pobreza e suas causas tanto na área rural como urbana.
Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher	Adotada pela Resolução nº 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 18 de dezembro de 1979 e ratificada pelo Brasil em 1º de fevereiro de 1984.[23] Essa convenção apresentou a discussão que mesmo com a DUDH e outros instrumentos a mulher continuará sendo alvo de discriminação e que dessa forma essa discriminação viola os princípios da igualdade, dificultando o acesso das mulheres aos mesmos diretos que os homens, entre eles o de participação politica. E ainda que os maiores números de pobreza e desemprego são formados por mulheres, devido à desigualdade do mínimo acesso a alimentação, saúde e educação. Além de questões de etnia/raça fazerem parte do cotidiano de preconceito vivenciado pelas mulheres. Buscando o combate à desigualdade entre os homens e mulheres,

[23] Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10233.htm>. Acesso em: 13 maio 2016.

	essa convenção concordou com 30 artigos para combater a desigualdade e proporcionar a garantia de direitos das mulheres, desde na legislação de cada nação, na prática do judiciário, na educação escolar, no seio familiar, nas questões econômicas e no combate à pobreza.
Convenção Interamericana para Prevenir, Punir, Erradicar a Violência contra a Mulher: Convenção de Belém do Pará.	Esta convenção salienta a importância da Declaração para a Erradicação da violência contra a mulher[24]. Afirma que a violência contra a mulher é presente em todos os setores da sociedade e em 25 artigos apresenta a divisão entre os direitos a serem protegidos e o dever do Estado. Enfatiza que a violência contra a mulher pode ser física, psicológica, sexual tanto no mundo público como no lar. Entre outros direitos: exercer seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, além de uma educação livre de estereótipos e ao estado cabe proporcionar condições para que as mulheres fiquem livres de toda e qualquer violência.

Fonte: elaborado pela autora.

Com relação ao direito à igualdade e as formas de discriminação contra a mulher, Almeida e Zapater (2013) discutem, baseados no pensamento aristotélico, tratar com

[24] Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/104, de 20 de Dezembro de 1993. Disponível em: < http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.html>. Acesso em: 13 maio 2016.

igualdade na medida em que suas igualdades, bem como as desigualdades, estejam equivalentes, ou seja, não tratar com igualdade o que é desigual. Nesse sentido os autores descrevem a diferença entre igualdade formal e material, refletindo que igualdade formal é aquela prevista na lei, que reconhece a cidadania e responsabiliza o Estado como responsável por essa garantia. Esse termo surgiu nas Revoluções liberais. Já a igualdade material se trata da obrigatoriedade do Estado em atender às diferentes realidades com o intuito de sanar as desigualdades. Como formas de discriminação contra a mulher os autores descrevem o tripé ideológico que fundamenta a situação das mulheres: o sexismo, o preconceito e a discriminação de gênero. A construção e desenvolvimento de uma legislação que vise romper com esse tripé possibilita uma nova conduta e reflexão, visando quebrar a ideologia sexista que está fundamentada em um pensamento que coloca o sexo biológico como inferioridade com o intuito de diminuir o gênero feminino, enfatizando a necessidade de romper com essa lógica através de marcos legais.

Reis (2013) evidencia o critério da isonomia afirmando que para o direito das mulheres ter eficácia é necessário compreender as vulnerabilidades que permeiam o universo feminino; que os Direitos Humanos são resultado de um processo de luta pela dignidade e que nesse contexto os direitos sociais contribuem para a condição de viver dignamente. Assim, o autor reflete sobre os vários papéis assumidos pelas mulheres brasileiras, principalmente pelas que pertencem às camadas populares, principalmente por serem afetadas pelas duras condições de vida, pelos preconceitos ligados à beleza e envelhecimento, também ligados ao mercado de trabalho, o que justifica o acesso diferenciado ao regime previdenciário como garantia de direitos das mulheres, incluindo proteção à maternidade e jornada inferior em cinco anos para aposentadoria. Como alguns autores afirmam, os Direitos Humanos são resultado de uma luta incessante de pessoas e movimentos, e com os direitos das mulheres não seria diferente[25]. O avanço no cenário internacional e nacional é fruto do movimento feminista que lutou e luta pela garantia dos direitos das mulheres, e existe ainda um longo caminho até que todas tenham sua igualdade garantida.

[25] Inúmeras mulheres lutaram para alcançarmos o espaço que temos hoje na sociedade tanto brasileira como mundial. Para informações sobre a história de algumas delas, conferir: SCHUMAHER, 2000.

5 A MULHER, O TRABALHO E A FEIRA: ALGUMAS REFLEXÕES

Deusa da noite, rainha da madrugada
Corre, corre na calçada pra arrumar um bom lugar
Já descolou o leite da molecada
De bochechinha rosada todo mundo vai ficar.
(Canção "Maria Sulanqueira". Compositor: Valdir Santos)

Neste capítulo fazemos uma contextualização histórica das relações construídas e que envolvem trabalho, mulher e feira. Refletimos sobre estes elementos e sobre como estão entrelaçados. Também trazemos a pesquisa empírica, cujos dados apresentam como a realidade estudada se liga aos fatos do passado, mas possuem também a sua especificidade. É o ponto de encontro entre teoria e realidade. Nesse sentido, a nossa abordagem, centrada na análise marxista, como também as entrevistas realizadas com as mulheres feirantes, conduziram a forma como compreendemos e analisamos esta realidade.

5.1 Mulher: uma construção social

A ideia de mulher como construção social é defendida por Beauvoir (1970), cuja a discussão se pautada na construção do ser humano, independente do sexo biológico. A autora analisa as questões culturais que influenciam na formação das mulheres frente à necessidade de as mesmas estarem à disposição dos homens, como servas ou vassalas na história. Nesse sentindo, nos valemos dessa concepção para estudar a construção do ser mulher e entender as dificuldades ainda hoje enfrentadas.

Assim, Wollstonecraft[26] (1998) discutia no século XVIII[27] a tirania exercida pelos homens sobre as mulheres justificada na frivolidade inerente ao sexo feminino, o que seria alimentado pela educação voltada para o casamento e para atender às necessidades masculinas. A ideia era purificar os corações e manter inativa sua inteligência. A força física

[26] Escritora, educadora, autora de vários livros, viveu em um período difícil para a mulher se manter com seu trabalho de escritora. Escreveu sobre os direitos da mulher durante a Revolução Francesa envolvida pelas ideias liberais e pelo contexto de luta por direitos e negação desses paras as mulheres.

[27] Antes da escritora Wollstonecraft que escrevera no século XVIII, no século XIV a escritora francesa Christiane de Pisan discutia a igualdade feminina na obra *A cidade das mulheres* (cf. SILVA, 2006, p.145). As discussões a respeito da igualdade feminina representam um contexto histórico de luta e persistência. Inegáveis as vitórias alcançadas. No entanto, as mulheres ainda são vítimas das relações patriarcais que violam seus direitos sociais, econômicos, políticos e sua dignidade no século XXI.

foi questionada, pois era utilizada como discurso para inutilizar as mulheres e trancafiá-las na caixa da impossibilidade. Seria necessário um grande intervalo de tempo para que as questões referentes aos prejuízos relacionados com essa imposição frente às mulheres fossem superadas.

Engels (1999), discutindo a origem da família, descreve que o casamento monogâmico[28] foi uma imposição às mulheres, pois a partir dele a repressão sexual foi grande apenas sobre elas. A liberdade foi podada, a sexualidade fora do casamento passa a ser um crime para as mulheres e honra para os homens, a exigência da prisão da mulher no espaço privado do domínio de seu corpo, de sua honra e de sua sexualidade, tinham objetivos econômicos. A situação de prisioneira da mulher no casamento monogâmico, a certeza de sua virgindade e a proibição de se relacionar com outros homens, garantia a propriedade privada no universo da família e sob o controle do homem: do pai, dos irmãos, dos tios e do marido.

O autor questiona a filosofia do século XVIII ao afirmar que durante toda a história da humanidade a mulher foi escrava do homem. Para ao autor, fica claro que a condição de submissão em que a mulher se encontrara era proveniente de uma construção social e que as modificações nas formas dos relacionamentos conjugais foram um marco para essa transformação e que esse processo está ligado à exploração do homem pelo homem. À medida em que as formas de dominação se especializavam, mais a mulher se transformava em objeto de troca, em mercadoria de valor de uso e de valor de troca. Assim, a história da mulher está ligada aos processos de dominação, de produção de excedentes e também de apropriação de riquezas.

Rago (2004) descreve a visão do ser mulher voltada para a maternidade e para o lar, com o casamento indissolúvel ainda na década de 60 do século XX, mas a modernização econômica propiciou um adentrar maior no mercado de trabalho da mulher na década de 70 do século em questão. A autora enfatiza o direito à vida, que começa a ser vivenciado pelas mulheres, e relata que o século XXI se inicia com importantes mudanças para as mesmas. O direito à vida pública propicia a sociabilidade da educação, cultura, cargos públicos, mas também o acesso a que circulem não apenas durante o dia, mas às noites e frequentem os

[28] Segundo Engels (1999) há três formas principais de matrimônio, que correspondem aproximadamente aos três estágios fundamentais da evolução humana. Ao estado selvagem corresponde o matrimônio por grupos; à barbárie, o matrimônio sindiásmico; e à civilização corresponde a monogamia com seus complementos: o adultério e a prostituição. Entre o matrimônio sindiásmico e a monogamia, intercalam-se, na fase superior da barbárie, a sujeição aos homens das mulheres escravas e a poligamia. (ENGELS, 1999, p.22)

bares. A liberdade de ir e vir começa a ser vivenciada, e também a liberdade sexual, mesmo que em relação a esse novo padrão comportamental ainda enfrente vários entraves, olhares e comportamentos preconceituosos. No entanto, é necessário afirmar que nós mulheres nunca tivemos tanto acesso ao mundo público como na atualidade.

Nazzari (2001) discutindo a sociedade do século XVII até o século XX afirma que a participação feminina no trabalho remunerado possibilita uma condição no casamento semelhante a que exercia quando o pagamento do dote estava em vigor. A questão não é valorizar o dote, mas entender as construções sociais e principalmente familiares que incidiam sobre a mulher. Nesse sentido, o início do século XIX marca uma nova construção familiar, a ligação entre as pessoas estaria marcada mais por uma questão afetiva do que material. No entanto, enquanto diminuía o poder dos pais para com os filhos, aumentava o poder do marido para com as esposas, pois o marido era o parceiro mais forte e a esposa, a dependente.

A diferença consiste num aspecto forte do pacto matrimonial do século XVIII, que era a capacidade de o noivo administrar os bens, pois este apresentava a igualdade de bens e de família. Variavelmente no século XIX, o pacto matrimonial acentuava a capacidade do noivo de proteger a noiva. Nazzari (2001) apresenta a incorporação do nome do esposo por parte das mulheres como algo que selava a transferência da posse da mulher pelo marido, fato que ocorre com o pacto matrimonial do século XIX e o aumento de poder em esfera judicial do marido em relação à esposa.

Nesse contexto de novos arranjos familiares e dessa construção social da mulher as lutas feministas em prol de igualdade não podem ser esquecidas. Elas são marco histórico, político e social para as modificações dos comportamentos sociais que buscavam e buscam a afirmação da dignidade feminina e a negativa da submissão perante o homem. É o enfrentamento que possibilita à mulher uma nova forma de estar em sociedade. Concordamos com Beauvoir (1967) quando afirma não existirem verdades secretas e imutáveis a respeito do papel ocupado pelas mulheres na sociedade afinal:

> Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1967, p.9).

Beauvoir (1967) descreve que a sociedade é pulsante e que é a história e os conflitos que a movem. Defende a necessidade de reconhecer o papel dos conflitos no sentido de possibilidades, mudanças, de recriar relações, e que o movimento feminista em suas lutas e

enfrentamentos representa esse movimento para as mulheres caminharem em sua luta por igualdade, liberdade e pelo reconhecimento da dignidade feminina representado na atualidade nas vitórias percebidas a partir dos espaços ocupados socialmente pelas mulheres.

Gonçalves (2006) discute que a militância feminina parte da primeira convenção para os direitos das mulheres em 1848 na cidade de Nova Iorque, como marco do início do feminismo no Ocidente. Na Rússia, por volta da segunda metade do século XIX, a luta pela igualdade da mulher ganha força com os escritores e intelectuais e, mesmo com um caráter filantrópico, a questão que estava sendo debatida era a prostituição feminina e a liberdade de expressão. Porém, o ponto chave para as mulheres foi a abertura das universidades, pois só uma maior escolaridade e a profissionalização poderiam retirar a mulher do mundo privado, já que mesmo trabalhando, na condição de camponesas e operárias, o trabalho feminino situava as mulheres no universo da pauperização, e a pobreza também as empurrava para a prostituição.

A educação feminina é posta em questão por Wollstonecraft (1998) no século XVIII e por Michelet (1995) no século XIX. Ambos discutiam sua contribuição para a dependência da mulher em relação ao homem. Michelet (1995) discute que, à mulher, restava o atraso no sentido de que as mesmas não evoluíam, ficavam estagnadas no casamento, enquanto que aos homens cabia uma estrada de ideias; as mulheres eram tidas como mediadoras do amor, enquanto os homens eram força da criação. O autor ressalta a necessidade da união entre as mulheres devido a cada uma entender as dores sofridas, mas que a diferença seria a marca das relações entre as mesmas na sociedade do final do século XIX. O autor ainda descreve a situação da mulher operária levando em conta a exploração sofrida por esta, que pior do que servir ao homem era não ter uma estrutura social que possibilitasse à mulher outra realidade. O autor retrata a condição de miserabilidade e de exploração do trabalho feminino, o seu texto reflete indignação com as condições a que as mulheres estavam submetidas no campo e na fábrica no século XIX: “a camponesa morre de trabalho e a operária de fome” (Michelet, 1995, p.14).

Saffioti (2004) discute a importância de se estudar as questões referentes à mulher frente a uma categoria de análise que tenha como base a relação entre dominação e exploração que integra as relações patriarcais a que as mulheres são subjugadas. A autora afirma a necessidade de discutir a desigualdade em busca de uma sociedade igualitária e defende que a negação das relações patriarcais não contribui para o avanço da igualdade entre homens e

mulheres. Pelo contrário, a violência que as mulheres enfrentam cotidianamente, seja no espaço público ou no privado, está baseada na relação patriarcal. A autora afirma a importância de pensar a mulher com base no tripé classe-gênero-etnia/raça, pois é essencial para se superar a ideologia que coloca a mulher como incapaz ou culpada da situação de vulnerabilidade imposta pela sociedade capitalista.

Perrot (1998), analisando o papel do homem público e da mulher pública, apresenta a ideia de "prestígio versus vergonha". Ao homem público a glória, o prestígio, a virtude; à mulher pública o deboche, a vergonha e o pertencimento a todos. Nesse sentido, a autora discute que a participação pública da mulher sempre foi um problema, pois a ideia de que a mulher estaria sempre ligada à desordem, a selvageria e aos feitiços marcava o preconceito que formava o estereótipo da mulher. A autora completa sua reflexão dizendo que o corpo feminino apavora e por isso a reclusão à casa. Apavora por despertar a cobiça e os desejos mais íntimos do homem. Estar na rua seria um perigo para elas e pelo que poderiam causar nas "boas" famílias. Por esta razão, muitas mulheres foram privadas da escrita e da ciência. Daí a importância da abertura da Universidade na Rússia, como significativo passo no caminho do pensamento livre ou para o livre pensar. Através da escrita, a mulher rompe as grades do quarto, desse universo privado, e ocupa o espaço público. Perrot (1998) afirma que o letramento foi uma das primeiras conquistas das mulheres e que a resistência a essa prática foi incisiva pelo poder que se estaria colocando nas mãos delas.

Os escritos de Virgínia Woolf (1882-1941) são exemplos desse poder, pois na passagem do século XIX para o século XX era afirmada na literatura a inferioridade intelectual feminina, como assinala Gonçalves (2006), ante os perigos de expressarem seus sentimentos e sentidos sobre o mundo e os riscos que essa literatura poderia trazer para outras mulheres pela possibilidade da rebeldia, pois poderia ser um incentivo para outras mulheres que começariam a romper com o papel social e sexual a elas destinadas.

A identidade feminina está impregnada da construção cultural, a luta por direitos, os movimentos por cidadania feminina, e as conquistas das mulheres variam de acordo com o lugar, com as questões sociais e econômicas. Nesse sentido, ressaltamos a luta pelo direito de votar, que foi um marco na história das mulheres, movimentos denominados de sufragistas. Essa diferença com relação ao ano em que se deu a conquista do voto pelas mulheres difere de país para país, refletindo as questões culturais que permeiam a condição da mulher em cada canto do planeta, como percebemos na citação abaixo:

> Nos Estados Unidos a decisão variou de Estado para Estado, sendo o primeiro a adotar o voto feminino o Estado do Colorado, em 1896, e o último, o de Washington, em 1910. Na Nova Zelândia e na Austrália do Sul, as mulheres já compareciam às urnas em 1893 e 1894 respectivamente, muito antes da Inglaterra, portanto, onde só foi conquistado em 1928. No Brasil, o voto feminino foi consagrado na Constituição de 1934. Um ano depois era vez das mulheres indianas terem reconhecido o seu direito de eleger e serem eleitas para os cargos públicos. Em 1946, certamente em razão da conjuntura imediata do pós-guerra, o voto feminino foi adotado na Argentina, na Bélgica, na Itália, no México e na Romênia, dois anos apenas depois de ser adotado na França. (GONÇALVES, 2006, p.32).

Segundo Teles (1993) a trajetória das lutas feministas apresenta momentos de vitórias importantes, além do direito ao voto. Nas primeiras décadas do século XX, surgiu a Liga para a Emancipação Internacional da Mulher, que lutava pela igualdade política, e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que contribui na luta pelo direito ao voto. Na década de 30 surge a União Feminina, parte integrante da Aliança Nacional Libertadora, com o intuito de implantar um governo popular. Posteriormente, durante a Segunda Guerra, a luta foi pela democracia. No pós-guerra surgiu o Comitê das Mulheres pela Democracia.

Ocorreu em 1952 a 1ª Assembleia Nacional das Mulheres, cujo intuito principal era a defesa das mulheres trabalhadoras. Em 1975, eleito pela ONU como o ano das mulheres, as brasileiras se encontravam organizadas, tendo em vista as proibições impostas pela Ditadura Militar (TELES, 2003). No 1º Congresso Nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores) em 1986, foi criada a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora que, como o nome descreve, visava debater as questões do trabalho feminino.

Os movimentos aqui expostos não dão conta da luta feminina ao longo da História, mas servem para exemplificar algumas lutas que demonstram a persistência das mulheres frente a séculos de exclusão e violência submetidas pelo patriarcado, e ainda fortalecer a contribuição dessa luta para a ocupação dos espaços políticos e sociais na sociedade.

5.2 Trabalho feminino na atualidade: flexibilização e precarização

Compreendemos que o trabalho feminino foi e ainda é uma das mais importantes frentes de luta das mulheres, dentre outras frentes como a luta por educação e formação acadêmica, contra a violência e em temas que discutem a sua sexualidade e saída do domínio patriarcal. Este debate adequa-se também ao que vem sendo aprofundado no que diz respeito à formação profissional e mercado de trabalho, como discutem Alves e Pitanguy (1991).

É, além disso, como frente de luta que Perrot (1998) discute o trabalho assalariado em profissões ditas como femininas, como a profissão de professora, e as dificuldades enfrentadas para mergulhar em outros saberes e possuir outros poderes, como na área da medicina e nas demais ciências. Na atualidade, ainda enfrentamos o preconceito e a discriminação no mercado de trabalho e há necessidade de luta por salário igual para igual função, mas há também preconceito semelhante no que diz a respeito ao que é carreira masculina ou feminina no mercado de trabalho, mas que as mulheres vêm enfrentando em ressignificação.

A pesquisa realizada pelo IBGE, em 2012, para compreender o mercado de trabalho brasileiro é uma importante referência para entender a realidade brasileira. Nesta pesquisa, uma comparação é feita entre os anos de 2003 e 2011 com relação ao crescimento da oferta de emprego, analisando a maior participação feminina no mercado de trabalho. As mulheres em 2011 eram a maioria da população brasileira, contudo representavam a menor parcela em condição de atividade e ocupação, como também representavam maior parcela na população não economicamente ativa (PNEA).

Outro fato que nos chamou atenção na pesquisa acima citada é a diferença na quantidade de homens no emprego formal com registro da carteira de trabalho em relação às mulheres, chegando a 20% a mais com relação à População Economicamente Ativa. Em contrapartida, na informalidade, houve um aumento da participação feminina, reduzindo a discrepância entre homens e mulheres, que em 2003 era de 26,9% e em 2011 ficou em 19,1%. Outro aspecto que a pesquisa aponta é o aumento da escolaridade feminina e, mesmo assim, foi constatado que a posse da carteira de trabalho assinada é menor para as mulheres do que para os homens em ocupações na indústria, nos serviços domésticos e em outros serviços.

Os dados apontam para a situação de exclusão enfrentada pela mulher no mercado de trabalho, mostrando que estar no mercado não significa participar dele: no caso da mulher, em igualdade de condições, mesmo quando tem escolaridade suficiente, superior aos homens e qualificação profissional (o quadro da pesquisa em questão encontra-se nos anexos deste trabalho).

Entendemos que questões referentes à escolarização das mulheres estão ligadas à subordinação feminina. Essa situação é discutida por Beauvoir (1970), analisando que não existiu um acontecimento que reportasse a essa prática, diferente do que aconteceu com os proletários, por mais que voltemos na história essa relação subordinada existe pelo fato de

sermos mulheres. Outro aspecto que a autora discute é que o trabalho contribui para diminuir a distância entre homens e mulheres e que é através do trabalho que a mulher pode alcançar a liberdade.

No entanto, ter trabalho não significa que a mulher está liberta das amarras da subordinação. O trabalho possibilita o sustento e a escolha consciente de se manter ou se libertar dessas amarras, pois as questões que violam os direitos das mulheres estão além da questão financeira. Muitas mulheres trabalham e não conseguem se libertar das ligas da subordinação e inferiorização. A autora continua nos chamando a atenção para observar a existência feminina, a condição de ser mulher como construção social e cultural sujeita às mudanças no tempo e no espaço, e o trabalho possibilita um novo jeito de ser e estar na sociedade, na família e diante de si nas diversas realidades. Se o trabalho não liberta a mulher da subordinação, é contudo um caminho essencial para sua autonomia como sujeito da história. O trabalho feminino é uma estratégia entre tantas outras estratégias de busca de autonomia.

Remetendo especificamente ao trabalho feminino, Saffioti (1976) discute que, em toda a história, as mulheres contribuíram com o seu trabalho para gerar riqueza desde as sociedades pré-capitalistas, principalmente as mulheres da classe trabalhadora, pois durante o período que a unidade de produção era de base familiar, mulheres e crianças atuaram fortemente, e mesmo a noção de inferioridade da mulher já existindo, ela participara do sistema produtivo. A questão é que não houve reconhecimento desse trabalho, e mesmo com o processo de industrialização que modificou o sistema produtivo as mulheres não tiveram reconhecimento e foram exploradas nas fábricas. A exploração, a invisibilidade e a vulnerabilidade fazem parte da construção histórica do trabalho feminino que tem repercussão na atualidade, no cenário da globalização, do neoliberalismo, com a informalidade, precarização do trabalho e subcontratações que alcançam em maior proporção as mulheres.

Estudos importantes merecem atenção sobre as metamorfoses do mundo do trabalho. Na atualidade, esses estudos abordam (HIRATA, 2009; DRUCK; FRANCO, 2011; GUIRALDELLI, 2012) a temática do trabalho feminino, indicando a necessidade de discutir a problemática do trabalho sob o viés da precarização do trabalho e da exposição da mulher a uma condição vulnerável. Como percebemos em Hirata (2011), ao discutir os impactos da globalização para o acúmulo de riquezas e aumento da pobreza em todo o globo, as mulheres, principalmente as pobres, ficam na base da pirâmide do mercado de trabalho. O autor

apresenta as diferenças dos desafios enfrentados pelas mulheres no Brasil, na França e no Japão. Retrata, ainda, a diferença entre a sociedade do Sul e do Norte. No Brasil (sul) cresce a informalidade e na França e no Japão (norte) os trabalhos em tempo parcial, afetando em maior proporção as mulheres jovens.

A Divisão Sexual do Trabalho é discutida na inserção da nova reestruturação produtiva, cenário que é apresentado em Guiraldelli (2012), mesmo no cenário desenvolvido no século XIX durante o processo de industrialização da Europa e dos Estados Unidos. Assim se inicia a inserção da mulher na divisão sexual do trabalho do capitalismo. Essa entrada foi lenta e gradual, ampliada nos períodos de guerra quando os homens seguiam para os combates e as mulheres eram obrigadas a substituí-los nos postos de trabalho; elas retornavam para o lar quando os homens voltavam da guerra e reivindicavam seus postos de trabalho. Nesse período, a mulher continuou na produção agrícola, na costura e no emprego doméstico. Houve o aumento da escolarização feminina baseado nas mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas que afirmam a cada dia a luta feminina por espaço, respeito qualificação e o direito de igualdade de oportunidade profissional semelhante ao homem na sociedade. Guiraldelli (2012) afirma que a mulher está no olho do furacão no sentido da precariedade das condições de trabalho, as vagas nas subcontratações são preenchidas em maior proporção por elas, e só isso já demonstra o grande desafio que é a afirmação de direitos das mulheres no espaço de trabalho, que é uma luta por Direitos Humanos, pois se vincula ao respeito às diferenças, ao reconhecimento, a identidade, a alteridade, elementos que dialogam e se ligam na luta por Direitos Humanos.

Hirata (2009), discutindo as questões referentes ao trabalho feminino na França, aponta indicadores que revelam a prevalência deste trabalho precário. Entre os fatores que demonstram o crescimento da precarização está a redução dos mecanismos de proteção social ao trabalhador, como a redução de redes de assistência social, redução de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais; horas reduzidas de trabalho, que resultam em salários mais baixos demonstrando que a mulher ainda está na base da exclusão do mercado. No Brasil, essa realidade também se configura: horas extras de trabalho sem a devida remuneração financeira ou que não respeitam a jornada de trabalho, o que negligencia a saúde da mulher trabalhadora, em extrema precarização das relações. A autora afirma que a mulher é a principal vítima do trabalho precarizado, tanto na França com a diminuição da jornada de trabalho e a diminuição salarial, quanto no Brasil onde esse problema atinge não só as profissões regulamentadas e assalariadas como também a arte. Discute ainda a bipolarização

do trabalho feminino a partir da análise da formação profissional das mulheres que enveredam pela educação superior e aquelas que atuam em atividades “típicas femininas”, que não tiveram acesso à educação ou que o acesso a elas foi restrito.

As questões referentes à flexibilização e precarização do trabalho são apresentadas também por Druck e Franco (2011) como um processo mundial com especificidades locais e regionais, em antigos e novos contextos, em abordagem micro e macrossocial. Nesse sentido, debruçando o olhar sobre a temática do trabalho feminino percebemos a importância dessa discussão com relação à violação de Direitos Humanos, mesmo que não apresentando essa denominação, é a discussão sobre a discriminação e a vulnerabilidade das mulheres no cotidiano do trabalho que possibilita essa articulação.

5.3 Precarização do Trabalho Feminino no contexto da sociedade brasileira

No Brasil, desde o período colonial a condição da mulher estava vinculada ao poder patriarcal; contudo, é inegável que a participação feminina contribuiu para o desenvolvimento da colônia. As índias contribuíam com a plantação, a colheita e ainda sofriam com a exploração de seu trabalho pelos colonizadores, pois foram colocadas na condição de esposas, concubinas ou empregadas domésticas. Às mulheres brancas coube a organização da casa, a responsabilidade com os escravos domésticos, a fiação, a tecelagem, e ainda a obediência aos seus maridos. Estudar era proibido como a qualquer outra mulher nesse período. Quanto às negras escravizadas, seu trabalho foi um dos maiores geradores de mais-valia. Estas trabalhavam na terra, na agricultura, no trabalho doméstico, e eram exploradas sexualmente (TELES, 2003).

Perrot (2012) discute que foi a partir dos séculos XVIII e XIX que o trabalho feminino ganhou nova conotação devido à industrialização e, com ela, o ritmo do cotidiano mudou completamente e as transformações sociais nesse período influenciaram a saída do espaço privado pelas mulheres. No tocante ao ritmo da vida cotidiana das camponesas, cabia a elas o trabalho com a casa e com as pequenas criações de animais, como aves, porcos e, além disso, a produção da horta cujos produtos eram comercializados na feira. Também era tarefa das mulheres a produção das roupas utilizadas pela família através do tear e da fiação. A autora afirma que, com a abertura do campo para o mercado, no século XVIII, a mulher começa a fiar para fora.

No período Imperial as ideias liberais chegam ao Brasil, é quando se configura a luta pela independência, que conta com a participação dos movimentos sociais. Dentre várias questões que configuram esse período citamos a reinvindicação das mulheres pelo direito à educação, já que as mesmas só poderiam cursar o 1º grau. Com a configuração da luta pelo abolicionismo, as mulheres contribuem maciçamente, inclusive com a venda de flores e doces para contribuir financeiramente com a causa. No entanto, as questões impostas às mulheres, nas primeiras décadas do século XIX eram similares às do século XVIII, e elas ainda estavam obrigatoriamente voltadas para a casa, o marido e o trabalho doméstico (TELES, 2013).

A importância do trabalho doméstico, segundo Perrot (2012), é crucial para o desenvolvimento das sociedades, mesmo que este seja uma questão de resistência, frente à luta feminina, devido ao fato do não compartilhamento da divisão de tarefas nas casas. Com a industrialização e a saída para as fábricas e manufaturas, ocorreu a visibilidade do trabalho feminino, a resistência dos seus companheiros sobre quem iria cuidar dos afazeres domésticos e ainda o medo da concorrência. “Uma grande divisão material e simbólica do mundo. O duro para os homens; o mole para as mulheres” (PERROT, 2012, p.119). O duro é retratado como a madeira e o metal, e o mole como tecido e família. O setor têxtil foi o grande lugar do trabalho feminino e essa ocupação era tida como temporária, um trabalho sem perspectiva de crescimento, de pouca qualificação e de cuja luta nos sindicatos as mulheres não participavam.

Rago (1997), discutindo o processo de industrialização no Brasil, no início do século XX, descreveu o universo fabril. Relatou que este ambiente de produção absorveu boa parte da mão de obra feminina e até infantil. A fábrica surgiu como um lugar que eliminou a criatividade da classe operária, além de um lugar de controle onde a burguesia industrial impôs seu poder sobre a classe operária. Neste cenário o trabalho feminino foi explorado, pois o trabalho nas fábricas apareceu como uma alternativa diante da necessidade de subsistência.

Para Rago (1997), o trabalho entrou em confronto com o lar. A resistência ocorreu tanto em razão das condições precárias e desumanas de jornadas excessivas e locais sem estrutura, como baseada na “fragilidade”, “docilidade” e “incapacidade feminina” de atuar em espaços dominados pelos homens. Na época, não era garantido nenhum direito e trabalhar nas fábricas fazia com que elas não tivessem como manter o controle da vida doméstica, que ficava praticamente abandonada. A fábrica, com seus processos exploratórios, sem jornada de trabalho clara, local de imensa exploração e adoecimento de crianças, homens, mulheres e

idosos, era um trabalho desumanizante, e nesse espaço as mulheres eram trabalhadoras sem valor, por existir uma compreensão de que as mulheres nasceram para o trabalho de casa, para cuidar de filhos e maridos. Essa resistência ao reconhecimento do direito da mulher ao trabalho e o seu respeito como trabalhadora era comandada pelos homens, inclusive os que faziam parte da classe operária.

A crescente participação feminina no mercado de trabalho é enfatizada por Araújo (2002) a partir do ano de 1940, bem como a participação maciça das mulheres no ramo fabril e ainda destaca as questões que até o momento permeiam o universo do trabalho feminino, são elas: dupla jornada, o trabalho doméstico não remunerado, diferença salarial por igual função. Ainda cita questões que estão em processo de mudança como: a exploração da trabalhadora doméstica[29], a manutenção de um discurso que justifique a desigualdade salarial por igual função e os sindicatos como espaço de exclusão feminina.

Araújo (2001;2002) também discute a feminização do trabalho, a partir da reflexão sobre a construção da identidade do homem e da mulher, em relação ao incentivo às questões tecnológicas serem para os homens e a negação do domínio da tecnologia para as mulheres, justificativas subjacentes de dominação que diz que as mulheres são mais lentas em áreas em que são exigidos rapidez de raciocínio, que na verdade é um discurso imbuído de um conteúdo que desqualifica as mulheres para este tipo de mercado de trabalho, o que aconteceu em relação à matemática, à física, à engenharia e à medicina no século XIX e XX, e que ainda ocorre na atualidade nos cursos acadêmicos. Tal justificativa com conteúdos discriminatórios tem mantido a participação feminina em ocupações de pouca ou nenhuma qualificação, ficando vinculadas a empregos com condições de trabalho precário, baixos salários e pouco reconhecimento social.

Nogueira (2004), discutindo a feminização do mundo do trabalho, ressalta a década de 70 do século XX como marco da reestruturação produtiva e do movimento feminista, no sentido de ter aumentado a participação das mulheres na representação dos sindicatos e na luta de classes. Assim, a luta por salários iguais e por participação política ganha força. No entanto, a conjuntura social que o Brasil se insere a partir dos anos 1990 com a política neoliberal, que propicia uma nova conotação ao trabalho, é permeada pela flexibilização das relações trabalhistas, que evidencia a precarização do trabalho.

[29] O Projeto de Emenda Constitucional nº72, conhecida como PEC das domésticas, possibilita uma nova relação trabalhista visando à garantia de direitos para essas trabalhadoras.

Nessa perspectiva, Hirata (2007), descrevendo a nova conjuntura do trabalho, afirma que desde o início dos anos 80 do século XX teve princípio o processo de flexibilidade tanto na organização do trabalho quanto na produção. Surge a flexibilização da fábrica, do emprego, do tempo de trabalho (com o conhecido trabalho de meio período), de tempo parcial e de salário correspondente às horas de trabalho, ou seja, poucas horas equivalem a pouco salário. Para a autora a flexibilização mascara as relações trabalhistas, dando uma conotação positiva para algo que precariza as formas de trabalho e o trabalhador, bem como enfatiza que flexibilização e precarização são formas paralelas de degradação das condições de trabalho. A nova realidade do trabalho na globalização e no neoliberalismo, ao produzir reflexo graves como desemprego estrutural e redução do estado de proteção social e de políticas de assistência social aos pobres, quebra do movimento sindical de contestação, fragilizou a luta operária, fazendo com que alguns sindicatos entrassem no círculo da defesa da manutenção dos empregos mesmo com a flexibilização das relações de trabalho. Dentro do mercado global e neoliberal as preocupações com a qualidade total, especialização e conhecimento fazem o diferencial do trabalhador: quanto mais qualificado mais chances de se inserir, quanto menos qualificado, mais excluído desse mercado.

Nesse sentido, Hirata (2007), analisando as condições de trabalho precário, cita como características desse processo a carência de proteção social e garantia de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais; redução nas horas trabalhadas, com redução salarial que resultam em salários baixos e que conduzem frequentemente à precariedade; níveis baixos de qualificação formal que contribuem para a precariedade e o desemprego. A autora enfatiza que a mulher está vinculada à condição precária de trabalho pela divisão sexual do trabalho, e que esta condição está representada em maior quantidade nas trabalhadoras informais e parciais.

O contexto aqui descrito demonstra a trajetória de construção do trabalho feminino até a atualidade, estando impregnado de violações. Durante toda a história, além de invisibilizado, o trabalho das mulheres foi explorado. As lutas feministas são a possiblidade de mudança, e somente trazendo estas discussões para a reflexão é que poderemos contribuir para modificar essa realidade que, sendo cultural, está permeada pelo viés econômico, político e social, numa seara de conflitos que demarcam que as conquistas foram acompanhadas de violações.

5.4 As Feiras, o mundo do trabalho

No Brasil, as feiras são heranças das feiras medievais portuguesas. Segundo Azevedo (2012), não foram encontrados documentos que informem o surgimento da primeira feira no Brasil. O que existem são registros de regimentos escritos por D. João III em 1548, e por D. Afonso IV em 1677, com a liberação de feiras semanais para o intercâmbio de produtos. O autor aponta a região Nordeste como o local onde as feiras emergem devido à estrutura econômica da região estar baseada na pecuária e no cultivo da cana de açúcar, entre os anos de 1700 e 1800. E ressalta a importância de bovinos e equinos para o transporte e trabalho nas lavouras; o surgimento de povoações, vilas e cidades nordestinas tem como motivo principal as feiras de gado.

Ainda dialogando com Azevedo (2012), no século XX algumas feiras se desenvolvem adquirindo um caráter regional. O autor destaca algumas delas, tais como: feiras das cidades de Feira de Santana, na Bahia; de Arapiraca, em Alagoas; de Caruaru, em Pernambuco; feira de Campina Grande, na Paraíba; e as feiras de Mossoró, Currais Novos e Macaíba no Rio Grande do Norte.

Para Dantas (2008), é inegável a importância da feira para o desenvolvimento socioeconômico da região Nordeste. Ainda hoje a feira é responsável pelo abastecimento de parcela importante da população brasileira. Outra questão que o autor aponta é a dinâmica da cidade, que muda em função da organização e funcionamento da feira. Dantas (2008) exalta o importante papel que a pecuária desempenhou nos séculos XVIII e XIX para o desenvolvimento da região Nordeste não apenas como transporte da cana de açúcar, mas como elemento que contribuiu para fixar a população e desenvolver cidades, pois nessa região cidades se desenvolveram a partir das feiras de gado. Remete, ainda, à importância da feira como elemento de resistência diante da globalização e cita como exemplo, entre outras, a Feira na cidade de Caruaru.

No continente americano, em particular no Brasil, as feiras foram responsáveis pelo desenvolvimento dos municípios, a maior parte deles criados em torno de uma feira, de um aglomerado de comerciantes que negociavam seus produtos. No caso do Nordeste, como já nos referimos anteriormente, Azevedo (2012) aponta que as feiras criaram regiões polos que passaram a se transformar em áreas de articulação, pontos de referência e de encontro entre povoados, fazendo surgir as primeiras cidades. No Nordeste o gado empurrado para o interior pela economia canavieira desbravou Pernambuco do agreste ao sertão, e as feiras nordestinas

foram palcos de encontro de comerciantes, cantadores, cangaceiros e diversas expressões da cultura popular. Na música de autoria do paraibano Sivuca, "Feira de Mangaio"[30], interpretada pela cantora Clara Nunes na década de 1980 e na música a "Feira de Caruaru", composição do caruaruense Onildo Almeida, imortalizada por Luiz Gonzaga, estão explícitas as feiras nordestinas como lugar do cotidiano e da sobrevivência de homens e mulheres, sua vida simples, a ludicidade e os limites delas no tempo e no espaço. Das feiras europeias às feiras do Nordeste brasileiro, mergulhamos em seguida na cidade de Caruaru e suas muitas feiras, observando o trabalho feminino neste espaço.

5.5 Caruaru: Uma cidade onde a sua história e a história de sua feira se misturam

O surgimento da cidade de Caruaru se mistura com o surgimento da feira de Caruaru, pois de acordo com Ferreira (2001) podemos dizer que a feira contribuiu para o surgimento da cidade de Caruaru, já que a cidade ainda não existia quando a feira começou. Era um povoado vinculado ao município de Bezerros e posteriormente se desenvolve para cidade, um dos aspectos que contribuíram para o desenvolvimento da localidade foi a construção de uma capela, que provocou encontros semanais em que a população local aproveitava para trocar mercadorias. O IBGE (2010) delineia um pequeno histórico do surgimento da cidade, demarcando o ano de 1681 como início do caminho percorrido para a formação desse município, a partir da concessão de uma sesmaria para a família Rodrigues de Sá pelo então governador Aires de Souza de Castro, no entanto, somente em 1776 é que José Rodrigues de Jesus assume a fazenda que passou alguns anos abandonada e, em seguida, a capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição foi construída.

Para Ferreira (2001), o desenvolvimento das terras onde hoje está situado o município de Caruaru teve início por volta do século XVII com a distribuição das sesmarias, nesse caso a intenção era a produção agrícola e criação de gado. Quando José Rodrigues de Jesus assume a administração da localidade, no século XVIII, e determina a construção da capela onde as reuniões semanais ocorreriam e que daria início aos encontros que resultariam na então Feira de Caruaru, é que a região começa a se desenvolver, ocorrendo o crescimento da população que residia na região, no entorno, como também o crescimento econômico e a emancipação do município. Para o autor, outra contribuição para o desenvolvimento da feira na localidade é

[30] A letra desta canção encontra-se nos anexos.

o Rio Ipojuca, pois se tornara parada dos viajantes para descanso, cuidar dos animais e abastecer-se de água para continuar a viagem.

De acordo com o Dossiê da Feira de Caruaru (2006) feito pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional , a feira de Caruaru surgiu no encontro entre o sertão e a zona canavieira, pois era a parada de mascates, tropeiros e viajantes. Depois, a construção da capela ampliou a movimentação de pessoas nesse local, que teria aumentado e fortalecido através de encontros semanais o comércio na localidade. Uma pequena variação nas informações, mas que não diminuem a importância do comércio de bovinos e equinos e da construção da capela para o desenvolvimento de uma cidade e, posteriormente, de uma região.

Como descrevemos no capítulo introdutório, a cidade de Caruaru está localizada no Agreste Pernambucano. Segundo o IBGE (2010), a população que reside neste município é de 253.634 habitantes, destes 133.338 são mulheres. A maioria da população concentra-se na área urbana, em média 217.407 pessoas na área urbana e 36.227 no campo. O percentual de pessoas que não frequentaram a escola está em torno de 20%.

Na atualidade, Caruaru integra o polo têxtil de confecções de Pernambuco conjuntamente com algumas cidades circunvizinhas, dentre elas destacamos as cidades de Santa Cruz do Capibaribe e de Toritama, uma vez que compõem o triângulo da produção regional do polo comercial de confecções, e conseguiram estruturar a feira da Sulanca de seus municípios.

> A atividade produtiva de confecção desenvolve-se e ganha força, no Agreste pernambucano, sem a mediação do Estado ou a intervenção do capital, mas pela iniciativa de mulheres e homens que viviam em situação de pobreza e que encontraram na confecção de roupas e artigos de cama, mesa e banho, tendo como base a "sulanca", uma estratégia de sobrevivência. O termo "sulanca" deriva de uma junção entre "sul" e "helanca" e designa os retalhos de malhas utilizados para produzir pequenas peças de vestuário e artigos de cama, naquele período. Os artigos produzidos a baixo custo são vendidos no próprio mercado local e dão origem às chamadas "feiras da sulanca". (ÁVILA, 2015, p.45).

Tanto Toritama e Santa Cruz quanto Caruaru têm uma feira da Sulanca, no entanto as características entre elas são distintas. Nesse estudo, a feira da Sulanca de Caruaru foi o nosso local de observação. Segundo Ávila (2015), dentre as três feiras da Sulanca nas cidades citadas como integrantes do polo têxtil de Pernambuco, a de Caruaru tem destaque. Afirma ainda que vários autores são consensuais em alegar que o desenvolvimento atual desse polo têxtil foi possível por conta das feiras que fazem parte do cotidiano da região do Agreste

Pernambucano. Ela ressalta o contraste evidenciado pelos investimentos públicos que incentivaram a industrialização no sul do país no mesmo período em que as feiras cresciam, na segunda metade do século XX, sem nenhum investimento governamental. Para a autora:

> O polo de confecções do Agreste se desenvolveu à margem desse processo e é expressão da desigualdade regional que caracterizou o desenvolvimento econômico brasileiro no século passado. Também se desenvolveu à margem das iniciativas desenvolvimentistas implantadas na região Nordeste a partir da década de 1960, impulsionadas pela criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, sediada no estado de Pernambuco. (Ávila, 2015, p.45)

Outro aspecto que consideramos se evidenciar na pesquisa organizada por Àvila (2015), entre outras pesquisadoras, é que as mulheres foram as precursoras do processo do qual a Sulanca descende, pois o início foi com a pequena produção doméstica buscando o comércio nas feiras e abastecer a família. Não existiam lojas que comercializavam tecidos, os mascates eram os fornecedores trazendo retalhos, por um baixo custo, advindos da capital pernambucana. A autora afirma que a marca do desenvolvimento das atividades que decorrem o polo de confecções do Agreste é resultado do trabalho desempenhado pelas mulheres em busca de autonomia econômica, e que este desenvolvimento é fruto de um esforço em conjunto, porém não organizado, e que se insere na divisão sexual do trabalho, pois costurar é tido como um trabalho feminino.

Ávila (2015) enfatiza a informalidade em que o trabalho das mulheres está inserido nesse processo de produção e comercialização no Polo Têxtil de Pernambuco e que, com exceção do investimento que o Banco do Brasil fez na década de 60 do século XX, possibilitando a compra de máquinas de costura, é recente o investimento do poder público. Só a partir dos anos 2000 é que iniciativas de investimento são voltadas para as localidades. Analisando o processo que resultou no desenvolvimento de um polo têxtil, Ávila (2015) afirma que a representação da Sulanca em busca da sobrevivência, em especial de mulheres pobres, ganhou proporção em cadeia nacional e até internacional.

É um espaço comercial de importância econômica singular para o município de Caruaru, onde comercializam seus produtos feirantes de características distintas e de discrepância econômica, de diferentes orientações sexuais, etnias/raças, naturalidades e níveis de escolarização. Tanto o IPHAN (2006) como Ferreira (2001) concordam que a importância da feira de Caruaru não é unicamente econômica, e sim cultural, social e histórica. Esta feira que segundo o IPHAN é

> é um lugar de memória e de continuidade de saberes, fazeres, produtos e expressões artísticas tradicionais que continuam vivos no comércio de gado e dos produtos de couro, nos brinquedos reciclados, nas figuras de barro inventadas por Mestre Vitalino, nas redes de tear, nos utensílios de flandres, no cordel, nas gomas e farinhas de mandioca, nas ervas e raízes medicinais. Sem sua dinâmica e o mercado que a Feira proporciona, esses saberes e fazeres já teriam desaparecido. É, por fim, um lugar de socialização, de permanente construção de identidades e de exposição da criatividade popular, tanto em seus aspectos tradicionais como em sua capacidade de recriação, invenção e inovação. A Feira de Caruaru são muitas feiras, que podem se transformar ou desaparecer em função das transformações da própria sociedade e da própria cultura. É um lugar de referência viva da história e da cultura do agreste pernambucano, e, de modo mais geral, da cultura nordestina [...]. (IPHAN, 2006)

Podemos dizer que a feira de Caruaru, da qual a Sulanca faz parte, é reconhecida nacionalmente e devido a esse reconhecimento tornou-se Patrimônio Imaterial pelo IPHAN. Pensar a importância dessa feira é refletir sobre uma cadeia de produção que gera empregos e produtividade, em que o escoamento da produção de mercadoria acontece semanalmente, possibilitando diferentes ocupações, desde os que organizam o funcionamento da feira e a disposição dos bancos, vendedores de café, até grandes comerciantes; refletir sobre um lugar onde as negociações interestaduais são frequentes, como também pensar em toda a produção em fabricos, facções, lavanderias que alimentam esse comércio, a economia da cidade, bem como empregos formais ou informais que tenham respeitados e garantidos seus direitos ou não.

Silva (2009) aponta para as questões de infraestrutura que dificultam a comercialização dos produtos na feira da Sulanca. Para a autora é necessário pensar a questão cultural, pois um novo empreendimento poderia modificar as raízes da feira, com seu imaginário simbólico dos bancos, da aglomeração, da forma de negociar, como também a falta de estrutura pode ocasionar o esvaziamento dos compradores, o que seria maléfico para os feirantes, levando à feira a uma estagnação. O IPHAN (2006) discute a questão da infraestrutura, do crescimento desordenado, do fechamento de vias de acesso à feira, principalmente em dias de grande movimento de compradores, como no mês de junho e dezembro, quando aumenta o número de vendedores ambulantes, dificultando não apenas o comércio, como a própria circulação na feira, nesse contexto fica difícil inclusive se for necessário prestar socorro a alguém que esteja no parque 18 de Maio.

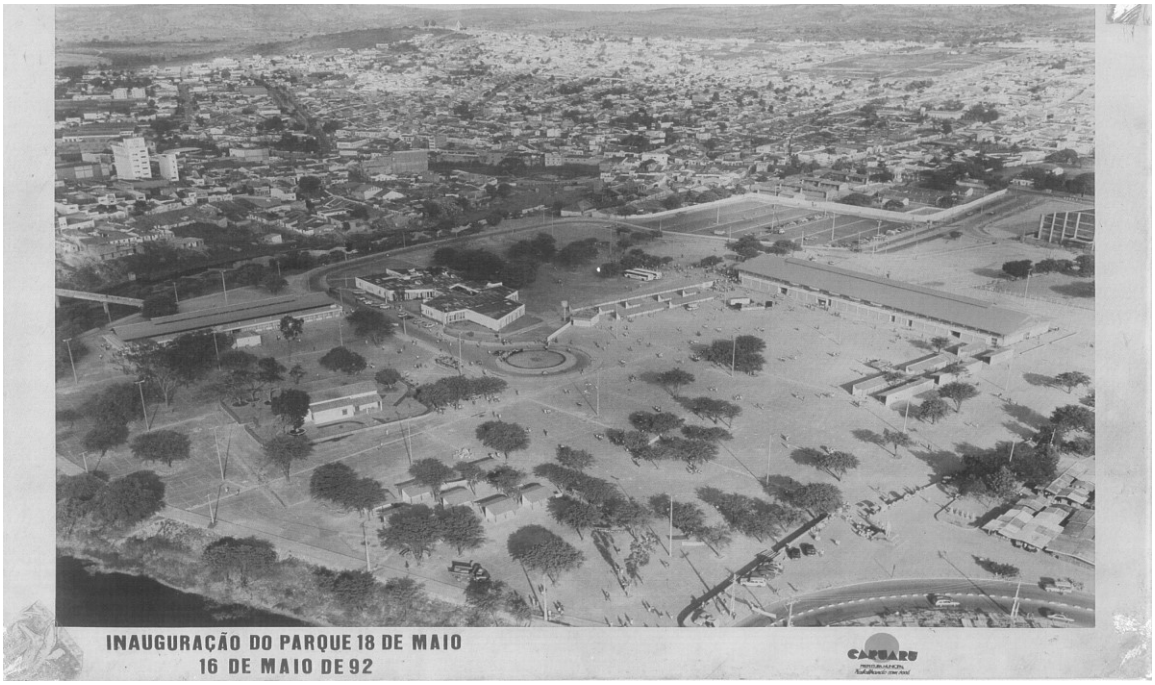
No mês de julho de 2015, foi votado na Câmara de Vereadores de Caruaru o projeto de retirada da feira para um empreendimento à margem da BR 104. Enfatizamos que não é a primeira mudança de local de funcionamento da feira da Sulanca. A princípio a feira

funcionava em frente à capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, marco zero de Caruaru.

Figura 3 - Vista aérea da Feira da Sulanca de Caruaru quando funcionava no marco zero da cidade, antes da mudança para o Parque 18 de Maio.

Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 4 - Vista aérea do Parque 18 de Maio, ainda sem os bancos das feiras de Caruaru.



Fonte: Arquivo pessoal.

Antes da mudança para o Parque 18 de Maio, a Feira da Sulanca ocorria em um terreno próximo à rodoviária da cidade. Os dados numéricos concernentes à quantidade de pessoas que trabalham no Parque 18 de Maio podem impressionar: são cadastrados na Associação de Sulanqueiros[31] mais de sete mil feirantes, como lojistas situados no entorno do parque. São cadastradas mais de quinhentas lojas. E como box dentro de empreendimento conhecido como barracão[32], somam aproximadamente duzentos empreendimentos. Esses dados não contabilizam os sulanqueiros não cadastrados; os ambulantes; os carroceiros; vendedores de alimentos, entre outras ocupações. Na atual proposta de transferência da Feira da Sulanca do Parque 18 de maio, o pequeno comerciante não é incluído, pois os boxes custam em média trinta mil reais. Essa situação é polêmica, tem gerado inúmeras insatisfações e mobilizações de sulanqueiros e comerciantes que não concordam com o projeto apresentado pela Prefeitura de Caruaru.

Nesse sentido, analisar os impactos dessa transferência pode ser objeto de uma futura pesquisa, em razão de sua especificidade, tendo em vista que o projeto não sinaliza a importância cultural da feira e até o momento não preza pelo comerciante de pequeno porte. De todo modo, achamos pertinente abordar algumas questões que envolvem o objeto de pesquisa desse estudo, para que o leitor tenha ciência da dinâmica da feira e das questões políticas, econômicas e sociais em que a mesma está engendrada**.**

5.6 Cenário das mulheres no mercado informal

O trabalho feminino na feira da Sulanca de Caruaru nos remete a algumas questões que precisam ser destacadas, entre elas a relação de informalidade que caracteriza a relação de trabalho. Nesse sentido, Guimarães (2010) reflete que um dos principais vieses trabalhados com relação à mulher e o trabalho é a discriminação. No mercado informal as mudanças não seguiram os avanços do mercado formal de trabalho. A nova reestruturação produtiva ocorrida no Brasil no final do século XX, baseada na globalização[33] e no aumento da

[31] Esses dados foram repassados pela Diretora da Associação de Sulanqueiros e representante do Conselho Consultivo e Deliberativo da Sulanca, Fátima Amaral.
[32] Galpão que tem subdivisões em pequenas lojas alugadas a feirantes para comercializarem seus produtos.
[33] Para Hirata (2009) o conceito de globalização é polissêmico, substitui várias discussões acerca dos modelos produtivos, como produção, pós-fordismo ou especialização flexível. Discute com economistas como Lipietz que as produções nacionais são voltadas para uma produção internacional com a ideia de mercado unificado e chama a atenção baseada em Veltz para a diferença entre globalização e universalização no sentido que esse processo de globalização não universaliza as produções ou o acesso a bens de consumo refletindo na formação de periferias

produtividade com o incentivo ao uso das tecnologias na produção industrial e o crescimento das empresas multinacionais, contribuiu para mudanças profundas no cenário do trabalho, como discute Hirata (2009). A autora afirma que esse processo denota importantes discussões acerca da perspectiva de gênero, pois essa política neoliberal de abertura de mercado, subcontratação, impõe péssimas condições de trabalho às mulheres.

Hirata (2009) discute que ocorreu o aumento da participação feminina no mercado de trabalho formal, informal, bem como no setor de serviços, no entanto, a condição do trabalho não condiz com a ideia de garantia dos direitos das mulheres, pois estão relacionados à precarização, vulnerabilização, são mal remuneradas e desvalorizadas socialmente. A autora ainda discute o fenômeno chamado de bipolarização do trabalho feminino: se por um lado as mulheres estudam mais, e ascendem em algumas profissões, por outro também cresce o número de mulheres em subempregos ou profissões/ocupações ditas como femininas e voltadas para o cuidado, seja com crianças, idosos ou domésticos, como cuidar da casa.

A respeito do trabalho informal e o ingresso das mulheres nesse setor, Guimarães (2010) afirma que é necessário compreender os objetivos e estratégias das atividades informais e que, no contexto desse trabalho, os desafios são maiores para a discussão de gênero. O autor discute três momentos do trabalho informal. Deu-se o primeiro momento nas décadas de 70 e 80, quando o conceito de trabalho informal foi desenvolvido pela OIT, visando intervir na postura dos subempregos, propondo parcerias entre Estado, ONGs e instituições privadas. Em um segundo momento, com a redemocratização do país em meados dos anos 80, em resposta à crise econômica do período, absorviam-se os desempregados. E, por derradeiro, o terceiro momento nos anos 90 com as modificações que a globalização proporcionou, como o aumento do desemprego. Em contrapartida o autor cita os programas de incentivo ao mercado informal, como o crédito individual.

Guimarães (2010) apresenta argumentos desfavoráveis e favoráveis ao mercado informal, entre eles o aumento dos empregos informais diminui o desemprego, retira a responsabilidade do Estado em aumentar postos de trabalho e o que era visto como alternativo configura-se como oportunidade. No entanto, ocorre a redução dos custos na contratação, bem como a redução nos benefícios sociais. Questões como essa dificultam as políticas que

---

excluídas do processo de globalização. A autora exemplifica que as condições de trabalho das filiais na América do Sul, bem como a remuneração salarial são inferiores às matrizes.

agregam as questões de gênero, pois impedem as mudanças no que se relaciona ao mercado informal, por não estabelecerem estabilidade e vínculo empregatício.

Santos (2008) descreve que a globalização é uma das causas das mudanças no cenário do trabalho e também responsável pela insegurança que os trabalhadores enfrentam quanto à situação trabalhista. Enfatiza que na América Latina o processo de renegociação da dívida externa e a vulnerabilidade econômica frente à globalização contribui para o processo de desemprego, pois os novos processos que assimilam a privatização de empresas públicas, a liberalização dos fluxos de investimentos estrangeiros, a proteção da propriedade privada definidos no consenso de Washington, que visa ao ajuste das economias dos países periféricos às novas exigências dos países centrais (que entre outras questões visa à intenção de reduzir o orçamento público), repercutem a desestruturação do mercado de trabalho a qual impacta nos direitos sociais, ocasionando uma menor preocupação com os mesmos com base no crescimento da quantidade de desempregados, os quais acabam cedendo a novas formas de contratação permeadas por relações trabalhistas precárias, terceirizadas e flexibilizadas. A autora ainda afirma que o desemprego não é apenas fruto do sistema de acumulação capitalista, mas consequência de medidas adotadas pelo Governo.

Demonstrando o número de desempregados com base no relatório da OIT – Tendências Mundiais do Emprego em 2007, Santos (2008) afirma que em 2006 o número de desempregados no mundo alcançou o recorde de 195,2 milhões e que as desigualdades são marcantes quando consideramos os critérios de idade, gênero, etnia/raça e escolaridade. Nesse estudo está evidenciada a desproporcionalidade entre homens e mulheres: a diferença circulava em torno de 25% (vinte e cinco por cento) a mais para os postos ocupados pelos homens no mercado de trabalho formal.

Com o intuito de obter dados específicos das mulheres, buscamos o relatório da OIT - Tendências mundiais do emprego das mulheres em 2008. Nesse relatório a Organização Internacional do Trabalho registra o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, no entanto, essa inserção não significa garantia de Direitos Humanos, ao passo que aumentou a quantidade de mulheres em empregos temporários, ausente de proteção social, e também houve um aumento de mais de 10% no índice de mulheres desempregadas nesse mesmo ano. Este cenário afirma a bipolarização do trabalho feminino discutida por Hirata (2009).

No relatório da OIT - Tendências mundiais do emprego das mulheres em 2008, percebemos a manutenção do cenário de exclusão do mercado de trabalho que ainda permeia a realidade feminina. Da mesma maneira que cresce o número de mulheres no mercado informal, cresce o número de mulheres em condições de trabalho degradantes bem como o desemprego feminino. Outra questão importante para destacarmos é a importância dada a essa questão pela OIT, pois coloca o trabalho e suas condições como eixo para solucionar a desigualdade social e de gênero, além do desenvolvimento econômico.

Outra pesquisa apresenta contribuições importantes acerca do trabalho feminino no âmbito brasileiro, intitulada de: *Desenvolvimento, Trabalho e Autonomia Econômica na Perspectiva das Mulheres Brasileiras*[34]. Essa pesquisa abordou o trabalho feminino em condições de precariedade em três contextos sociais diferenciados, um na região Norte, um na Nordeste e outro na Sudeste. "Apresentou como objetivo geral investigar a inserção e as condições de trabalho das mulheres no mercado informal e as possibilidades e limites para a construção de sua autonomia econômica" (ÁVILA, 2015, p.10). Contrastando informações coletadas na pesquisa com estudos desenvolvidos anteriormente, apresenta dados sobre o panorama da mulher no trabalho informal. Assim, afirma a condição de precariedade em que o trabalho feminino está inserido, tanto no trabalho remunerado como não remunerado, e que este trabalho está estruturado sobre um viés patriarcal, machista, racial e econômico, ou seja, sexo, classe e etnia/raça. Discute que o mercado de trabalho é lugar de lutas contra a inserção desigual buscando a transformação da sociedade, o que gera respectivamente tensão, contribuindo para a autonomia da mulher como sujeito.

O crescimento da mulher como chefe de família é apresentado na pesquisa *Desenvolvimento, Trabalho e Autonomia Econômica na Perspectiva das Mulheres Brasileiras* passando de 9.555.110 milhões no ano de 1995 para 16.460.011 milhões em 2004, e no ano de 2013 para 26.333.750 milhões de mulheres chefes de família. No contexto da chefia familiar, a diferenciação entre mulheres de etnia/raça diferentes contribui para a desigualdade social, pois

[34] "Pesquisa que tem como proponente e realizadora o SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, e como organização apoiadora o IDRC – Centro Internacional de Desenvolvimento e Pesquisa do Canadá. Integraram este projeto, na condição de instituições parceiras, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e a Rede de Desenvolvimento Humano – REDEH." Esta pesquisa foi desenvolvida no Polo Industrial do Pará, no Polo de confecções de Toritama e no setor de construção civil de São Paulo, evidenciamos os dados de Toritama pela aproximação com o tema. Realizada entre o mês de setembro de 2013 a outubro de 2015. Disponível em: <http://soscorpo.org/areas-detrabalho/pesquisa/autonomiamulheres/#pesquisa>. Acesso em: 13 maio 2016.

> a renda per capita dessas mulheres de referência nas famílias por raça/cor era bastante desigual: R$ 721,10 era a renda das mulheres negras chefes de família, quase metade da renda das mulheres brancas, que era de R$ 1.370,40; esta também era inferior à dos homens brancos, que tinham maior renda entre todos/as (R$ 1.516,90) (IPEA/DISOC) (ÁVILA, 2015, p.16).

A pesquisa em questão apresenta uma larga contribuição acerca do trabalho feminino. No que concerne ao trabalho precarizado, os números de mulheres inseridas nessa situação são maiores do que o de mulheres no contexto dos direitos trabalhistas garantidos, além do fato que as mulheres representam 40% do trabalho terceirizado e a precarização das relações do trabalho possibilitam a não cobertura da previdência social, o que simboliza um alto número de trabalhadoras desprotegidas socialmente.

É nesse contexto de exclusão, vulnerabilidade e flexibilização que o trabalho feminino na informalidade da feira da Sulanca está inserido. Assim elencamos alguns dados que retratam a realidade das feirantes em Caruaru. Sá (2011), descrevendo as características dos feirantes de Caruaru, relata algumas relações que engendram essa discussão. Dentre elas o autor aponta tanto a questão geracional na sucessão dos negócios como a alta inserção de trabalhadores semanalmente, justificada pela questão do desemprego. A não obrigatoriedade de uma formação específica para o comércio é registrada, e sobre essa questão o autor apresenta dados quanto ao nível de escolaridade: para as mulheres o índice de analfabetismo é de quase 15%, enquanto para os homens é nulo. A disparidade entre homens e mulheres com relação ao acesso à educação, na feira de Caruaru, é representado até o segundo grau incompleto, as mulheres continuam com mesmos acessos à educação que os homens. Quando a questão é outro trabalho que não o exercido na feira e comparado entre homes e mulheres, o número de homens com acesso ao mercado formal é maior que o das mulheres. Essas só os ultrapassam quanto ao acesso ao trabalho informal, que nas mulheres é maior que o dos homens, o que aponta para o menor nível de educação e o acesso ao mercado informal.

Sá (2011) demonstra em seu estudo que a maior parte das mulheres feirantes de Caruaru não teve acesso a nenhum curso de formação profissionalizante, a maior parte delas aprendeu seu ofício em casa, com familiares, em ocupações anteriores ou sozinhas. Tal fato contribui para a discussão do acesso à formação profissional dessas mulheres e para necessidade de entender o cenário que compõe o trabalho feminino na feira de Caruaru. Assim, adentramos a seguir no universo das mulheres na feira da Sulanca de Caruaru.

5.7 Um retrato da realidade do trabalho feminino na feira da Sulanca de Caruaru

Antes de iniciarmos as entrevistas, fizemos a visita ao campo e vivenciamos a observação não participativa. Identificamos o espaço da feira de Brasilit e o conhecido como FUNDAC. A feira de Brasilit se apresenta como sendo um local calçado, com banheiro e iluminação fixos, bancos de madeira que possibilitam o fechamento dos mesmos com a possibilidade de guardar objetos no interior dos bancos. É o que observaremos na imagem abaixo:

Figura 5 – Exemplo de banco e estrutura na feira de Brasilit.

Fonte: fotografado pela autora.

Em contrapartida, na feira da FUNDAC o local não é calçado, banheiros ficam do lado de fora do terreno, a iluminação é feita por "gambiarras", o lixo é espalhado não existindo locais adequados para sua coleta, ocorrendo a acumulação de lixo junto a alguns portões de entrada. Em visita noturna ao local, presenciamos as filas de feirantes esperando a hora para abertura dos portões. Do lado de fora, lixo amontoado na rua próximo aos portões de acesso expondo todos os feirantes à contaminação, à exposição de insetos e animais transmissores de doenças infectocontagiosas, além do odor desagradável, entre outras questões. Isso pode ser observado na imagem abaixo:

Figura 6 - Por volta das 3 horas da manhã, feirantes esperam a abertura dos portões próximos ao amontoado de lixo.

Fonte: fotografado pela autora.

Nesse período de observação, encontramos algumas dificuldades: a estrutura da feira da Sulanca, principalmente nos aspectos relacionados ao espaço onde funciona a feira da FUNDAC (as feirantes se referem ao espaço com um “curral”), pelo fato de o terreno ser fechado por portões com segurança, à noite depois que encerra a permissão em entrar no espaço existe uma dificuldade em sair. Além disso, o termo “curral” está relacionado ao local em que vivem animais, o que denota a depreciação do olhar quanto ao trabalho feminino, bem como as condições desse trabalho.

Figura 7 - O portão fechado, com a corrente pouco acima da mureta, luzes acesas e pessoas trancadas no interior do terreno da FUNDAC.

Fonte: fotografado pela autora.

A explicação para o fechamento dos portões de acesso ao espaço de comercialização denominado de FUNDAC é a determinação de um horário de funcionamento da Feira da Sulanca de Caruaru[35]; esse intuito é o de não antecipação do horário da feira pelos feirantes[36]. O que ocorre é que, com abertura em um horário único as feirantes, ficam sem a possibilidade de organizar a mercadoria para receber os fregueses, dificultando a comercialização dos produtos. Para evitar esse problema algumas chegam ao final da tarde do domingo e passam a noite esperando a abertura dos portões.

Durante a observação contornamos todo o terreno, durante a madrugada, e constatamos a realidade retratada pelas feirantes: no local não existem banheiros do lado de dentro. As mulheres passam as noites praticamente aprisionadas nesse espaço e presenciamos mulheres e adolescentes pulando os portões para utilizarem um banheiro químico. Tanto pela

[35] A imagem acima é para demonstrar o portão fechado, observando a foto vemos o portão fechado com a corrente pouco acima da mureta, luzes acesas e pessoas trancadas no interior do terreno da FUNDAC.

[36] O horário de funcionamento da feira, por algum tempo, repercutiu negativamente para o processo de comercialização. Os feirantes chegavam desordenamente contribuindo para uma indecisão frente ao horário de inicio e término da feira, ou seja, nem compradores nem vendedores sabiam o horário de chegar, quando alguns chegavam a feira já tinha acabado dificultando a situação de vendedores e compradores. É importante ter dia e hora para o inicio da feira, mas quando o horário é único para vendedores e compradores impossibilita a organização do feirante, pois quando os cliente chegam o banco já tem que estar arrumado par anão perder a oportunidade de vender.

distância como pelo fechamento dos portões as mulheres que por necessidade ou por escolha chegam cedo para comercializarem seus produtos são expostas a essa circunstâncias degradantes para satisfazer suas necessidades fisiológicas. A dignidade humana das mulheres é violada semanalmente, pois trata-se de uma violação do direito de ir e vir, e da exposição de mulheres ao trabalho degradante.

Neste espaço, durante o dia o calor é potencializado pelas coberturas de banco, pois o material que cobre os bancos de madeira é do tipo lona. A falta da fiscalização em pontos de venda alimentícios contribui para um adulteramento de garrafas de água, e o oferecimento de comidas sem um processo de fabricação que vise à qualidade e à higiene alimentar, possibilitando casos de infecção intestinal entre as mulheres e demais consumidores. Há ausência de calçamento nesse espaço. Não existe piso, calçamento ou asfaltamento e as barracas estão construídas na terra, sem nenhuma infraestrutura que dê maior qualidade às condições de trabalho e comércio. No verão aumenta o calor, e no inverno as condições se agravam, pois as águas abundantes das chuvas contribuem para acumular lama, esgotos entupidos, poças de água, entre outras questões.

As imagens abaixo apresentam a estrutura de trabalho das mulheres feirantes no espaço da FUNDAC.

Figura 8 – Divisão do terreno da FUNDAC para estacionamento e comercialização.

Fonte: fotografado pela autora.

Figura 9 – Exemplo de banco e estrutura na FUNDAC.

Fonte: fotografado pela autora.

Figura 10- Exemplo de trabalho das mulheres ambulantes.

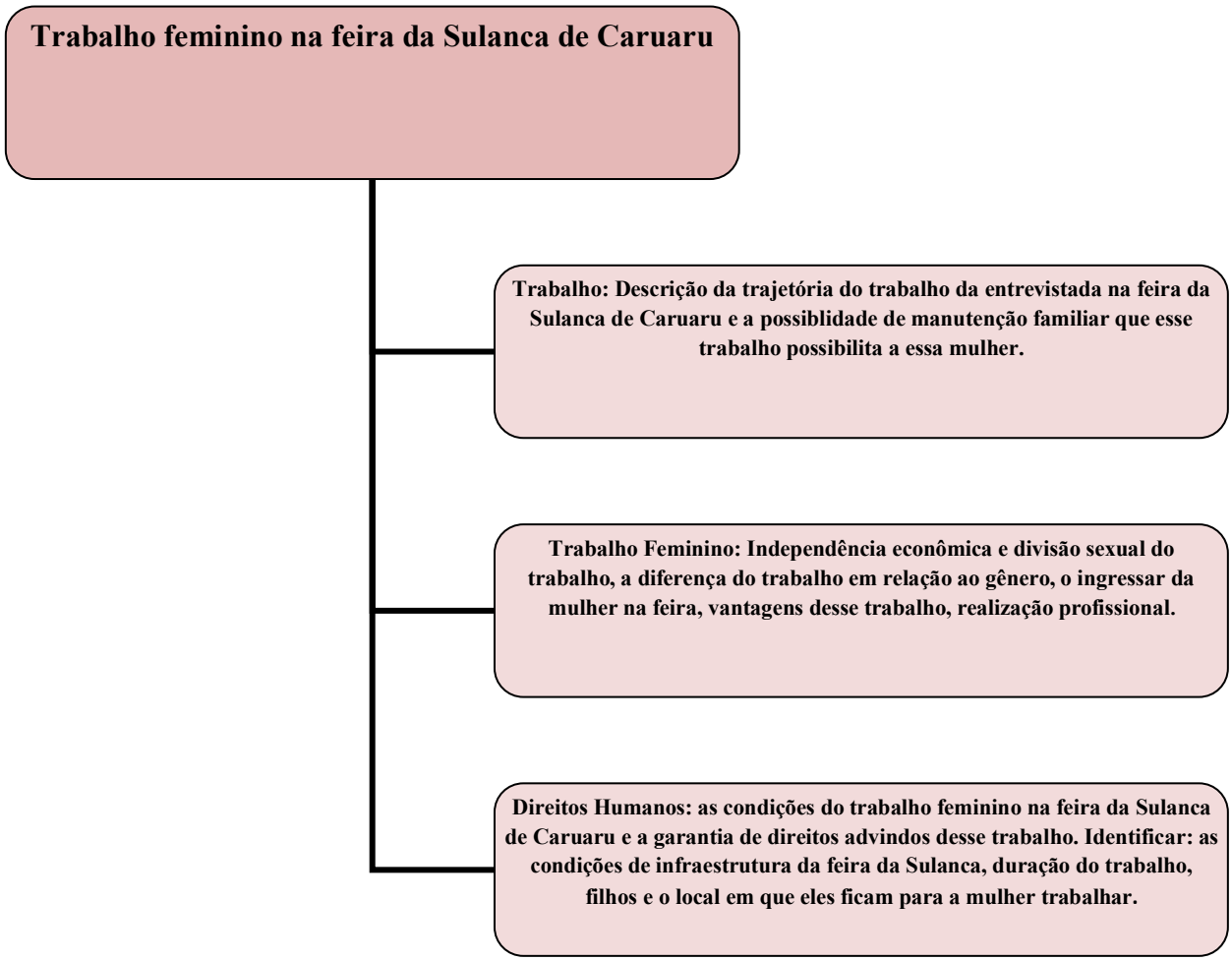
Fonte: fotografado pela autora.

Outro fato que evidenciamos foi a desconfiança das mulheres em conceder as entrevistas por não entenderem o processo, por terem receio que divulguemos os nomes delas, demonstrando temor em falar do Prefeito e perder o ponto de venda. Essas, entre outras

questões, foram por nós enfrentadas durante a pesquisa e entre as ambulantes foram potencializadas com relação à perseguição sofrida pelas mesmas por parte dos fiscais da prefeitura.

A aproximação para as entrevistas ocorreu de forma acidental. Foram realizadas com as pessoas que apareciam aleatoriamente. Posteriormente, a amostra foi intencional, pois a escolha realizada na amostra acidental só se configuraria se após a abordagem inicial a entrevistada se inserisse nos critérios de inclusão, devidamente apresentados na metodologia desse trabalho. Assim, com a concordância, começamos as entrevistas. Os resultados das entrevistas foram agrupados a partir de três temas principais tratados na pesquisa:

Figura 11 – Temáticas da entrevista.



Fonte: elaborado pela autora.

A amostra da pesquisa de campo envolveu 6 mulheres que trabalham na feira da Sulanca de Caruaru no ramo da confecção, tendo em vista a variedade de produtos comercializados nessa feira. A pesquisa de cotas contemplou proporcionalmente os elementos da população pesquisada, pois identificamos as cotas de acordo com as diferenças que permeiam o trabalho feminino na feira da Sulanca de Caruaru: para as trabalhadoras que comercializam em ponto fixos apresentamos o recorte geográfico de localização diferenciada e até repartida da feira de Brasilit e da FUNDAC, e há aquelas que comercializam de forma ambulante que estão ineridas nesse contexto de comercialização no Parque 18 de Maio. As entrevistas ocorreram durante o funcionamento da feira da Sulanca de Caruaru, respeitando o tempo de cada feirante contribuir para o estudo. Buscamos não interferir no trabalho da mulher, por isso esperávamos o atendimento de seus clientes, colocando o tempo necessário definido pelo movimento na feira da Sulanca de Caruaru, pausando as entrevistas e aguardando até que a feirante pudesse novamente retomar a entrevista. A nossa experiência de feirante contribuiu para que o diálogo para a entrevista transcorresse de forma tranquila.

Com o intuito de preservar a identidade das entrevistadas, como orientam as recomendações éticas da pesquisa científica com seres humanos, não citaremos os nomes reais das entrevistadas. A identidade de todas será baseada em “Maria”; informamos às entrevistadas que assim seriam referidas no estudo e pedimos para escolher alguma característica para agregar ao nome escolhido. Dessa forma, temos cada Maria ligada a uma característica por elas escolhidas. Assim, nossas Marias coautoras desse trabalho são:

MARIA DA CONQUISTA: “Conquistei minha independência com a feira, tenho orgulho daqui e nunca deixarei esse trabalho.”

MARIA DA LUZ: “A luz é que ajuda, que brilha, sem a luz só tem tristeza.”

MARIA GUERREIRA: “Porque sou guerreira mesmo, pra vir pra essa feira tem que ser.”

MARIA DO TRABALHO: “Vivo pra trabalhar e trabalhar é bom.”

MARIA DA VITÓRIA: “A vida é uma batalha todo dia e vencemos algo todo dia.”

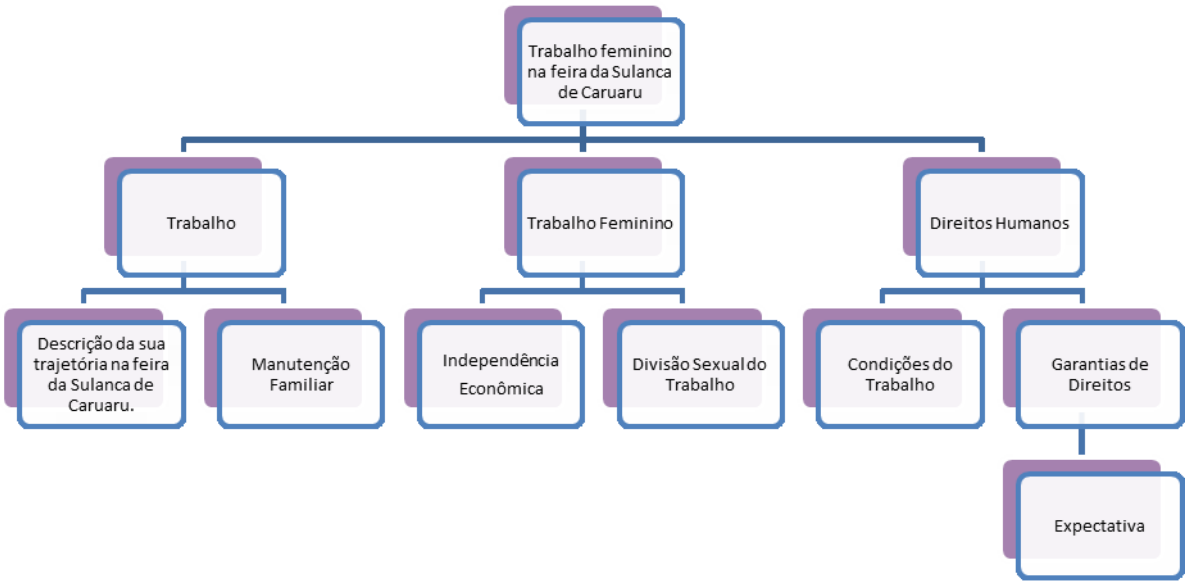
MARIA DA FÉ: “Tenho sempre fé para nunca desistir.”

Organizamos quadros de análise contendo partes das entrevistas das feirantes, e separamos por categoria analítica. Selecionamos as categorias abordadas, as unidades de

registro que permeavam a construção das perguntas, a forma que comercializam e a fala das entrevistadas. Caminhamos com a análise de dados onde se dá o encontro entre a história da mulher, a história das Marias e o encontro com o referencial metodológico para descrever, analisar e compreender a realidade na qual as Marias protagonizam a história.

Alocamos as proposições em unidades de registro; para cada categoria analítica escolhida apresentamos um quadro, e em cada quadro a unidade de registro que regia o direcionamento das entrevistas, divididos pelo local, no caso da Brasilit e FUNDAC ou pela forma de comercialização no caso das ambulantes[37], num total de 21 quadros analíticos, 18 quadros relativos às categorias da pesquisa e três baseados nas expectativas das feirantes com relação ao seu trabalho. E, em seguida, apresentamos a análise das entrevistas baseadas nas 6 feirantes entrevistadas.

Figura 12 - Apresenta a organização do tema e das categorias estudadas.



Fonte: elaborado pela autora.

O organograma acima apresenta na primeira linha o tema dessa pesquisa, em seguida as categorias analíticas que alocamos nosso estudo (Trabalho, trabalho feminino e Direitos Humanos), acompanhadas das unidades de registro que acoplamos à organização das entrevistas, conforme aprofundamos a seguir na descrição e análise das categorias.

[37] Essa escolha por diferenciar tanto o local como a forma de comercialização se dá pois o campo apresenta características distintas, as questões que envolvem a precariedade e as condições do trabalho são diferentes de acordo com essa divisão que categorizamos a seguir.

5.7.1 Primeira categoria: Trabalho

Nesse sentido organizamos os quadros analíticos dessa categoria em duas unidades de registro: descrição da trajetória do trabalho da entrevistada na feira da Sulanca de Caruaru e a possiblidade de manutenção familiar que esse trabalho possibilita a essa mulher**.** As perguntas que nortearam as entrevistas[38] fazem parte do contexto do início do trabalho da mulher, tempo de trabalho, chefia de família, parentesco no trabalho na feira, rendimento do trabalho e dificuldades.

Os quadros 1, 2 e 3 apresentam as respostas das entrevistas semiestruturadas com as participantes, aqui identificadas como: Maria da Fé e Maria da Conquista, que trabalham na Brasilit; Maria do Trabalho e Maria da Luz, que trabalham na parte da feira da Sulanca identificada como FUNDAC; e Maria Guerreira e Maria da Vitória, que trabalham como ambulantes.

Quadro 1 - Descrição da trajetória na feira da Sulanca de Caruaru no local identificado como feira da Brasilit de Maria da Fé e Maria da Conquista. [39]

Análise de Conteúdo			
Categoria Analítica	**Unidade De Registro**	**Entrevistas**	
		Local	**Unidade De Contexto**
TRABALHO	**Descrição da sua trajetória na feira da Sulanca de Caruaru.**	**Brasilit**	**Maria da Fé: <u>Comecei com minha mãe</u>** que já trabalhava aqui na feira. Com a família<u>, meus pais são feirantes.</u> Fazer parte da confecção. Todo mundo trabalhava na confecção. Já faz uns 20 anos. Sempre aqui no parque 18 de maio.
			Maria da Conquista: <u>comecei depois do divórcio</u>, com mercadoria em condição e banco cedido por um amigo que tinha dois, depois fui comprando tecido, desenhando e hoje só vendo mercadoria minha <u>e já faz mais de 20 anos</u>.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

[38] O roteiro da entrevista semiestruturada está anexado.
[39] Os grifos na transcrição das falas serão sempre nossos.

Quadro 2 - Descrição da trajetória na feira da Sulanca de Caruaru no local identificado como feira da FUNDAC de Maria da Luz e Maria do Trabalho.

Análise de conteúdo			
Categoria Analítica	**Unidade De Registro**	**Entrevistas**	
		Local	**Unidade De Contexto**
TRABALHO	**Descrição da sua trajetória na feira da Sulanca de Caruaru.**	**FUNDAC**	**Maria da Luz** "Eu comecei quando a feira era antiga, a gente começou a trabalhar lá, depois que feira mudou pra essa daqui virou um estrago. Colocaram a gente aqui nesse lugar, aqui que chamam de curral, mas lá dentro eu não consegui. Tem uns oito anos que trabalho aqui nesta rua antes de vir pra cá. Eu morava em São Paulo, vim pra cá, ai comecei a fabricar e estou na feira até hoje, comecei sozinha e continuo sozinha. Em São Paulo, nós tinha bar, comércio, trabalhava com bar e vim com toda a família, mas hoje só eu de feirante".
			Maria do Trabalho: É trabalho, e minha vida é essa, contínua, não só aqui, mas fora daqui também, há trinta anos. Fora daqui na feira livre de Camela, perto de Porto de Galinhas, aqui é em "grosso" e lá em "varejo". Eu herdei de minha mãe, minha mãe "feirou" 40 anos, comecei com ela, ela sustentou a mim e meus cinco irmãos com a feira. Desde que começou a feira existiu lá em baixo, é que eu comecei vendendo na mão, existiu ali ao lado do antigo açougue, porque quando ela começou foi ali, aí depois foi pra rodoviária, tá entendendo? E como sou filha natural daqui, que minha mãe vendia de frente do Café Guarani num banquinho e eu comecei com ela.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Quadro 3 - Descrição da trajetória na feira da Sulanca de Caruaru da ambulantes envolvidas na pesquisa identificadas como Maria da Fé e Maria da Conquista.

Análise de conteúdo			
Categoria Analítica	**Unidade De Registro**	**Entrevistas**	
		Local	**Unidade De Contexto**
TRABALHO	**Descrição da sua trajetória na feira da**	**Ambulante**	**Maria Guerreira**: É, minha vida aqui na feira é difícil, difícil pros ambulante, porque eles não dão estrutura nenhuma né, mas antes tiram a gente né, que quer trabalhar e não consegue e por aí vai. E eu acho assim que a feira deveria ter um

	Sulanca de Caruaru.		espaço pros ambulante, um canto certo pra ele, e já que não pode um canto, dizer onde pode deixar as pessoas né, porque todo mundo precisa trabalhar, quem é que não precisa trabalhar, né? Comecei trabalhando muito, fabricando minhas peças, costurando, trabalhando e ganhando a vida né. Tô vindo pra feira, arriscando e tendo fé em Deus né? 3 anos nessa jornada.
			Maria da Vitória: um trabalho muito difícil, os seguranças não deixam a gente trabalhar, não fazemos clientes, carrego minha mercadoria no braço mesmo e não posso espalhar no chão, se não eles tomam. Comecei na feira fazendo minha mercadoria sozinha, antes eu era faxineira, trabalhava em casa de família, aí juntei dinheiro e comprei duas máquinas de costura e comecei a fabricar. Tenho 3 filhos e sou única responsável pela minha família.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Nos quadros 1, 2, 3 dispomos a descrição da trajetória de cada feirante envolvida na pesquisa, observamos a diferença no percurso percorrido por cada uma, mas não pretendemos estabelecer comparações entre as realidades das trabalhadoras da feira da Sulanca de Caruaru e sim nas singularidades. Concordamos com Sá (2011) quando descreve a inserção do feirante na realidade caruaruense, nesse sentido, a realidade da feirante como trabalhadora informal não apresenta uma única justificativa nem discrepância com a realidade masculina no sentido do acesso ao mercado informal, a questão geracional passando de parentes é representada, no entanto a bipolarização do trabalho feminino discutido por Hirata (2009) é um potencializador do acesso da mulher ao trabalho na Sulanca.

Enfatizamos a determinação dessas mulheres, desde Maria da Fé e Maria da Luz que deram continuidade ao trabalho familiar, a Maria da Conquista que iniciou sua trajetória de feirante após um divórcio, Maria do Trabalho com a imigração, na trajetória de Maria Guerreira e Maria da Vitória a resistência frente a um sistema excludente que não possibilitou formação e com que as mulheres se deparam apesar das profissões ditas “femininas”, como a costura e o emprego doméstico, para a sua subsistência. Aliando essa definição com a descrição histórica, nos voltamos para Perrot (2012), quando discute o incentivo a atividades

que exaltem a aptidão das mulheres para atividades ditas como femininas (a costura é um exemplo) e a considerada inaptidão natural para outras profissões.

A percepção da negligência do poder público para com o trabalho feminino está registrada na fala das entrevistadas, principalmente das ambulantes; essas trabalhadoras estão mais expostas aos desmandos de uma ocupação na feira meramente masculina: a dos fiscais. Eles demonstram posturas autoritárias e desrespeitosas para com essas trabalhadoras que, como Maria da Vitória, afirma precisar trabalhar, ganhar o seu pão para cuidar de seus três filhos. Quando Maria da Luz se refere ao local chamado de "curral" é o espaço que identificamos nesse trabalho como a feira da FUNDAC. É um terreno cercado por portões, com fiscais que limitam a entrada e a saída dos feirantes durante o horário de não funcionamento da feira.

O fato que é apresentado no tempo de atuação na feira da Sulanca dessas Marias é discrepante, o fluxo de feirantes é corrente, o que enfatiza a importância da feira para a cidade de Caruaru, pois ela acolhe o que o mercado segrega. Para as mulheres, a possibilidade de conciliar os cuidados com os filhos com outra fonte de renda também são atrativos para a manutenção do trabalho feminino na feira da Sulanca de Caruaru.

A realidade da Feira da Sulanca não é diferente da maior parte do Brasil no que concerne ao crescimento da mulher como chefe de família. Essa afirmação é apresentada na pesquisa *Desenvolvimento, Trabalho e Autonomia Econômica na Perspectiva das Mulheres Brasileiras* (2015), que apresenta o crescimento da chefia familiar feminina. A diferença é que nesse contexto a feira é a possiblidade de subsistência quando o mercado, a educação e as políticas de empregos não incluem uma grande quantidade de trabalhadoras em empregos formais. Outro aspecto relevante com relação ao trabalho na feira da Sulanca de Caruaru apresentado por Sá (2011) é a baixa qualificação das trabalhadoras da feira da Sulanca. Segundo o autor, predomina a formação escolar incompleta e o analfabetismo. As mulheres encontram-se, em comparação com os homens feirantes, em maior número de analfabetismo e de ensino fundamental incompleto, e o trabalho informal para as mulheres aparece em maior constância que para os homens, o que para nós sinaliza aspectos de vulnerabilidade do trabalho feminino.

Há de se reconhecer outra singularidade entre as mulheres que estão neste primeiro bloco: a pobreza e a exclusão. O contexto narrado de segregação no espaço de trabalho nos lembra das condições de trabalho narradas pelos historiadores do século XIX ao século XX,

quando no trabalho nas primeiras indústrias as mulheres e as crianças estavam submetidas à ausência de direitos trabalhistas e proteção da família.

A partir dos quadros que se seguem, dialogamos com as Marias na tentativa de compreender como conseguem manter as suas famílias, prover o sustento de suas casas e a proteção do seu grupo familiar.

Quadro 4 - Descrição da manutenção familiar proporcionada pelas feirantes identificadas por Maria da Fé e Maria da Conquista, que comercializam na feira de Brasilit em Caruaru.

Análise de Conteúdo.			
Categoria Analítica	**Unidade De Registro**	**Entrevistas**	
		Local	**Unidade De Contexto**
TRABALHO	**Manutenção familiar**	**Brasilit**	**Maria da Fé**: O sustento da casa é dividido entre eu e meu marido. Tenho outras atividades fora a feira. Já foi o principal, mas hoje não. Tem que ter outras. A vantagem de trabalhar na feira é que você pode fazer, apesar de toda a crise, mas você pode fazer o seu. Quanto mais você se esforçar mais você vai ter um rendimento melhor, não fica naquele fixo. Apesar da crise tá muito grande você pode melhorar a mercadoria, pode atender melhor seu cliente. Seu rendimento não fica no fixo. O banco é meu, comprei há alguns anos. E mesmo não estando realizada aqui, trabalho todos os dias da semana. Na feira trabalho o de antes e depois: três dias.
			Maria da Conquista: Me sustento sozinha, desde o divórcio, a feira é meu ganha pão e mesmo hoje estando fraco dá para escapar. Sempre gostei do que faço, me sinto realizada, tenho carro, casa própria, posso fazer uma viagem, não preciso dar satisfação a ninguém. O trabalho aqui me proporcionou tudo isso. Eu gosto do que faço. Eu gosto de costurar. Eu gosto de pegar um tecido, botar em cima de uma mesa, fazer uma modelagem, cortar. Essas peças a maioria sou eu que faço. Eu gosto disso.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Quadro 5 - Descrição da anutenção familiar proporcionada pelas feirantes identificadas por Maria do Trabalho e Maria da Luz que comercializam na feira da FUNDAC em Caruaru.

Análise de Conteúdo			
Categoria Analítica	**Unidade De Registro**	**Entrevistas**	
		Local	**Unidade De Contexto**
TRABALHO	**Manutenção familiar**	**FUNDAC**	**Maria do Trabalho**: O meu sustento é da feira, tenho marido e tenho filhos. Meu marido e meu filho ajudam as contas, mas eu me sustento sozinha daqui da Sulanca, dá pra ir levando, só trabalho na feira. É o único serviço melhor que ainda está sustentando Caruaru é a feira, porque se a feira acabar acabou Caruaru.
			Maria da Luz: Eu sou o esteio da minha casa, quando eu comecei só vendia aqui, mas só que foi caindo, caindo... Hoje para eu arrumar minha sobrevivência, eu tenho que sair pra fora. Não tenho vontade de mudar de ramo não, já pensei em parar entendeu? Porque tá tão fraco que você fica, você vem pra aqui (...) tá tão parado que você vê, o freguês vem pergunta e vai embora, então às vezes eu penso em parar, às vezes eu digo que vou mudar, vou trabalhar pros outros, porque trabalhar pros outros pra ver se fica melhor pra mim, mas depois eu volto atrás, porque eu nasci e me criei, entendeu? Aí fico me sustentando à pulso, tá entendendo? Sem recompensa, porque tem feira que nem a de hoje que, meu Deus, nem a despesa você arruma, aí pronto, você fica querendo desistir.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Quadro 6 - Descrição da manutenção familiar proporcionada pelas feirantes identificadas por Maria Guerreira e Maria da Vitória que comercializam na como ambulantes em Caruaru.

Análise de Conteúdo			
Categoria Analítica	**Unidade De Registro**	**Entrevistas**	
		Local	**Unidade De Contexto**
TRABALHO	**Manutenção familiar**	**Ambulante**	**Maria Guerreira**: O sustento da minha família eu divido com meu marido. Ele é agricultor. A feira não garante o sustento da família, não totalmente, tem que contar com a ajuda dele. A vantagem, mulher, é que tu tem a liberdade... independência, tá ganhando seu dinheiro apesar das dificuldades, mas tá ganhando, isso é o importante. Quando a feira é boa trabalhamos a semana toda, comprando mercadoria, cortando, costurando, embalando. Quando não, vamos fazendo o

			que dá.
			Maria da Vitória: Sou a única responsável pelo sustento da família, trabalho aqui na feira e na faxina. Deixo meus filhos, eles ficam na escola quando eu trabalho. Trabalho de domingo a domingo, na faxina, comprando tecido, fabricando a mercadoria e vendendo aqui na feira e em casa cuidando da casa. O pai dos meus filhos nem sempre paga a pensão, fico sozinha. Não gasto aqui na feira, só como em casa e só uso o banheiro em último caso. A dificuldade maior para o sustento é que não posso pagar 40 reais de um ponto e não fazemos clientes por que não paramos em lugar algum, pois os fiscais não deixam.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

A Unidade de registro "Manutenção familiar" que é analisada nos quadros 4,5 e 6 está vinculada à capacidade de autossustentação da feirante a partir do trabalho exercido na Sulanca. Relacionamos essa discussão com o artigo XXIII da DUDH, inciso 3, em que se registra o direito a uma remuneração justa e satisfatória, e que esta garanta à pessoa e seus familiares a condição de preservar a dignidade humana. Na fala de Maria da Vitória a dificuldade apresentada em garantir o trabalho e ao mesmo tempo de sustentar sua família, quando fala que não gasta na feira, o lucro não é suficiente para suster as despesas de sua casa e manter seus filhos, fazendo com que ela prive-se de um lanche e até mesmo de usar o banheiro, já que na localidade que ela comercializa é cobrado uma taxa para acessá-lo. Com base na experiência de Maria da Vitória, podemos afirmar que as privações fazem parte da gama de vulnerabilidades que as ambulantes enfrentam no cotidiano do trabalho na feira da Sulanca de Caruaru.

Mesmo crescendo a quantidade de chefia feminina, como percebemos e afirmamos nas primeiras entrevistas, fica registrado o olhar que a mulher debruça sobre essa condição. A independência econômica contribui para afirmação da mulher no contexto do trabalho de feirante, como percebemos na fala de Maria do Trabalho: mesmo afirmando que recebe ajuda do marido e do filho, ela exalta que se sustenta sozinha. Maria Guerreira ressalva as dificuldades enfrentadas por essas mulheres no trabalho da Sulanca, afirmando que é a necessidade de trabalhar que faz a feira ser o caminho percorrido. Nessa acepção, a não garantia de manutenção familiar com o trabalho na feira, refletida na fala de Maria da Fé e

Maria Guerreira, está relacionada com o pensamento de Hirata (2014), quando a autora alega que a participação feminina no mercado formal ou informal não significa afirmar que as mulheres tenham seus direitos garantidos, como, por exemplo, uma rentabilidade que garanta a dignidade de vida para essas mulheres.

A possibilidade de uma rentabilidade superior a uma remuneração em um emprego formal é considerado atrativo para a continuidade do trabalho na feira, desconsiderando a insegurança frente à possibilidade de necessitar da assistência social. Essa expectativa é apresentada na fala de Maria da Fé. Segundo a entrevistada, a vantagem de trabalhar na Sulanca é que a dedicação e esforço individual podem contribuir para uma melhor remuneração, mesmo em momentos de crise econômica, diferente do trabalho assalariado que estabelece um valor fixo para boa parte das profissões, principalmente no caso da terceirização do emprego. No entanto, percebemos como fala recorrente nas entrevistas a crise que a feira da Sulanca enfrenta. Segundo as feirantes, essa dificuldadedeve-se à desorganização da feira e em contrapartida ao crescimento do Polo Têxtil de Pernambuco nas cidades de Toritama e Santa Cruz, pois reorganizaram as suas feiras e oferecem melhor infraestrutura para vendedores e compradores.

Percebemos na atualidade das mulheres feirantes a existência de uma motivação reduzida respondendo de acordo com o local e a forma de comercialização dos produtos. Na FUNDAC e com as ambulantes existe o aumento da insatisfação, partindo do local onde comercializam, do pouco movimento financeiro e da relação com os fiscais. Estes espaços de informalidade se caracterizam na atualidade por enormes violações de direitos e por ambientes dominados por políticos autoritários e conservadores, que colocam nas mãos de fiscais truculentos a cobrança de impostos e a organização dos espaços de trabalho. Há muito da história do passado no tempo presente.

Na Brasilit, o depoimento de Maria da Conquista possibilita uma relação de satisfação pelos frutos obtidos com o trabalho. Realidade que contrasta com a atualidade das mulheres quando nos voltamos para a fala das ambulantes e das trabalhadoras da FUNDAC. Essas trabalhadoras partem da necessidade de subsistência para justificarem o trabalho na feira; no caso de Maria da Conquista, a fala dela reflete a independência econômica alcançada com o trabalho na feira, ressaltando a realização pessoal e econômica na atividade realizada. É nesse contexto que lemos a reflexão de Studart (1974) sobre a importância de a mulher trabalhar e assim contribuir não apenas na ação técnica de transformação da natureza, mas também na

questão cultural; trabalhar é imprescindível, pois além de não ficarmos reduzida a um papel biológico, ressignificamos nossas vidas e contribuímos para as mudanças sociais, econômicas, culturais em busca de uma sociedade igualitária, afinal trabalho é transformação, afirmação, construção, seja no campo material, técnico ou intelectual.

Nessa perspectiva, a participação feminina é decisiva para a manutenção familiar. Por outro lado, é necessário apontar que boa parte dessas mulheres são as únicas responsáveis pelo núcleo familiar e apontaram negligência tanto dos maridos e ex-maridos quanto do poder público para que possam trabalhar e garantir a dignidade própria como também dos filhos. Se, por um lado, as condições de trabalho na feira são negligenciadas, por outro lado, é este trabalho que vem permitindo que estas mulheres se afirmem na condição de trabalhadoras e tenham esperanças de garantir uma vida digna para elas, suas famílias e seus filhos.

5.7.2 Segunda categoria: Trabalho Feminino

Com o intuito de entender a teia de ligações em que o trabalho feminino na feira da Sulanca de Caruaru está engendrado é que buscamos na categoria Gênero descrever o contexto social em que a mulher está inserida. Nesse sentido os quadros analíticos dessa categoria apresentam como unidades de registro: Independência econômica e divisão sexual do trabalho. As perguntas que nortearam as entrevistas questionaram a diferença do trabalho entre feirantes, as dificuldades enfrentadas, conselho para a mulher que deseja ingressar nessa feira, da mulher na feira, vantagens desse trabalho, realização profissional.

Quadro 7 - Fala das mulheres Maria da Conquista e Maria da Fé, que demonstram a luta em busca de sua independência econômica exercendo seu trabalho na feira de Brasilit em Caruaru.

Análise de Conteúdo			
Categoria Analítica	**Unidade De Registro**	**Entrevistas**	
		Local	**Unidade De Contexto**
TRABALHO	**Independência econômica**	**Brasilit**	**Maria da Conquista**: Sou da diretoria da associação dos sulanqueiros, mas a associação não ajudou no meu trabalho na feira. A gente quando tem um problema, a associação vai na prefeitura com a gente, procura resolver. Ela faz um trabalho bom com a gente. Mas, nunca fiz curso de capacitação nem por ela, nem pela

FEMININO			prefeitura. Esse banco que estou hoje (que o meu banco era em outro local) ele estava abandonado. Eu fui na prefeitura e pedi, peguei a documentação com a associação. A prefeitura me cedeu. E ele hoje é meu, o outro eu comprei. Esse é bem melhor. A prefeitura não presta acompanhamento da situação dos feirantes de informação não. De segurança nós temos um diretor agora. Um excelente diretor! Tem fiscalização. Tem um eletricista que quando tem curto circuito a gente chama e eles vêm. Tudo aqui é um quebra-galho. Aqui é tudo um quebra galho. E fraco!
			Maria da Fé: Trabalho aqui, mas não temos ajuda. Faço parte da associação dos sulanqueiros, mas nunca soube de nenhuma ajuda, nem curso, nada. A prefeitura também não, somos sozinhos. Não pago imposto, só as taxas e não tenho cadastro na secretaria de feiras e mercados. Comprei meu banco e não acho justo o imposto, não porque nem limpeza a gente tem. Se pelo menos o básico a gente tivesse já era alguma coisa. Pago a previdência como autônoma. Hoje eu devo... Se eu trabalhei na feira não vou ser injusta em dizer que não. Eu tenho a minha casa, tenho meu carro. Mas hoje a feira tá se acabando. Mal dá para fazer a feira, até meus filhos da escola particular eu tirei. Sou formada em história às vezes penso que deveria ter seguido minha carreira de professora. Já pensei em mudar de profissão, aí eu digo agora já é tarde (...). Tenho que pensar nesses meninos.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Quadro 8 - Fala das mulheres Maria do Trabalho e Maria da Luz que demonstram a luta em busca de sua independência econômica exercendo seu trabalho na feira da FUNDAC em Caruaru.

Análise de conteúdo			
Categoria Analítica	**Unidade De Registro**	**Entrevistas**	
		Local	**Unidade De Contexto**
TRABALHO FEMININO	**Independência econômica**	**FUNDAC**	**Maria do trabalho**: Comprei um banco, quando a feira era antiga, mas quando vim para esse daqui eu perdi o meu lá, eu tinha na quadra ‘’C’’, consegui um com a prefeitura, vendi lá que o ponto era mais fraco e vim pra cá. Mas aqui pra cima na quadra ‘’A’’, foi a prefeitura que me deu. Antigamente era melhor, agora não está muito bom não? É o jeito, agora é o jeito, tem que vir pra feira mesmo. Nunca pensei em mudar de profissão. Não conheço ninguém que lute pelos sulanqueiros, associação sindicatos, nada.

			Maria da luz: Eu penso assim, a mulher é muito desclassificada, porque o direito que o homem tem, a mulher tem também, a mulher trabalha, hoje a mulher é independente, então muitos homens são machistas e não querem aceitar, muitos homens são machistas e não querem aceitar, mas os direitos são iguais, eu penso assim, e desde que eu me entendo por gente, que eu fui criada dessa maneira, não tenho estudo, mas Deus me deu o dom de acompanhar minha mãe, e herdar, porque são cinco filhos, mas só quem herdou fui eu, o ramo né, então para onde ela ia, eu ia do lado dela, só que, é como eu disse a você, é uma vida arriscada, é bom trabalhar, eu mesmo me incomodo de ficar em casa sem fazer nada, eu fico incomodada, não gosto, não gosto de pedir, tenho meu marido, ele também tem o dele, eu não peço.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Quadro 9 - Fala das mulheres Maria Guerreira e Maria da Vitória que demonstram a luta em busca de sua independência econômica exercendo seu trabalho na feira da Sulanca de Caruaru na condição de vendedoras ambulantes.

Análise de conteúdo			
Categoria Analítica	**Unidade De Registro**	**Entrevistas**	
		Local	**Unidade De Contexto**
TRABALHO FEMININO	**Independência econômica**	**Ambulantes**	**Maria Guerreira**: A mulher feirante enfrenta muitas dificuldades, além dos assaltos, é o sol quente (risos), o desconforto, não tem estabilidade nenhuma, tem que enfrentar, né? Mas os homens também enfrentam, aqui é ruim para todo mundo, cliente também. Para mulher ainda pior ainda, porque quando eu tô menstruada só Jesus sabe (risos)! Banheiros... muito longe, tem que se deslocar pro outro lado né, deveria ter mais banheiros espalhado na feira com certeza. Não temos condições de trabalho, nenhuma... se eles (os fiscais) vier e você não sair eles vão logo apreendendo sua mercadoria.
			Maria da Vitória: Trabalho aqui porque preciso, nessa lua, nesse sol quente, as dificuldades são muitas, pra mulher é pior, muito pesado o trabalho, não podemos parar, tem que tá sempre andando, a dificuldade maior é não ter ponto, cansa muito, venho de ônibus pra cá. Deixo os meninos no colégio e venho, enquanto eu chego minha mãe fica com eles. Aqui segurança não tem, mas a polícia tá chegando**.** Se a necessidade chegar tem que enfrentar, não desistir. Não pode desistir. Eu me sinto fragilizada, queria que a

			prefeitura organizasse um pontinho para todo mundo, que cobrasse um valor que todos pudessem pagar, trabalhar tranquilo, ficar fixo num canto.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Quando relacionamos o trabalho das feirantes da Sulanca à independência econômica temos um contexto diferenciado. A concepção de independência econômica é relativa, enquanto as feirantes entrevistadas da Brasilit reclamam da impossibilidade de manter ou de dar continuidade à manutenção de bens, já que através da feira conseguiram carro e casa, as trabalhadoras ambulantes falam da necessidade de simplesmente conseguir manter sua família abastecida de alimentos. A compra dos bancos para comercializarem é uma marca da distinção hierárquica dentro do espaço da feira da Sulanca de Caruaru. Os pontos de venda, que são os chamados bancos da Brasilit, têm uma organização funcional mais estabelecida, banheiros fixos, restaurantes ou barracas que vendem alimentos com estrutura de restaurante, iluminação fixa e não com gambiarras, o que possibilita um valor comercial maior desse local, com a preferência dos clientes em seguir para comprar nesse espaço em relação à FUNDAC.

E mesmo existindo certo aparato estrutural, pelo menos no que concerne aos espaços existentes de comercialização da Sulanca, a situação ainda é precária. Na fala de Maria da Conquista, o registro que participa da Associação mas que não contou com formação ou incentivo para exercer o seu trabalho, a possiblidade de receber um ponto da prefeitura com a ajuda da associação é algo que chama a atenção, deixando registrado a possibilidade de outros feirantes conseguirem e a reflexão de quais mecanismos são utilizados para obtenção de pontos na Sulanca, já que existem tantos feirantes que gostariam de ter um espaço fixo para comercializarem seus produtos, como afirmou Maria da Vitória.

Na fala de Maria da Fé fica clara a insatisfação, pois exerce seu trabalho sem nenhuma formação ou apoio por parte de nenhum órgão, mesmo fazendo parte da associação. Em contrapartida afirma que paga as taxas obrigatórias pelo uso do solo, mas não impostos, justamente pela falta de investimento na feira da Sulanca; “se pelo menos o básico agente tivesse”, retrata a feirante frente à situação em que se encontram, sem nenhum investimento

na feira da Sulanca para melhorar a estrutura e a condição de trabalho ou a autonomia das mulheres feirantes.

Ressaltamos duas informações que retratam a diferença entre os espaços e a forma de comercialização na feira da Sulanca: as mulheres que comercializavam na Brasilit faziam parte da associação dos sulanqueiros e pagavam INSS como autônomas, as que comercializavam tanto na FUNDAC quanto como ambulantes, não só não ouviram falar na associação como não contribuíam para a previdência social. Mesmo as que falaram ter ciência da associação não enfatizam um trabalho de formação ou de acompanhamento das e para as mulheres. Nesse contexto de produção e comercialização dos produtos as mulheres estão sozinhas, encaram a realidade do trabalho com alguns conhecimentos adquiridos no âmbito do lar, dando continuidade a uma discussão de Perrot (2012) que, no final do século XX, a compra de máquinas e a produção de costura dominavam o trabalho feminino; para as mulheres da feira da Sulanca, ainda dominam.

Sobre a fala de Maria do Trabalho, é preciso fazer uma contextualização. Como afirmamos anteriormente, o espaço em que funciona a feira da FUNDAC era onde funcionava a Fundação da Criança e do Adolescente. Esses feirantes comercializavam na Rua Rui Limeira Rosal, em meados do início da primeira década desse século houve um projeto de modificação do local de funcionamento, o terreno da FUNDAC foi comprado e um projeto foi lançado com a estrutura de box (pequenas lojas) para os feirantes, no entanto o projeto não foi adiante. A prefeitura, para deixar o tráfego na Rua Rui Limeira Rosal, retirou os feirantes da rua e os colocou no terreno, no qual o feirante paga uma taxa pelo uso do terreno e mais as taxas que a prefeitura cobra. Por isso que Maria do Trabalho fala em troca de local da antiga feira e menciona que recebeu um banco da prefeitura. Foi a relocação que ocorreu para o que hoje se constitui a feira da FUNDAC. Voltando para a fala de Maria do Trabalho, o abandono sentido é repercutido em falta de esperança de melhora, um desengano impera, pois a mudança ocorrida não significou melhoria nem na qualidade do trabalho, com o intuito de preservar a dignidade, nem contribui para um crescimento econômico significativo.

Na fala de Maria da Luz fica clara a resistência frente a opressão. A trabalhadora enfatiza o preconceito sofrido, a necessidade de afirmar, ainda na atualidade, os direitos femininos. E o trabalho na feira é essa possiblidade de, como ela afirma, não “pedir dinheiro ao marido”. A ausência de uma educação que possibilite a emancipação do ser humano está representada na leitura dessa mulher, pois ela diz que não teve educação por ter sido

necessário trabalhar desde cedo, como havia sido com a mãe dela. O que enfatiza o trabalho de crianças e jovens nas feiras, fato que dificulta o acesso à educação formal, realidade que ainda se perpetua.

As dificuldades são ressaltadas nas falas das ambulantes Maria Guerreira e Maria da Vitória. Maria Guerreira diz que a feira é ruim para todo mundo, e que para ela o que dificulta para as mulheres é o período da gravidez ou da menstruação devido à falta de estrutura, além da atuação dos fiscais na apreensão de mercadoria. No que concerne à fala de Maria da Vitória, ela ressalta as dificuldades que para as mulheres estão na relação com a força bruta para carregar as mercadorias, e a condição indefesa frente à ação dos fiscais. Assim, a vontade de um local fixo para comercializar é enfatizada na fala dessa feirante. Com toda certeza, a situação descrita de vulnerabilidade a que as mulheres estão expostas não está de acordo com a ideia de "Trabalho Decente" discutida pela OIT, que consiste na busca pela promoção de igualdade e eliminação de todas as formas de discriminação no trabalho, visando à garantia dos direitos dos trabalhadores, com o intuito de garantir as condições do trabalho e do trabalhador, e ainda visando à liberdade, equidade e dignidade da vida humana para todos os envolvidos. O que dizer de um local que tranca os seus portões e deixa seus trabalhadores presos? Impensável. Contudo, acontece. Relatamos que, buscando descrever informações confirmadas, fomos averiguar a questão dos portões. Dos portões da FUNDAC, apenas dois tinham a possiblidade de abertura. Em um deles, o fiscal estava observando à distância, havia várias mulheres esperando e apenas quando ele viu que estávamos fotografando veio abrir o portão; no outro portão, o fiscal também observava à distância, existiam feirantes esperando, mas quando observou que estávamos fotografando e conversando com feirantes foi agressivo conosco, impossibilitando que continuássemos naquele espaço. Ainda refletindo com base na OIT, a ideia de buscar um mundo com a justiça social parece distante dessa realidade.

Essa descrição das vulnerabilidades que as mulheres vivenciam no cotidiano do trabalho na feira confirmam a perspectiva de Perrot (2012) com relação à invisibilidade, pois as necessidades das mulheres não são observadas e ainda o fato de a autora considerar que a suscetibilidade das mulheres vivenciadas em relações baseadas em preconceito, discriminação e violência estão no mundo privado e público, como exemplifica a relação com os fiscais. Os caminhos que a autora coloca para superação dessa relação são escolaridade e formação profissional, que contribuiriam para a possiblidade de fazer escolhas, o que infelizmente para a realidade das mulheres feirantes da Sulanca não faz parte da maioria de suas histórias de vida, ainda no atual contexto social.

A precariedade da feira revela o quanto se trata de um espaço sexista. As várias situações de vulnerabilidade apresentadas, como o trabalho sem iluminação adequada, portões fechados, pular portões para ir ao banheiro, não haver creches próximas à feira, são fatos que demonstram que as mulheres estão nas feiras hoje da mesma forma que estavam nos tempos passados.

A presença de crianças e adolescentes nos bancos, as narrativas de que desde crianças muitas já trabalhavam na feira, são declarações que revelam a existência do trabalho infantil na feira e nas casas, onde irmãos mais velhos cuidam dos mais novos para que as mães estejam comercializando seus produtos. Situações que desrespeitam a especificidade da mulher, que, para garantir sua autonomia, é constantemente violada em direitos fundamentais.

Assim, nos quadros a seguir elencamos o olhar das mulheres feirantes sobre as dificuldades enfrentadas no trabalho na Sulanca. Essas dificuldades estão relacionadas à situação vivenciada pelas mulheres desde as mudanças nos trabalho vivenciadas no período da Revolução Industrial, conforme discute Huberman (2010).

Quadro 10 - Falas das mulheres Maria da Fé e Maria da Conquista, que demonstram a concepção das dificuldades do trabalho feminino frente à relação do trabalho no espaço da feira de Caruaru.

Análise de Conteúdo			
Categoria Analítica	**Unidade De Registro**	**Entrevistas**	
		Local	**Unidade De Contexto**
TRABALHO FEMININO	**Divisão Sexual do Trabalho**	**Brasilit**	**Maria da Fé:** As dificuldades da mulher são muitas. Primeiro é o conforto. A feira é muito desconfortável, né? Tem a questão de você ir ao banheiro... Todo o desconforto de uma feira. O pior é que a gente vem e não tem nada, assim... Um lugar apropriado pra gente ir... De não ter assim, um apoio, nada, nada que ofereça uma infraestrutura. Nada. Tanto para homem como para mulher. Não, acho que não tem essa diferença não, mesmo sabendo que tem mais mulheres que homens aqui na feira.
			Maria da Conquista: Aqui todo mundo trabalha a mesma coisa. A gente trabalha a mesma carga horária. O mesmo jeito. Pra mulher dificulta muito a questão do banheiro. Você não tem onde trocar um *modess*, você não tem onde fazer um asseio. Segurança não temos de jeito algum, mas a gente vem. A gente tem coragem e vem. Eu mesmo durmo sozinha aqui. Elas dormem lá e eu durmo aqui, aqui somos maioria, nós mulheres somos maioria. E incentivo as mulheres a

			virem.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Quadro 11 - Falas das mulheres Maria do Trabalho e Maria da Luz, que demonstram a concepção das dificuldades do trabalho feminino frente à relação do trabalho no espaço da feira de Caruaru.

Análise de Conteúdo			
Categoria Analítica	**Unidade De Registro**	**Entrevistas**	
		Local	**Unidade De Contexto**
TRABALHO FEMININO	**Divisão Sexual do Trabalho**	**FUNDAC**	**Maria do Trabalho**: O trabalho da mulher é igual ao do homem, só quando tá grávida ou menstruada que é mais ruim né, pra mulher é mais ruim né, o homem não tem essas coisas.
			Maria da Luz: Para mulher é mais difícil, mas para o homem, como é que se diz? O homem tem mais oportunidade, porque assim, o homem pra ir no banheiro tem mais facilidade, tá entendendo? Pra um lado, pro homem feirante é melhor, porque pra uma mulher, dá vontade de fazer xixi, vai fazer xixi como aqui? Para carregar as mercadorias a mulher vai ter que pagar ou pegar muito peso, para um assalto o assaltante olha mais pra uma mulher para assaltar, é porque são as mulheres presas mais fácil. As dificuldade que dificultam o trabalho é o espaço, a segurança, a falta de estrutura aqui da FUNDAC, também. Tem as vantagens e desvantagens de estar numa feira livre, né. É um divertimento também, garante o pão e tem muita mulher ajuda.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Quadro 12 - Falas das mulheres Maria do Trabalho e Maria da Luz, que demonstram a concepção das dificuldades do trabalho feminino frente à relação do trabalho no espaço da feira de Caruaru.

Análise de conteúdo			
Categoria Analítica	**Unidade De Registro**	**Entrevistas**	
		Local	**Unidade De Contexto**
TRABALHO FEMININO	**Divisão Sexual do Trabalho**	**Ambulantes**	**Maria Guerreira**: Para trabalhar na feira a mulher tem que ter muita coragem pra enfrentar, porque não é fácil não, porque não é fácil não, mulher, precisar todo mundo precisa, aí, meu amor, tem que enfrentar, porque é muito difícil, o que manda mais é a precisão, tem que trabalhar, tem que fazer, né?
			Maria da Vitória: É difícil trabalhar aqui, para a mulher tudo é mais difícil, além de cortar, costurar, carregar o peso, cuidar dos meninos, o trabalho em casa e a faxina, a violência também tá muito alta, o risco de assalto. Sustentar os filhos sozinha, e tem muitas mulheres assim mais que homem, olhe em sua volta. Como mulher me sinto fragilizada, a prefeitura tinha que pensar em nós, alguma estrutura, viu as mulheres grávidas tem muitas e não tem nada, nenhum lugar para ficar, não tem onde comer, só lá dentro, por aqui apenas alguns ambulante e de vez em quando, nunca tive apoio nenhum, de nada, só eu.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Buscamos nos quadros 10, 11 e 12 descrever o olhar das feirantes no que concerne à divisão sexual do trabalho. Mesmo o objeto de estudo apresentando a peculiaridade da informalidade, algumas questões surgem por ser fruto de uma sociedade patriarcal e machista evidenciadas no mundo do trabalho pela quantidade de mulheres na informalidade, pelo fato de que em algumas profissões ainda recebem menos por igual função, no assédio moral que ocorre na maioria dos casos com mulheres, na precariedade do trabalho, entre outras questões. Durante esse estudo descrevemos alguns autores que refletem sobre a divisão sexual do trabalho partindo da suposta generalização e identificação da mulher com o trabalho doméstico, o que faz parte das discussões sobre trabalho feminino. Essa divisão sexual do trabalho mudou com a ascensão do capitalismo, a industrialização e a participação das mulheres como substitutas dos homens durante a guerra. No entanto, mesmo com as mudanças sociais e culturais, a luta por igualdade no trabalho continua. Para Guiraldelli

(2012) as mulheres estão no foco do turbilhão da precariedade do trabalho, das subcontratações, e incluímos a informalidade no universo da feira da Sulanca de Caruaru nesse contexto.

No contexto dos registros das falas das feirantes ressaltamos as condições de trabalho, reclamações explícitas quanto às condições precárias que vivenciam são o cerne desse registro. A divisão sexual do trabalho por vezes não é percebida, a princípio a questão que se refere à quantidade de homens e mulheres na feira, as dificuldades enfrentadas são generalizadas, mas no próprio contexto da fala as mulheres apresentam as dificuldades que consideram ser mais concentradas quando os sujeitos são mulheres. Na fala de Maria da Fé, ela considera que as dificuldades são maiores para as mulheres devido à falta de infraestrutura, a falta de um local higiênico para um asseio é marcante na fala de todas as entrevistadas. Maria da Conquista não consegue diferenciar dificuldades maiores para as mulheres, no entanto, descreve a questão dos banheiros, dificultando a condição feminina, a falta de segurança e a necessidade da coragem para enfrentar esse trabalho, aspectos que colocam luz sobre o desamparo que as mulheres enfrentam. Essa feirante narra que dorme sozinha e que, mesmo as mulheres sendo maioria na feira, elas precisam de coragem para trabalhar naquele espaço. Como se faz necessário ter coragem e pela falta de segurança que é registrada, fica claro a exposição vulnerabilizante sofrida pelas mulheres.

As mulheres não percebem muita diferença em ser homem ou ser mulher na feira. Relatam que as condições de abandono atingem homens e mulheres diretamente. Aqui passam a associar diretamente a independência econômica como aquele elemento que vai garantir a elas serem reconhecidas e estimadas na feira.

Relacionamos esse contexto com a discussão de Perrot (2012), quando se refere à exploração do trabalho feminino nas fábricas, justificando a responsabilidade de a mulher tomar conta de dois teares ao mesmo tempo por essa atuação ser simples e monótona. Essa exploração contribuiu para inúmeros acidentes de trabalho. A autora enfatiza a falta de estrutura das fábricas, como também o olhar discriminatório por parte dos fiscais, o que dificultava a mulher inclusive de satisfazer as suas necessidades fisiológicas, retratando a humilhação do trabalho feminino nas fábricas e ainda enfatizada pelo assédio moral. A questão da falta de estrutura, do olhar discriminatório dos fiscais e da impossibilidade de ir ao banheiro são as mesmas do século passado, divergindo apenas no cenário, fábrica e feira, e no tempo, século XX e XXI. O que afirma a necessidade do recorte histórico dessa pesquisa e

que alguns cenários concernentes ao trabalho feminino precisam ser superados, tendo em vista à garantia de direitos das mulheres.

Com a narrativa de Maria do Trabalho, feirante da FUNDAC, percebemos que existe uma igualdade na forma do trabalho que é a comercialização dos produtos, no entanto, a falta de estrutura é o que dificulta a condição das mulheres no espaço em questão. Maria da Luz descreve que para o homem é mais fácil conviver com essa falta de estrutura. Aborda a questão da força bruta, pois para carregar as mercadorias a mulher tem maior dificuldade, a questão da segurança volta nesse discurso, no sentido de uma afirmação da concepção machista que condiciona a mulher a uma fragilidade, expondo-a à vulnerabilidade de ser vitimizada por assaltos, no sentido de ser identificada como "presa fácil".

As questões que dificultam e fragilizam as mulheres no contexto da feira da Sulanca foram unânimes. Falta de infraestrutura e de segurança. Com as feirantes ambulantes, Maria Guerreira e Maria da Vitória mencionam a coragem para enfrentar os assaltos, o desamparo para o sol, a impossibilidade de um local para descansar, o receio de ter suas mercadorias tomadas pelos fiscais, a própria iluminação do Parque 18 de Maio, e ressaltam que a necessidade de manutenção familiar é o impulso para comercializar na feira. A necessidade é a chave desse trabalho baseado na busca da subsistência e a garantia do alimento para seus filhos. Relações diferentes nesse objeto de estudo, a sujeição aqui é nas relações sociais, no espaço de trabalho, no acesso a esse espaço que impossibilita a chance de uma resistência frente à opressão pelo receio da impossibilidade de manter sua família, por isso que a força física não é suficiente para manter a mulher na feira e elas ressaltam que a coragem é necessária para esse enfrentamento, "o que manda mais é a precisão, tem que trabalhar, tem que fazer" (fala de Maria Guerreira).

A feirante ambulante Maria da Vitória descreve as dificuldades enfrentadas pelas mulheres particularmente; no caso do seu trabalho ela enfatiza: produzir e comercializar suas mercadorias, trazer sua produção para a feira na mão, a dupla jornada de trabalho entre casa e filhos, além de faxinar para aumentar a renda, já que apenas o trabalho na feira não garante o sustento. A feirante ressalta a fragilização desse trabalho, a ausência de apoio, o descaso com as mulheres grávidas, mesmo as trabalhadoras femininas existindo em maior quantidade que os trabalhadores masculinos nesse espaço de comercialização, segundo opina.

Nesse contexto de relações no mundo do trabalho, ressaltamos na fala de Maria Guerreira que esse trabalho tem características positivas, o trabalho que vulnerabiliza,

sustenta, diminui ou até rompe com uma dependência financeira em relação ao parceiro, como também pode contribuir para desvincular a mulher e sair desse lugar de subordinação. As entrevistadas respondem positivamente quanto a gostar desse trabalho ou perceber nele aspectos benéficos, mesmo com toda a vulnerabilidade que apresentamos neste estudo. Esse cenário se coaduna com a discussão de Antunes (2009), segundo o qual o antagonismo existente no mundo do trabalho propicia uma relação entre emancipação e subordinação: o que emancipa também pode alienar, libera e escraviza ou libera e vulnerabiliza, conforme o contexto descrito.

5.7.3 Terceira categoria: Direitos Humanos

Os Direitos Humanos como tema para analisar o contexto no qual o trabalho feminino na feira da Sulanca de Caruaru está inserido é a base para a construção dos próximos quadros e para a análise de conteúdo que apresentamos a seguir. Nesse sentido, os quadros analíticos dessa categoria apresentam como unidades de registro: as condições do trabalho feminino na feira da Sulanca de Caruaru e a garantia de direitos advindos desse trabalho. As perguntas que nortearam as entrevistas, voltadas para essa categoria, visaram identificar: as condições de infraestrutura da feira da Sulanca, duração do trabalho, filhos e o local que eles ficam para a mulher trabalhar, bem como o olhar que a mulher debruça sobre a garantia de Direitos Humanos.

Quadro 13 - Falas das mulheres Maria da Conquista e Maria da Fé, que demonstram a concepção das dificuldades das condições do trabalho feminino frente à relação do trabalho no espaço da feira de Caruaru.

Análise de Conteúdo			
Categoria Analítica	**Unidade de Registro**	**Entrevistas**	
		Local	**Unidade De Contexto**
DIREITOS HUMANOS	**Condições do Trabalho**	**Brasilit**	**Maria da Conquista**: Essa feira é uma favela, quando a Sulanca não está funcionando não aconselho ninguém a passar por aqui. Prostituição, drogas, assaltos, é um absurdo. Tanto que aqui é fechado, mas eu não posso nem deixar meu manequim aqui dentro. Que eu já fui roubada duas vezes. Tenho que pagar uma pessoa. Tá fechado, mas não posso ter nada aqui dentro. É mais uma despesa. Além de acabar... Porque jogam de qualquer forma. De tudo nós já vimos aqui, jogaram outro dia um saco com fatos de boi, podre, um nojo e não tinha ninguém para pegar ou ajudar a limpar, tivemos que ser nós mulheres.

			Maria da Fé: Não acho a condição tão ruim. Aqui onde trabalho só passou uma vez arrastão, uma vez. Não tem mais gente pra fazer arrastão aqui (risos). Venho no meu carro com minhas mercadorias, meu marido me ajuda. Eu acho, assim, na feira a gente tá muita necessitada de mais atenção do poder público aqui porque, quantas pessoas não dependem daqui? São totalmente abandonadas. Mal tem uma limpeza. Assim, por cima. Então, já que sustenta tanta gente sem nenhum custo pra eles - porque não investe nada, só tira, né? -, eu acho que deveria ter um pouco mais de atenção porque você já imaginou todas essas pessoas desempregadas? E todas trabalham aqui sem a prefeitura, sem o poder público ter nenhum trabalho com a gente. Não custa nada pra eles a não ser a limpeza que a gente paga o imposto e não sai de graça.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Quadro 14 - Falas das mulheres Maria do Trabalho e Maria da Luz, que demonstram a concepção das dificuldades do trabalho feminino frente à relação das condições do trabalho no espaço da feira de Caruaru.

Análise de Conteúdo			
Categoria Analítica	**Unidade de Registro**	**Entrevistas**	
		Local	**Unidade De Contexto**
DIREITOS HUMANOS	**Condições do Trabalho**	**FUNDAC**	**Maria do Trabalho**: Banheiro que não tem, tanto pra gente, quanto pras pessoas que vem comprar. Não tem um hotel bom pra eles ficarem também, eles reclamam muito disso, segurança é péssimo, também não temos segurança aqui na feira de Caruaru, quando tem um roubo assim, eles pegam quando vê na outra feira sumiu, os policiais sumiu, não aparece segurança, não tem segurança, não tem nada, muitas vezes aqui ó no meu banco já foi levado manequim, nessa semana tá com quinze dias que foi levado do banco da minha menina mais seis manequim e ninguém viu daqui da feira, não tem uma câmera, não tem nada. O chão é péssimo, quando chove vira aquela lama aqui, o freguês tem medo até de entrar. O horário é seis horas da manhã pra todo mundo, pra entrar já é pra todo mundo igual, cliente e vendedor. A prefeitura não deixa ninguém entrar, às vezes muita gente tem manequim, pula o portão pra vestir os manequim, pra deixar os manequim vestido, mas peça, mercadoria não pode ficar em cima do banco. Já levaram doze manequins, imagina, veja que prejuízo, custa 40 reais cada e tem que tirar da feira né, e veja essa feira fraca, vem despesa de banco, do ajudante que você tem que ter também a despesa com ele, tudo isso é despesa, e com essa feira fraca agora. Muito perigoso. Iluminação não tem mesmo aqui, você pode olhar que não tem energia.

			Maria da luz: Olhe, pra ser sincera, um lado é bom, e outro, é ficou ruim, porque a gente precisa de estrutura pra trabalhar, não só eu, como todo mundo, os freguês, quando eu comecei, como é quando eu chego em casa que eu comento, quem era essa feira, hoje em dia eu perdi meus freguês tudinho, por que, estão tudo em santa cruz, por quê? Procuraram o quê? Organização, procuraram prioridade que aqui não tem, aqui você fica esperando abrir às seis horas da manhã, que é pra você entrar, pra você arrumar e aí entra freguês e entra comprador, como pode? O freguês está entrando pra comprar e você está entrando pra arrumar, tá entendendo? Então eu acho desorganização, eu acho que o que falta na. Fui roubada aí nesse portão, na hora que abriu, tá entendendo? Aí num tumulto, levaram o saco e eu foi quem perdi né, tive que trabalhar e ainda fiquei devendo aos outros, pra pagar, porque a mercadoria não era minha, eu pego em condição, aí pronto você quer ir num banheiro, só se fizer numa bolsa, porque é assim tudo fechado, o banheiro é do lado de fora, como você vai? Aquele dali, fechado, aí você tem que ficar de (...). Aqui não é futuro. Olhe, minha filha, se souber de alguém que quer vir trabalhar aqui, eu seria bem curta e bem grossa e bem sincera, quer vim, venha, agora as dificuldades são desse jeito, olhe, a estrutura é essa, os freguês assim tudo no pinga-pinga, você tem que saber atender, porque se você não souber atender, você não vende de maneira nenhuma, tá entendendo? Eu acho assim, eu digo, venha, agora que eu sou bem curta e grossa, venha, agora você tem que ter paciência e coragem pra enfrentar, né? É um castigo.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Quadro 15 - Falas das mulheres Maria Guerreira e Maria da Vitória, que demonstram a concepção das dificuldades do trabalho feminino frente às condições do trabalho de ambulante no espaço da feira de Caruaru.

Análise de Conteúdo			
Categoria Analítica	**Unidade de Registro**	**Entrevistas**	
		Local	**Unidade De Contexto**
DIREITOS HUMANOS	**Condições Do Trabalho**	**AMBULANTES**	**Maria Guerreira**: A pior coisa que tem aqui é os fiscal, cadê que eles não colocam policial aqui pra prender os ladrão. Me sinto exposta aqui. Carrego minha mercadoria nesse carrinho, é pesado, venho a pé. No outro trabalho (padaria) tinha horário e local, aqui não, mas tenho minha filha e aqui posso ficar mais tempo com ela. Seria muito bom um canto para as mães da feira deixarem seus filhos, porque tem muitas mães que deixa muitas vezes em casa só, que não tem com quem deixar, graças a Deus não é o meu caso, graças a Jesus, tenho duas moças em casa, uma com dezenove e outra com

			quatorze pra olhar a pequena minha, mas não é o caso de muitas que tem por ai né, que chega até a deixar sozinha, que é um absurdo né, que deveria ter com certeza, né, creche pra acolher essas crianças das mulheres que trabalham na feira.
			Maria da Vitória: Nenhuma condição, nenhuma, nem para vendedor nem para cliente, ninguém ajuda e às vezes ninguém nos quer por perto, os donos de banco não querem os ambulantes tomando a frente dos bancos deles.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Com relação à condição do trabalho feminino, essa discussão não é recente. No processo de industrialização do século XX, as condições insalubres a que as mulheres eram impostas faziam parte do contexto do trabalho. Na tese de doutorado de Lima (2009) é traçado o retrato da subcontratação e da precariedade das condições de trabalho na produção têxtil. Nesse processo de rearranjo produtivo que impacta na precarização do trabalho feminino, o autor exemplifica com o que ocorre no agreste de Pernambuco, na produção de jeans e roupas femininas. Essa afirmativa proporciona uma ancoragem maior na nossa discussão da precarização do trabalho feminino.

No que concerne às condições do trabalho na feira da Brasilit, ressaltamos na fala de Maria da Conquista a condição ímpar da Sulanca. Quando refere-se à favelização daquele espaço, na ausência da feira, impossibilitando a circulação de pessoas naquele lugar pela garantia da integridade física delas. O abandono e o descaso pelo poder público deixam as pessoas expostas à marginalização no Parque 18 de Maio. As condições que favorecem o trabalho das feirantes na Brasilit vão aos poucos sendo desmistificadas, pelo menos no que concerne à segurança. Mesmo existindo a possiblidade, diferente da feira da FUNDAC, de os bancos poderem ser reformados e ficar com formato de box, ainda são assaltados, não podendo deixar as mercadorias ou mesmo instrumentos de trabalho guardados no interior dos mesmos, pois representa uma possibilidade não remota de roubo. A representação da invisibilidade desse trabalho é patente quando percebemos nas falas que as mulheres afirmam: “estamos sozinhas”. A falta de higiene e de preocupação com as trabalhadoras é imensa, desrespeito e desvalorização. O local, que conta com mais de sete mil feirantes cadastrados na Associação dos Sulanqueiros, estando à parte os que não são cadastrados, se transforma em

depósito de lixo, em local perigoso para a integridade física das pessoas, entre outras questões que não aprofundamos nesse estudo.

A feirante Maria da Fé a princípio não considera que a feira oferece uma condição ruim de trabalho, no entanto comenta a ocorrência de "arrastão" com o intuito de roubos de mercadorias, pelo menos um é citado pela feirante, enfatizando a ausência de segurança pública no local de funcionamento da feira. A feirante ainda destaca acreditar que a diminuição da ocorrência de arrastões seria pelo pouco fluxo de pessoas, que na atualidade está relacionado ao pouco movimento de compradores. O pedido por uma atuação efetiva e eficaz do poder público está representado na fala das feirantes de uma forma geral, e Maria da Fé descreve em sua entrevista essa necessidade, enfatizando o abandono e a importância da feira, com relação aos lucros que gera para o município de Caruaru e a quantidade de trabalhadores que ficarão desempregados caso a mesma seja extinta.

No que se refere às condições de Trabalho, Maria do Trabalho ressalta a importância de uma estrutura para os compradores, pois a eles também é oferecido as mesmas condições que as feirantes, ou seja, praticamente nenhuma. O policiamento não atende à necessidade perante a grande quantidade de feirantes e compradores, fora as pessoas que apenas circulam no espaço. Os roubos na FUNDAC são frequentes e nenhum sistema de segurança é viabilizado neste espaço. A dificuldade com o escoamento de água da chuva no local, proporcionando lama e esgotos estourados, a dificuldade em entrar com todo mundo, as filas de feirantes durante a madrugada, são problemas que fazem parte da realidade desse espaço. Como existe a impossibilidade de entrar, as pessoas pulam o portão com a intenção de adiantar o trabalho a ser feito e estarem prontos para comercializarem suas mercadorias quando os clientes chegarem[40]. Maria da Luz descreve condições similares citadas por Maria do Trabalho, e enfatiza que foi roubada durante a espera para ingressar no local popularmente chamado pelos feirantes de "curral", devido aos portões e a impossibilidade de sair. Ou seja, durante o período de espera da abertura dos portões teve sua mercadoria roubada. Que circunstâncias são essas que as feirantes vivenciam, expostas a várias violações, de saúde, de segurança, alimentar, que impactam economicamente em suas vidas e nas de suas famílias e, ousamos perguntar, até que ponto essas circunstâncias impactam negativamente para o fluxo

[40] Com a afirmação do fechamento dos portões, fomos averiguar a situação a que as mulheres eram submetidas na FUNDAC e, para satisfazer as necessidades fisiológicas, ou as mulheres o fazem junto com os bancos e feirantes, expostas às pessoas que transitarem, ou pulam os portões de em média três metros de altura; esta cena nós presenciamos durante a observação não participativa.

de compradores na feira da Sulanca de Caruaru? Essa questão ficará, quiçá, para outro momento.

Dando continuidade ao foco desta pesquisa, parafraseamos Guiraldelli (2012) quando fala que as mulheres estão no olho do furacão da precarização, consideramos que as ambulantes na feira da Sulanca de Caruaru estão no olho do furacão do abandono, pois nem a condição de feirantes a elas é garantida, e além da resistência por parte dos fiscais os próprios feirantes não aceitam o trabalho, contribuindo para a condição de exclusão por parte dos próprios trabalhadores da feira. Peso, correria, insegurança são aspectos refletidos na fala dessas feirantes. Maria Guerreira descreve que muitas mães deixam seus filhos sozinhos em casa por não ter com quem deixarem, o que retrata mais uma das dificuldades enfrentadas pelas feirantes de Caruaru: a ausência de creches que contemplem a necessidade das trabalhadoras, seja no mercado formal ou informal.

Com base nessas informações levantadas a partir das entrevistas, refletimos sobre as garantias que o trabalho tem que proporcionar. Segundo o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a remuneração suficiente para garantir a dignidade humana tem que ser prioridade, as condições de trabalho, de higiene e de segurança têm que ser garantidas. Nesse sentido, as condições desse trabalho feminino exercido na feira da Sulanca de Caruaru violam os Direitos das mulheres afirmados pelos DHESC's nesse pacto internacional que visa à igualdade e orienta para que o Estado garanta formação, programas e orientação para os trabalhadores.

Quadro 16 - relato das mulheres trabalhadoras Maria da Conquista e Maria da Fé, que demonstram a concepção das garantias de Direitos do trabalho feminino frente à relação do trabalho no espaço da feira de Caruaru.

Análise de Conteúdo			
Categoria Analítica	**Unidade de Registro**	**Entrevistas**	
		Local	**Unidade De Contexto**
DIREITOS HUMANOS	**Garantia de Direitos**	**BRASILIT**	**Maria da Fé**: Tenho dois filhos. Um de 17 e um de 11. Trouxe pra feira só a passeio mesmo, nas férias, mas pra me ajudar não. Pago a previdência como autônomo. Não sou cadastrada na secretaria municipal de feiras e mercados, não fazem nada. Meu sustento só depende de mim. Se eu não vir para a feira, se eu adoecer, se eu tiver... vamos dizer... Se eu ficar gestante eu não vou ter um seguro... É o meu direito! Se eu não vir não vai me render nada. Adquiri bens com a feira. Hoje eu devo... Se eu

			trabalhei na feira não vou ser injusta em dizer que não. Eu tenho a minha casa, tenho meu carro fruto do trabalho aqui, mas trabalhei duro, de domingo a domingo e em tempo de boas feiras, perdemos a noção, é desgastante.
			Maria da Conquista: Pago a previdência social pra ter a aposentadoria (risos). Não é muito não, mas serve, né? Vai servir para alguma coisa. Tenho cadastro como feirante na secretaria municipal de feiras e mercados, trabalho muito para me sustentar, aqui não tenho garantia de direitos. A gente tem que batalhar muito por eles e pela gente. Não temos nada aqui. Estrutura nenhuma! Aqui, nós em Caruaru, não temos nada pra tá aqui. Falou em estrutura é zero! Se não puder trabalhar tenho renda, pois se não fosse isso ficaria difícil. Consegui meu carro, tenho minha casa. Eu faço... Tudo... Se eu quero fazer uma viagem eu tenho carro. Tudo que eu tenho foi da feira. E tudo que meu pai morreu e deixou para mim foi da feira também.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Quadro 17 - Relato das mulheres trabalhadoras Maria do Trabalho e Maria da Luz, que demonstram a concepção das garantias de Direitos do trabalho feminino frente à relação do trabalho no espaço da feira de Caruaru.

Análise de Conteúdo			
Categoria Analítica	**Unidade de Registro**	**Entrevistas**	
		Local	**Unidade De Contexto**
DIREITOS HUMANOS	**Garantia De Direitos**	**FUNDAC**	**Maria do Trabalho**: A mercadoria meu esposo traz de carro e coloca no depósito daqui, pago o depósito por fora, a despesa é grande. Consegui minha casa que comprei da feira, eu trabalhei né, porque quando eu vim de São Paulo, o dinheiro que eu trouxe eu investi nas mercadorias quando a gente começou a fabricar, aí depois eu comprei minha casa. As vantagens que tem é que é um serviço próprio, seu né, você vem quando quer, também se não vir não recebe tem essa também. A feira não é uma coisa assim que seja futuro, que seja bom, porque é uma coisa que não tem indenização se cair de cama, não tem como receber do governo. Porque não pago nada de previdência.
			Maria da Luz: A gente que somos mulher, somos a parte mais fraca né, a mulher é a parte mais fraca; eu acho assim; que a segurança seria "mais" pra mulher, está entendendo? Eu acho que a mulher merecia ter um pouco mais de segurança, não só a mulher, mas todo mundo, mas eu acho que a gente que trabalha, vive arriscando a vida, eu fico indignada porque na feira que eu trabalho, aconteceu um assalto sexta-feira, às três e meia da tarde, está entendendo? Você não vê policiamento... Aqui ó numa feira desse tamanho, você pode andar, vai encontrar lá embaixo, porque, por que os lá de baixo tem prioridade? Não! Se for feira

			livre, é pra todo mundo, mas eu acho que a gente assim... somos... não sei como explicar... lembro dos arrastões as pessoas ficavam dizendo, aqui na feira da Sulanca não teve arrastão não, teve sim, teve muitos, teve arrastão, teve rapa, teve arrastão que era o povo correndo dos assalto e teve o rapa que era a prefeitura tirando o povo da rua. Aí teve arrastão nesse final de ano... Teve, nesse final de ano, vai fazer um ano que era o povo correndo aqui, entrando de baixo do meu banco, um corre-corre, pega-pega, Lá vem – lá vem, olha, era gente caindo um por cima do outro, teve sim, e esse final de ano teve de novo, disseram que era os maloqueiro jogando bomba lá pra baixo, jogavam a bomba que era pro povo correr, pra ter oportunidade de roubarem né, assim foi o comentário. Aqui eu só via o povo correr, correndo, correndo, correndo.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Quadro 18 - Relato das mulheres trabalhadoras Maria do Trabalho e Maria da Luz, que demonstram a concepção das garantias de Direitos do trabalho feminino frente à relação do trabalho no espaço da feira de Caruaru.

Análise de Conteúdo			
Categoria Analítica	**Unidade de Registro**	**Entrevistas**	
		Local	**Unidade De Contexto**
DIREITOS HUMANOS	**Garantia de Direitos**	**AMBULANTES**	**Maria Guerreira:** se eu não puder trabalhar num vou sustentar minha família, porque vou ficar dependendo dos outros, porque isso aqui é uma ajuda e muito, porque se eu deixar de trabalhar aí fica difícil, mais difícil ainda do que já tá. Hoje trabalho o dia todo em casa, e na feira eu chego de seis e vou embora de onze, o que umas quatro ou cinco horas. Em casa costurando né, e cuidando da casa, mas tô ganhando meu dinheiro, mas apesar de tudo a gente tem que trabalhar, com muito ou pouco com Deus é muito. Já pensei em desistir, porque os ambulante não tem direitos, mas não consigo, tô fazendo isso, e não posso desistir, mas daqui já consegui pagar minhas conta que é o mais importante, aumentar a renda da minha família que é o importante, e só aumentou, não diminuiu nada graças a Deus, não consegui comprar nada, mas também não faltou.
			Maria da Vitória: Devia ter curso para os fiscais aprender a tratar direito o povo, somos gente, trabalhamos porque precisamos, deve ser reconhecido. Daqui eu levo o pão para casa, não dá mais para nada e nem dá que faço faxina. Não pago previdência e só Deus porque se cair em doença não tenho ninguém para me ajudar, sou eu e meus filhos pequenos. Nunca tive ajuda, incentivo nada. Não

			temos direitos de nada.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Dialogando com Hirata (2007), ressaltamos a análise que a autora faz relacionando as condições de trabalho precário com a ausência de proteção social e garantia de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais. O aspecto da baixa de qualificação formal contribui com a precariedade e o desemprego, o que impacta na inserção da mulher na informalidade, o retrato da feira da Sulanca de Caruaru**.** Esse retrato é registrado na fala das feirantes, apenas as trabalhadoras da feira da Brasilit contribuem com a previdência social e não é por desacreditar da previdência e sim pela impossibilidade de efetuar o pagamento. Esse quadro referente à previdência social está em consonância com o apresentando na pesquisa *Desenvolvimento, Trabalho e Autonomia Econômica na Perspectiva das Mulheres Brasileiras* (ÁVILA, 2015), referente ao trabalho precarizado, cujos resultados identificam que a maioria das mulheres estão inseridas num contexto de não garantia dos direitos trabalhistas, evidenciando um alto grau de desproteção social para as mulheres.

Percebemos nas falas das mulheres feirantes o intuito de preservar suas filhas e filhos do trabalho na feira e o desejo de que eles estudem, no entanto, vimos crianças na feira cuidando de bancos, embora em pouca quantidade. Na fala de Maria da Fé o registro do desencanto frente ao seu trabalho, a definição do trabalho como transformação, mudança, perde a força e nesse contexto torna-se meramente subsistência, voltado para a sobrevivência. O sentido ontológico do criar e recriar o mundo através do trabalho, de viver em sociedade e o fruto dessa ação, não se adequa a esse contexto. A não garantia de direitos representa a realidade, mesmo a fala dessa trabalhadora evidenciando a possiblidade de ganhar mais que em um emprego formal. Assim, refletimos que depois desse tempo trabalhando na feira, questões referente à ausência de segurança social pesam negativamente na avaliação do trabalho feminino na Sulanca, como afirma Maria da Fé: “Meu sustento só depende de mim. Se eu não vir para a feira, se eu adoecer, se eu tiver... vamos dizer... Se eu ficar gestante eu não vou ter um seguro... É o meu direito! Se eu não vir não vai me render nada.”

A diferença de uma feirante que conseguiu ascender economicamente com o trabalho na feira está registrado na fala de Maria da Conquista, o olhar que debruça está voltado para a não garantia de direitos, no entanto a segurança econômica estabelecida pela propriedade de bens possibilita uma segurança frente ao futuro com relação à impossibilidade de trabalhar. O que não é garantido com a previdência social será garantido pelo poder aquisitivo.

A constatação realizada pelas mulheres feirantes com relação à garantia de direitos referentes ao trabalho na FUNDAC e como ambulantes, frente à situação de abandono e o receio de a saúde faltar e não terem como se sustentar sem a possiblidade de ir à feira, são questões que nos levaram a refletir sobre a garantia de direitos afirmadas pela DUDH. Assim, relacionamos com o trabalho feminino na feira da Sulanca de Caruaru e ressaltamos quais direitos necessitam ser analisados e a perspectiva que precisa ser contestada a partir dos mesmos:

Tabela 3 – Comparação entre direitos garantidos pela DUDH e direitos negados na realidade da Feira.

ARTIGOS	DESCRIÇÃO	NEGAÇÃO DE DIREITOS
Artigo 1º	Direito à Liberdade, dignidade e Espírito de fraternidade	Mulheres presas sem poder ir ao banheiro na FUNDAC. As ambulantes que não podem parar em frente aos bancos nem para descansar muito menos para comercializar as mercadorias.
Artigo 3°	À liberdade e à segurança pessoal	Espaço de trabalho abandonado sem que as pessoas possam por ele transitar em segurança, e um quadro de falta de segurança desenhado por poucos policiais em um espaço que só de trabalhadores tem mais de sete mil, fora os compradores, visitantes e transeuntes.
Artigo 5º	Proibição dos tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.	A relação tensa com os fiscais e as ambulantes, e ao fato de ficarem presas e sem acesso ao banheiro.
Artigo 19°	Direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.	No receio de dar a entrevista e sofrer perseguições por parte dos fiscais, principalmente para as ambulantes.

Artigo 23°	Direito ao trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção, como também direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social contra o desemprego.	Ausência de condições dignas de trabalho, sem proteção social, sem remuneração que possibilite manter a dignidade da família, principalmente no caso das ambulantes.
Artigo 25°	Direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade. A maternidade tem direito à ajuda e à assistência especiais.	Esses direitos, em sua maioria, não são garantidos à grande parte das mulheres feirantes da Sulanca de Caruaru, seja por falta de conhecimento, condições ou amparo do Governo.

Fonte: elaborado pela autora.

Nos quadros abaixo estão apresentadas as respostas que tivemos quando relacionamos o título dessa pesquisa à expectativa que as mulheres colocam sobre seu trabalho, e perguntamos aonde elas acreditavam que conseguiriam chegar com o fruto do seu trabalho:

Quadro 19 - Relato das mulheres trabalhadoras Maria da Conquista e Maria da Fé com relação à expectativa que mantêm sobre o trabalho que desempenham na feira da Sulanca de Caruaru.

Análise de Conteúdo			
Categoria Analítica	**Unidade de Registro**	**Entrevistas**	
		Local	**Unidade De Contexto**
DIREITOS HUMANOS	**Expectativa**	**Brasilit**	**Maria da Conquista**: Vou... Eu faço o que eu gosto. Eu gosto do que faço, eu gosto disso aqui. Que eu acho que hoje eu já poderia viver sem a feira, mas eu não quero ficar longe da feira. Eu gosto de ser feirante! Eu gosto da feira. Isso me satisfaz! Eu viajo aí quando chega o domingo eu digo "minha gente, eu tenho que ir me embora que eu tenho minha feira...". Eu faço o que eu gosto. Não troco isso aqui por outro trabalho de jeito nenhum. Eu acho que se eu ganhasse na mega sena ainda viria pra aqui. Já viajei,

			passeei e vou continuar!
			Maria da Fé: A lugar algum, a feira já deu o que tinha que dar, devia ter investido na minha profissão de professora.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Quadro 20 - Relato das mulheres trabalhadoras Maria do Trabalho e Maria da Luz com relação à expectativa que mantêm sobre o trabalho que desempenham na feira da Sulanca de Caruaru.

Análise de Conteúdo			
Categoria Analítica	**Unidade de Registro**	**Entrevistas**	
		Local	**Unidade De Contexto**
DIREITOS HUMANOS	**Expectativa**	**FUNDAC**	**Maria do Trabalho**: Rapaz, eu acho que não vai pra canto nenhum, acho que é daqui pra aqui mesmo. Não vejo futuro. Sonho a gente tem né, mas não pode realizar. Só a feira não traz muito, pode perguntar a qualquer um aqui, não traz coisas boas pra ninguém, como eu falei, é o único meio de trabalho em Caruaru que a gente tem, é feira, se essa feira de Caruaru se acabar, todo mundo desempregado, passando fome, e qual o futuro que tem? Nenhum, é assim mesmo. Se um dia eu cair de cama ela não me garante nada, se meu filho ou meu esposo não se virarem de outro jeito, vão passar necessidade.
			Maria da Luz: Para o cemitério. Não espero mais nada daqui, mal dá para comer e com essa mudança eu não tenho como ir para pagar 30 mil em um box, não sei o que fazer, penso que vou desistir.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Quadro 21 - Relato das mulheres trabalhadoras Maria Guerreira e Maria da Vitória com relação à expectativa que mantêm sobre o trabalho que desempenham na feira da Sulanca de Caruaru.

Análise de Conteúdo			
Categoria Analítica	**Unidade de Registro**	**Entrevistas**	
		Local	**Unidade De Contexto**
DIREITOS HUMANOS	**Expectativa**	**Ambulantes**	**Maria Guerreira:** Pra minha independência financeira, eu busco isso, poder me manter sozinha, sem a ajuda de ninguém, esse é meu objetivo**.**
			Maria da Vitória: Vencer, crescer, aumentar a produção, deixar de passar necessidade, porque se a gente não acreditar, não faz mais nada. Tenho meus filhos, não posso desanimar.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

No que concerne à questão empírica de nossa pesquisa, percebemos a violação de questões sociais e culturais de nossa história referente às mulheres, todavia essa afirmação não é novidade. O retrato da exploração do trabalho feminino na Revolução Industrial, a confirmação do conceito de "Mais valia", discutido por Marx e refletido no trabalho feminino na exploração dessa mão de obra, ultrapassa os limites da modernidade e se ancora na atualidade contemporânea. Com o tempo esse retrato muda, perde ou ganha nova coloração, às vezes amarelada pelo tempo. São as manchas que cobrem a realidade do trabalho feminino, ao passo que as lutas feministas contribuem para uma maior visibilidade da causa, para o enfrentamento do preconceito e do cenário de exclusão e limitação que visa diminuir a capacidade feminina. Também é vivenciada a manutenção de práticas históricas de exclusão.

O cenário desenhado, em cujo palco está o trabalho feminino, é retrato de uma sociedade excludente, preconceituosa e machista, que ainda configura para a mulher a responsabilidade familiar e a reprodução de estigmas. A desigualdade social está presente nesse contexto, a realidade feminina no trabalho da feira da Sulanca apresenta um recorte histórico de desigualdade e, embora exista ascensão econômica por meio desse trabalho, a representação de classe social vinculada à pobreza e à desigualdade social permeiam este cenário. Esta realidade contribui para a não expectativa das mulheres com relação ao seu

trabalho, este que é modificação, transformação, se esvai na necessidade de se submeter a condições degradantes pela sobrevivência, suas e de seus filhos. A pergunta: “Pra onde tu vai, Maria?” poderia ter tantas respostas que possibilitassem um vir a ser a essas mulheres, mas garantir o sustento é o que as Marias da Sulanca sonham, o que já deveria ser garantido com seu trabalho como o artigo 23º da DUDH propõe.

As condições de trabalho refletem a despreocupação frente a um quadro de classe, afinal, quem são os feirantes da Sulanca, quem são as mulheres trabalhadoras desse espaço, quais mulheres precisam ser ambulantes para sustentar seus filhos: com certeza a de menor poder aquisitivo. Quem sofrerá com a mudança da feira e quem será beneficiado? Enfim, muitas questões surgem a partir desse tema e não serão respondidas neste momento.

Além da invisibilidade desse trabalho, já identificado em estudo anterior por Silva (2009), os Direitos Humanos possibilitam contribuição ímpar para este cenário, afinal nunca antes se buscou refletir sobre a garantia de Direitos Humanos para as trabalhadoras feirantes de Caruaru.

Para Maria da Conquista é um satisfação pessoal o trabalho, uma ocupação, devido ao fato de ter conquistado tanto pelo seu trabalho como pela herança de seu pai, renda que garante a sua sobrevivência. Contribui para manter o que já foi alcançado. Um dos casos de ascensão econômica na feira da Sulanca.

Com Maria da Fé temos a representação do cansaço, da fadiga frente às vulnerabilidades, ao abandono e descaso que o ambiente da feira reflete. Para ela não existem perspectivas futuras para o seu trabalho, ela apenas não tem outra opção. A fala desta feirante concernente à possiblidade de ganho extra caso dedique-se ao trabalho na feira esbarra na falta de segurança, de estrutura, de banheiros, na falta de formação para esse trabalho, essa falta de estrutura contribui para a evasão dos clientes para cidades que propiciam uma estrutura melhor para vendedores e compradores.

Com a mesma reflexão que Maria da Fé descreveu sobre esse trabalho, as Marias da FUNDAC, Maria do Trabalho e Maria da Luz, pensam sua atuação na Sulanca sem sonhos, em outras palavras, “para que sonhar se não iremos realizar?”. Quando Maria do Trabalho diz que a feira não traz coisas boas para ninguém, é necessário refletir em que cenário essa fala é dita. A realidade da FUNDAC é de extrema precariedade. Se na Brasilit as feirantes apontam problemas no chamado “curral”, na FUNDAC a situação é ainda pior. Essa reflexão justifica a

dificuldade de boas perspectivas frente ao resultado do trabalho na fala das feirantes desse setor. Como pode uma feira contribuir para o sustento de tantas famílias e oferecer condições insignificantes de trabalho aos que dela dependem? Afinal, a feira contribuiu para o surgimento e crescimento da cidade de Caruaru e hoje vivencia um cenário de abandono. A realidade de descrédito frente à contribuição e crescimento que o trabalho na Sulanca possibilita é lamentável, pois não é apenas uma questão de cunho econômico, vai além, deflagrando um quadro de impossibilidade de transformação individual e social para as trabalhadoras da feira de Caruaru.

Nas falas das ambulantes a expectativa é de alcançar a mínima possibilidade de garantir uma vida digna para si e seus familiares. Maria Guerreira busca a independência financeira, e se busca é por que ainda não alcançou. Maria da Vitória busca deixar de passar necessidade. A discussão de uma remuneração que vise garantir a dignidade humana de todo e qualquer trabalhador não é abrangida nesse cenário. E as mulheres que em sua maioria participam em menor quantidade do mercado formal continuam com a negação de direitos, expostas à falta de estrutura, a ambientes insalubres, à falta de segurança, enfim, a graves violações de Direitos Humanos.

5.7.4 Um trabalho, uma Maria, várias Marias e suas histórias de Vida

Começamos com a história e terminaremos com a história. Tantas mulheres invisíveis, tantas histórias esquecidas e, mais ainda, não contadas. Lutas, resistência, pensar em mulher é pensar em resistência, seja nas ruas ou nas suas casas. Como descrevemos nos aspectos metodológicos, nossa amostra foi acidental, em um primeiro momento aleatório e em seguida, devido ao volume de dados, tivemos que fazer um recorte, tornando-a intencional. Nesse processo ocorreu a escolha das histórias de vida. Escolhemos três Marias, talvez o nosso tripé, como igualdade, liberdade e fraternidade foi tripé da Revolução Francesa e o tripé da análise de dados, baseado no local e na forma de comercialização no Parque 18 de Maio. A faixa etária foi um dos critérios utilizados, continuamos a manter a questão que contribui para fundamentar a divisão dos quadros na análise categorial baseado na localidade, Brasilit e FUNDAC, onde as trabalhadoras comercializam de forma fixa, e as ambulantes. Assim, levantamos a seguinte pergunta: Como a vida das mulheres retrata o trabalho feminino na feira da Sulanca? Essa pergunta norteou a análise do relato compartilhado pelas feirantes. Assim teremos três Marias:

MARIA DO TEMPO: tenho pouco tempo de vida, mesmo assim queria ter saúde.

MARIA DA LUTA: devido à necessidade de enfrentar inclusive uma doença para ganhar seu pão.

MARIA REALIZADA: Tenho muito orgulho de dizer que trabalho na feira, tudo o que tenho veio de lá.

O critério que utilizamos está envolto nas fases da vida da mulher, partimos da fase adulta, para a maturidade e terceira idade. Nas histórias de vida aparecem retratos completamente diferentes das entrevistas analisadas, com o surgimento de categorias não abordadas no nosso estudo. Assim, caminharemos pelo recorte histórico voltado para as questões que estejam ligadas a essa pesquisa e, dentro da nossa limitação, adentraremos por caminhos que expliquem a realidade de vida socializada.

Quadro 22 - Fase adulta.

Maria da Luta	
Local	**Unidade De Contexto**
Ambulante	Comecei trabalhar muito cedo na casa dos outo sempre trabalhei, minha mãe me criou sozinha, tinha que ajudar, não tinha essa de brincar. Estudei pouco e casei cedo. Não quero isso pra os meus filhos. Hoje trabalho de ambulante é difícil, meio humilhante para nós que é mulher, deixa nossos filhos em casa e espera do prefeito é essa humilhação, se eles passar por aqui eles dizem: sai- sai, se eu voltar e você tiver por aqui a gente leva, e eles levam. A multa de uma carroça chega a seiscentos reais é absurdo. Tivemos uma reunião para ver quem ia para a feira da FUNDAC eu disse que não ia, por que eu fui pra lá tive muito prejuízo, não posso esperar três meses para sustentar meus filhos. Até o comandante disse que quem tivesse na rua iria prender. Eu achei um absurdo, como é que a policia que tá na rua para me proteger vem me prender porque eu tô trabalhando. É uma vergonha, é uma baixaria, ai vamos para frente dos bancos os donos acham ruim, aí vem para a calçada eles prendem**.** É uma humilhação. Aqui na feira tenho dez anos. Trabalhava de faxineira e em casa de família, mas eu peguei uma doença chamada lúpus e a consequência é a perda dos movimentos, aí meu marido me deixou, a gente sentou e conversou e vimo que não dá certo. Ele precisa de uma mulher se eu fico sem tomar os meu remédio eu não sou nem gente, fico em cima de uma cama sem poder me mexer, muitas vezes meu filho perdeu escola para cuidar de mim e fico recebendo ajuda da minha mãe e da minha sogra. Aqui os fiscal aborda os homem diferente, com as mulé simplesmente manda sair com grosseria. Os vermelho avisa e os de cinza vem com o caminhão e leva. Eu não posso correr quando to em crise, tava grávida e

	levei uma carrera dos arrastão quase perco minha filha, além de infecção urinária. Só uso o banheiro nas últimas, esses amarelinho da prefeitura é capaz de pegar uma doença feia. Os outro ficam longe e não tenho onde guardar a carroça e tem uns que te de pagar. Sou ambulante e tenho orgulho, to trabalhando para sustentar meus filhos sou sozinha, nunca tive ajuda de ninguém, não tenho nada, vivo para comprar o pão, venho para cá para ganhar o leite e o aluguel e não ir para a rua. Estou aqui defendendo os meus direito de ser uma cidadã.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Discorrer sobre a história e vida de Maria da Luta é ter em mente a teia de violações que fazem parte do contexto do trabalho feminino na Feira da Sulanca de Caruaru. A infância roubada, o trabalho precoce, a falta de oportunidade, a ausência da formação escolar, a não garantia de assistência social, a precarização do trabalho, o desrespeito por parte dos que deveriam organizar o espaço do Parque 18 de Maio, enfim, um retrato da violação da dignidade humana.

A trajetória de Maria de Luta está vinculada a questões de gênero que condicionam às atividades ditas como femininas e ao lugar da mulher no mundo privado e, como discute Da Matta (1986), também está vinculada à desigualdade social. A chefia feminina como afirmamos anteriormente é uma realidade nessa história de vida, passando de mãe para filha e desenhando o cenário da pobreza. Scott (2011) discute que o ciclo da pobreza circula no sentido de que, ao passo que as crianças vão crescendo, assumem tarefas domésticas e as mulheres passam a contribuir com maior efetividade nas questões econômicas, ou assumem a chefia familiar e um filho mais velho cuida dos menores. Saffioti (1987) discorre a respeito da responsabilidade sobre a casa e os filhos recair sobre a mulher; esse cenário independe de ser casada ou não, como percebemos na história de Maria da Luta.

Na fala dessa feirante a postura machista por parte dos fiscais é evidenciada, representando a força por trás do preconceito por ser mulher. Tal atitude é discutida por Saffioti (1987) como integrante de um sistema de dominação que vai além das questões sociais e políticas, integrando o campo econômico. Na ausência de proteção social, na fragilidade de uma doença que limita os movimentos, um retrato histórico registrado pela "História das Mulheres", buscando evidenciar não apenas a luta das mulheres e sua

contribuição para a sociedade, mas também lançar luz sobre a opressão vivenciada e repercutida até os dias atuais.

Percebemos que as questões que envolvem classe, raça/etnia e gênero não se esvaíram. O caminho é longo frente a uma sociedade em que a igualdade seja preservada e respeitada. O fim do relacionamento por conta da doença faz emergir uma discussão até então não abordada nesse estudo e que reflete a objetivação em que mulheres pobres são colocadas, pois ela precisa ter utilidade; quando a entrevistada afirma que caso não tome seus remédios não é nem gente contribui para eclodir uma discussão, mas ao mesmo tempo não pode passar despercebida a condição humana. Existe algo que diminua nossa humanidade? Quais os valores sociais e humanos que estamos repercutindo, como essa mulher sente a doença, enfim, questões que eclodiram em nossa pesquisa e que não aprofundaremos nesse estudo, mas que evidenciam a violação de Direitos Humanos que mulheres enfrentam no trabalho na feira da Sulanca de Caruaru em nome da subsistência sua e de sua prole.

A falta de estrutura, que contribui para a violação de Direitos Humanos afirmada anteriormente, é evidenciada na fala de Maria da Luta e retrata a vulnerabilidade que repercute em um temor, ao passo que a infecção urinária em mulheres grávidas coloca em risco a saúde da mulher e da criança, principalmente se a mesma não dispuser de um atendimento e medicação para o cuidado. É vasta a vulnerabilidade a que as mulheres estão expostas e a necessidade de enfrentar essa situação é urgente.

Quadro 23 – Maturidade.

Maria Realizada	
Local	**Unidade De Contexto**
Brasilit	Não sou natural daqui, viemos do Piauí meu pai é piauiense e minha mãe é cearense da cidade de Ipú. Eles se encontraram casaram e ficaram morando em Terezina- PI. Por volta de 62 papai pegou seus 5 filhos e veio para Caruaru sem nada. Fomos morar no salgado, nesse época tinha uma feira de móveis em frente aos correios ele comprou um colchão de palha, uns tamboretes, um ventilador e uma máquina de costura para mamãe. Ele comprava retalhos e mamãe confeccionava e ele vendia ali perto da igreja da Conceição. Papai colocava uma lona no chão e começava a vender. Não passamos fome, mas muitas necessidades nós passamos, não conhecia ninguém, estudamos na escola pública a situação era muito ruim, a gente assistia televisão pelo buraco das portas na casa dos vizinhos. Eu tenho muito orgulho da feira, depois papai foi melhorando, crescendo, todos os filhos ajudavam ele, fomos para a escola particular, ele colocou o que hoje

	chama de facção e fabricava mercadoria colocando as peças das camisas nos sítios, depois montou uma fábrica. Eu ficava com ele, adorava estar com papai na feira, mas a produção da fábrica era bom também aprendi a desenhar, cortar nesse tempo e hoje eu mesma faço as minhas produções. Aí casei cedo e fiquei um tempo sem ir pra feira. Com o divórcio eu voltei. Tudo que nós temos foi daquela feira por isso eu tenho o maior orgulho de dizer que trabalho na feira. Não tinha um diploma e tinha que arrumar alguma coisa para fazer, a única coisa que sabia era costura e que gostava também, sempre me identifiquei com a máquina e hoje falo qualquer coisa, aprendi só olhando. Hoje não tenho vontade de estudar. Tenho muito tempo de feira, comecei criança só que voltei tem mais de 30 anos. Tudo que tenho foi com o meu trabalho, não recebi nada do meu pai, nem do meu marido. É meu suor, sou independente. Tenho carro, casa, viajo. Em geral a situação do sulanqueiro não é boa, mas a da FUNDAC é um absurdo, não tem nada e ainda pagam inclusive o aluguel do terreno. Aqueles bancos de ferro e de madeira aquelas gambiarras, quando chove e dá choque, arriscado pegar fogo. Gosto da feira, minhas amigas perguntam como me passo para ir para a feira e eu fui e sou fácil de fazer amizade e comecei e foi a melhor coisa que fiz. Eu comecei na feira não foi por necessidade financeira e sim por independência não pretendo sair e luto para os sulanqueiros saírem dali. Tenho dois filhos, todos criados. E vou vivendo...

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

A realidade de Maria Realizada converge para um distanciamento do retrato atual do trabalho feminino na Sulanca e ressalta o que denominamos como “tempos áureos” da feira. No contexto histórico da feira e descrito nas falas principalmente nas feirantes localizadas na feira de Brasilit e da FUNDAC percebemos as expressões: “a feira acabou”, “estragaram a feira”, “hoje não dá mais”, “consegui minha casa meu carro, mas hoje não dá mais”. Acabou, porém existiu; está ruim, mas não foi sempre assim.

A feira da Sulanca adquiriu uma ampla proporção, devido ao quadro de desemprego e à existência de comerciantes que ascenderam economicamente devido ao trabalho na feira ou do oferecimento de matéria- prima para a fabricação de produtos, que seriam comercializados na mesma. Como vimos em Ávila (2015), esses comerciantes ressaltaram a substituição dos retalhos vendidos pelos mascates trazidos de Recife pelas lojas de tecido, como também ao quadro desenhado pela globalização e pelo neoliberalismo, que impactaram entre outras questões no aumento do desemprego, como discute Hirata (2007). Nesse processo, a história de vida de Maria Realizada está vinculada à ascensão econômica da feira desde quando esta

ocorria no Marco Zero da cidade de Caruaru, em frente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Na trajetória dessa feirante identificamos duas questões: a questão familiar (era comum que os filhos contribuíssem para a produção e vendas na feira) e o afastamento do trabalho devido ao casamento, a troca da tutela feminina do pai para o marido, como discute Saffioti (2013). A condição dos ambulantes diverge largamente da realidade, se compararmos com o relato de Maria da Luta: enquanto o pai da entrevistada apenas colocava uma lona no chão, na atualidade as ambulantes são ameaçadas de prisão caso insistam em comercializar dessa forma.

As necessidades causadas pela dificuldade financeira marcaram sua infância, mas o que ressalta na sua fala é a atual condição econômica adquirida pelo seu trabalho. O divórcio possibilitou o retorno ao trabalho na feira depois do afastamento pelo casamento, ao descrever sua inserção na feira as dificuldades foram elencadas: não ter sua mercadoria, nem seu ponto de comercialização, o fato de não ter continuado os seus estudos dificultando o ingresso no mercado de trabalho, sem qualificação, contribuiu para o retorno à informalidade, dessa vez por conta própria. As atividades ditas como femininas levaram Maria Realizada para esse trabalho, pois era a única coisa que sabia fazer além dos cuidados com os filhos e com o lar, enfatizando o papel que a educação exerce na vida das meninas-mulheres.

A ascensão econômica contribui para uma reafirmação do seu trabalho. A falta de proteção social não a preocupa, pois com o seu trabalho na feira garantiu o futuro baseado em bens que possibilitam renda sem necessariamente trabalhar. A reflexão sobre a Sulanca vai além da questão econômica, a feirante descreve e compara a vulnerabilização que a feira da FUNDAC impõe. E atua na diretoria da Associação do Sulanqueiros para a mudança de local da feira da Sulanca, assim, com o seu trabalho ela rompe com as alcovas do mundo privado e atua no mundo público por algo que, na sua concepção, será positivo para os feirantes e para a cidade. Um retrato da necessidade de romper com o papel biológico e as possiblidades que o trabalho instiga, como discute Studart (1974).

Quadro 24 - Terceira idade.

Maria do Tempo	
Local	**Unidade De Contexto**
FUNDAC	Não tenho o que falar da minha vida não. Só sofrimento e trabaio, 85 anos de trabaio, desde criança trabaiei, de tão pequena arrancava toco de mato e o sol quente derretendo e fazendo coivara no meio dos toco. Antes do sol nascer levantava, pra andar mais de légua para ir a escola, quando chuvia tinha que atravessar o rio cheio, botava o caderno na cabeça e atravessava. O grupo ficava longe, mas a professora não teve trabaio com nós, quando papai colocou nós na escola, nós tudo era letrado que ele ensinava a gente em casa, já sabia lê a cartilha todinha, passei com nota dez em tudinho. Só estudei até a 2ª serie, saia com escuro, mas sei fazer conta de cabeça melhor que vocês tudo, o grupo ficava na fazenda de alguém e a professora vinha de Altinho, parei de estudar porque mamãe pegou febe-tife, o cabelo dela caiu tudinho tive que cuidar dela. Papai plantava roçado e todos os nove fio ajudava e tudo viraram gente, nenhum virou vagabundo.quando começaro a virar gente, ficar taludo forma pegano seu rumo, uns para São Paulo, um desapareceram, deve ter morrido, sinto uma tristeza em falar dele, nunca subemo noticia. E aqui ficaram três, comigo. Trabaiei na roça por mutio tempo, sempre trabaiei, plantava batata, milho e feijão e vendia na feira de Caruaru. Aí casei, e me separei ele foi simbora para São Paulo e me deixou, era amigo de papai, naquele tempo não tinha isso de amor, não. Casava e pronto, mas ele era ruim me machucava, não coloca o nome dele não. Não quero que fique aí. Casei novamente, dessa vez meu cumpade que sempre tive muito apresso me apresentou, eu não queria, mais ele disse que o amigo dele era bom e cuidaria de mim e de meu filho, mai não tenho o que falar de bom de casamento não. Se não fosse o meu trabalho, a força de minhas mão tudo alejada, tinha morrido de fome. Sustentei meus treis fios carregando lavage de porco, comprando galinha viva, matando e vendendo, vendendo batata do roçado, construí minha casa com essas mãos e hoje to alejada, mas meus fio tão tudo com suas casas graças a Deus. Hoje as muié trabalha na sombra e na água fresca. Me acordava 5 da manhã na chuva para tirar leite da vaca e quando não tinha água andava umas treis légua a pé coma trocha na cabeça pra lavar e o marido nunca ajudou e tinha carro, viu e eu grávida da fia dele e nunca ajudou nada. Hoje as muié tem seu direito, quebra cabeça sofre mai tem o seu certo, não é nunca como no meu tempo que ia simbora com uma enxada limpar mato no meio da perna, os trabaio das mulé é uma beleza, tem boas amizade, bons cunhecimento se o trabaio tá ruim vai de mansinho e arruma outro mio e mais faci que a classe das muié não se dá uma mulé por treis homem, que as muié trabalha por treis homem, nós trabaiava tudinho, todo mundo levanta toma seu café e vai trabaiá. Meio dia volta almoça e vai trabaiá de bucho cheio. Hoje me vejo assim, alejada, a feira é meu passatempo daqui consegui minha casinha de aluguel e consegui que mias fia tudo trabalhasse num fosse pesada a marido de nada. Hoje não querem vir comigo para a feira. Todas tem seu dinheiro sua independência. Na feira de Caruaru vendi galinha abatida, cama, mês e banho, Tive barraca de comida e jeans,

	costurei muito, comprei muito pano. Queria ter estudado mai ser professora não, nunca tive essa vontade de pelejar para muita gente. Na primeira eleição de Getúlio Vargas eu votei, meu pai aumentou a minha idade um ano a mais para tirar o título e eu votei. Ele fez tudo que ninguém tinha feito, não tinha essa roubalheira. Crescemos tudo honesto, tudo trabalhador, meu pai era honesto, trabalhador, nunca comprava fiado nem vivia pedindo nada a ninguém, se criemo pobre, mai mamãe criava muito, a fava e o algodão agente vendia para vestir e o milho e o feijão agente vendia. A feira hoje acabousse, ninguém ganha mais nada.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Na fala de Maria do Tempo, quando ela se refere a trabalho e sofrimento imediatamente ligamos a duas categorias abordadas na análise das entrevistas: trabalho e Direitos Humanos. A realidade dessa mulher não foi diferente das muitas histórias da população campesina, cujo acesso à educação foi dificultado pela ausência de políticas do Estado Brasileiro. Além disso, os filhos eram criados para ajudar no plantio, ir à escola não era necessário.

Da origem camponesa, da saída do campo para a cidade, do trabalho no plantio ou na comercialização na feira de Caruaru, muitos aspectos podem ser analisados; a relação de Gênero está subentendida, a relação com o tema trabalho também. No entanto, outro tema emerge na fala de Maria do Tempo: a relação de submissão imposta pelo patriarcado, retratada com violência. As relações patriarcais estão em todas as classes sociais, apresentando a hierarquização nas relações sociais com poderes desiguais, que estão em todos os setores, sejam econômicos, políticos. Scott discute que:

> No fim do século XIX e no início do XX o patriarcalismo surgiu como um elo fundamental na construção das ideias evolucionistas; no meio do século XX ele surge como parte basilar das ideias de consolidação das nações ex-coloniais; e no fim do século ele se associa fortemente às ideias feministas. As três ideias - evolucionistas, nacionalistas e feministas - são, de certa maneira, inextricáveis, mas é inegável que, historicamente, as ênfases alternam de um conjunto de ideias para outro, e é esta alternância que permite tanto que se descubra a construção histórica fluída da ideia de patriarcalismo quanto que se identifique as suas permanências, ou a sua invariabilidade. (SCOTT, 2011, p.95)

Discutindo patriarcado, Saffioti (1987) afirma que a dominação masculina tem mais de seis milhões de anos e que uma das formas de observar essa questão é que a tomada de decisões que afetam o povo encontra-se geralmente nas mãos masculinas. No entanto, a autora discute que o campo econômico também apresenta características dessa dominação, e

esse retrato é encontrado no mercado informal. O trabalho representa para Maria do Tempo e para tantas Marias a única possibilidade de sobrevivência para uma mulher advinda das classes populares e camponesas, que estudou apenas dois anos e que com a força de seu trabalho conseguiu possibilitar, além da sua própria sobrevivência, a de seus filhos. Trabalhos de força, informal ou considerados inferiores, como a criação de porcos, a venda de galinha abatida na feira livre, foram as possibilidades de sobrevivência encontradas na época.

O matrimônio arranjado fez parte da realidade dessa mulher, bem como a violência doméstica, questões que fazem parte da frente de luta do movimento feminista, como discutem Alves e Pitanguy (2007). Maria do Tempo fala de seus casamentos descrevendo que no primeiro casamento ocorreu uma separação, e nesse as marcas físicas e o abandono estão presentes no discurso da entrevistada e retratam um pouco da experiência, que por si só já bastaria para uma discussão aprofundada sobre relações de gênero. No segundo casamento, a separação da relação econômica marca uma nova forma de estar em sociedade com um papel independente. Algo que ressalta na fala de Maria do Trabalho é o direito ao voto, afirmando que teve a idade alterada para exercer esse direito e afirmando que Vargas foi um bom presidente, reproduzindo o discurso de que aquele tempo era melhor que hoje, tempo de centralização do estado Brasileiro, de governos fascistas, como discute Scott (2011).

Ainda dialogando com Scott (2011), as mudanças que marcam a história das mulheres estão relacionadas ao acesso à educação e as mudanças no espaço doméstico. O trabalho surge como categoria essencial para a cidadania e para a superação da pobreza, e neste cenário as lutas feministas também ressaltam seu papel dinâmico para o enfrentamento das questões de gênero. O retrato de questões sociais, que passam por um processo crescente de mudanças de cunho positivo rumo à superação, é refletido na quantidade de mulheres com baixa ou nenhuma formação escolar acima dos 35 anos, como percebemos na história de vida de Maria do Tempo. Tal retrato contribui para a inserção das mulheres no mercado informal. Essa Maria enfrentou, sem apoio, a baixa formação escolar, a pobreza, o processo migratório de seus familiares; mulher, mãe, pobre, separada e enfrentou as relações patriarcais para a subsistência e conseguiu prosperar.

Essa Maria fala da evolução dos tempos e o retrato da luta em prol dos direitos, e mesmo na atualidade as mulheres sendo vítimas dos mesmos processos o avanço é histórico, o século XX marca as mudanças sociais das e para as mulheres no Brasil, resultado da luta por igualdade. As possiblidades de garantia de direitos e modificações na inserção da mulher

no mercado de trabalho estão representadas na fala de Maria do Tempo. O retrato do trabalho da mulher na feira de Caruaru também. Essa feirante esteve presente com seu trabalho em várias feiras no Parque 18 de Maio e até antes dele. A história de vida dessa mulher se mistura com a história da feira de Caruaru, assim como a história da feira se mistura com a da cidade de Caruaru, motivo pelo qual consideramos importante registrar nessa pesquisa.

As histórias de vida evidenciam aspectos da trajetória das mulheres que as entrevistas não propiciaram, contribuindo para a reflexão sobre questões não abordadas e que fazem parte da realidade do contexto social estudado. Mas a preocupação com a realidade dessas mulheres é necessária, com o intuito de contemplar as questões de garantia de direitos nesse espaço de comercialização e, acima de tudo, de luta pela subsistência e garantia da dignidade humana. A realidade ultrapassa a teoria, sabemos que nosso trabalho é uma gota em um oceano, mas o recorte que fizemos, se não traz as soluções, pode contribuir para dar visibilidade ao cenário de violações e afirmações de direitos das mulheres feirantes do Agreste de Pernambuco.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta
(Canção "Maria, Maria". Compositor: M. Nascimento/F. Brant)

Durante esse estudo ressaltamos as características históricas que permeiam o universo do trabalho feminino e como esta trajetória está presente no passado e na atualidade. A história do passado e do presente revela o longo processo de afirmação da mulher no trabalho e na sociedade, e ainda enfrentamos na atualidade questões que não foram superadas historicamente. A mulher desde que se inseriu no universo do mercado de trabalho enfrentou preconceito, violações e discriminações, além da divisão sexual do trabalho e a desigualdade que se mantém desde a Revolução Industrial às mulheres feirantes da feira de Caruaru.

Na construção histórica da mulher a ausência de reconhecimento dos seus papéis sociais marcou sua trajetória desde as civilizações antigas até a atualidade. Em movimentos históricos considerados de grande relevância para a busca de direitos, a exemplo da Revolução Francesa, os direitos das mulheres não foram garantidos. Momentos de lutas pelos direitos das mulheres, como a 1ª Convenção para os Direitos das Mulheres na cidade de Nova York em 1848, marcam o processo histórico de lutas em prol de igualdade. Da perseguição às bruxas medievais, as perseguições às feministas na atualidade, as mulheres quanto ao cenário das decisões, seja na família, no trabalho, no mercado enfrentaram e enfrentam violações e secundarização.

Assim, o desenho teórico de caráter marxista foi o elemento central, fio condutor de nossa reflexão que é engendrada de História. Descreve essa história da mulher, saindo do panorama confortável de um estudo histórico voltado para os grandes heróis, mas se aproxima de uma história preocupada com os invisíveis, com os protagonistas silenciados pela opressão de classe, de raça, de gênero, mas que através de uma nova escrita histórica, resgata estes atores do silenciamento e traz suas vozes, suas histórias, sua compreensão. Nesse estudo, a visibilidade feminina é pano de fundo de nossas preocupações. Nós, mulheres, participamos e contribuímos socialmente de várias formas durante toda história, e na atualidade nosso lugar é essencial para desmistificar e pôr luz nas questões que impactam a grande massa de excluídos historicamente, dentre os quais estamos nós, mulheres.

Se somos parte dessa massa de excluídos, que foram silenciados, oprimidos, massificados, e no caso das mulheres dominadas pelo patriarcado, pela violência da força ou da opressão, julgamos fundamental discutir o seguinte problema: o trabalho feminino na feira da Sulanca de Caruaru tem contribuído para a afirmação dos Direitos Humanos das mulheres feirantes?

E assim, após a pesquisa bibliográfica e empírica que apresentamos neste estudo, afirmamos que: o trabalho feminino na Feira da Sulanca de Caruaru, ao mesmo tempo em que viola os direitos humanos das mulheres, também é responsável pela afirmação dos seus direitos humanos. Ou seja: garante e nega seus direitos. O trabalho feminino na feira da Sulanca de Caruaru garante a subsistência de muitas famílias, possibilita a chefia familiar dessa mulher, a independência econômica. Ao mesmo tempo, contribui para violação de Direitos Humanos, fragilizando, constrangendo, limitando o espaço dessas mulheres. Garante o pão, mas viola seus direitos e a sua integridade. Perceber na fala das mulheres feirantes a análise dessa condição e o desejo de superação dessas barreiras serviu de impulso para essa discussão. A contradição é a grande marca dessa relação: ela é contraditória, pois revela a face de duas moedas.

A maior parte das mulheres da feira que estudamos não teve oportunidade de ingressar na escola ou de dar continuidade aos estudos, pelo fato de serem advindas das camadas populares, e o trabalho para a subsistência fez parte de suas vidas desde muito cedo. Não podemos afirmar que sejam muito pobres, pois existem aquelas que ascenderam economicamente. A pobreza é uma marca e o empreendedorismo também, pois associam a obtenção de bens e a ascensão econômica à visão de sucesso associada aos valores burgueses de propriedade de bens móveis e imóveis, principalmente a obtenção da casa própria, automóvel e o usufruto de roupas, sapatos, celulares, etc. A concepção de pessoa bem sucedida passa, então, pela obtenção destes bens.

Identificamos questões relativas à precarização do trabalho feminino não estando obrigatoriamente baseadas na relação de desigualdade de remuneração: as mulheres não ganham menos que os homens, pois o valor é da mercadoria e não da força de trabalho. A relação de produção de mercadorias está envolta por questões recorrentes ao início do século XX no que diz respeito à fabricação de mercadorias e às condições subumanas a que as mulheres eram submetidas nas fábricas. Acreditamos que mesmo as principais características do trabalho nas fábricas sendo diferentes da realidade da feira, as questões referentes à

exclusão, a negação de direitos e a ausência de proteção social não diferem da atualidade das mulheres feirantes, mas é necessário enfatizar que são violações em contextos em que o capitalismo tinha objetivos distintos: no primeiro caso ocorria dentro da industrialização e na atualidade no cenário neoliberal.

Nas entrevistas percebemos a ausência da garantia de direitos, a ausência de proteção social do trabalho da mulher feirante em períodos como gravidez e aleitamento materno, nem políticas de proteção contra o desemprego, na medida em que foi identificado que a feira é a principal fonte de renda para grande parte dessas trabalhadoras e para suas famílias, que recorrem a outras atividades quando a mesma não garante o sustento de sua prole. O trabalho feminino possibilita manutenção econômica e o poder público não garante condições mínimas referentes aos serviços sociais, como citado no artigo 25º da DUDH, e também infringe os artigos 1°, 3°, 5°, 19° e 23º ao passo que esse trabalho viola a dignidade, a segurança pessoal, a liberdade de opressão, mantém tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes e não garante condições equitativas e satisfatórias de vida.

A falta de estrutura, de segurança pública, de formação para os fiscais que coagem, perseguem e tratam com desrespeito as feirantes, independente da forma que comercializem, são aspectos que expressam violação aos direitos de comercializar com dignidade naquele espaço. Essas questões foram afirmadas pelas mulheres tendo em vista as relações cotidianas vivenciadas nesse espaço de comercialização, colocando luz sobre um problema de abandono frente às ações do poder público na feira. Tal panorama marca o desrespeito e a invisibilidade que perpassam as relações de poder na Sulanca. A preocupação central do poder público, depreendida da fala das mulheres, é o recolhimento do imposto cobrado nos dias de feira, e não há nenhuma preocupação com o respeito aos direitos dos feirantes homens ou mulheres que contribuem para o desenvolvimento regional através do seu trabalho.

Não identificamos ações ou políticas que garantam a dignidade humana dos trabalhadores e compradores da feira. Um ponto extremamente negativo é a indefinição de questões como local de venda dos produtos para as feirantes ambulantes, tendo em vista que o comércio na Sulanca dá-se em geral nos bancos de madeira, cobertos com lona ou com telha Brasilit, expõe em demasia as ambulantes e as impossibilitam de estabelecer relações que mantenham a clientela, dificultando a venda. Em determinados períodos do ano, como nos meses de junho e dezembro, o fluxo de comerciantes é maior, e a indefinição do ponto de

comercialização dificulta a organização das vendedoras, significando um empecilho para a comercialização e fidelização de compradores.

Por fim, esta pesquisa confirmou as duas hipóteses levantadas. A primeira: o trabalho da mulher feirante é essencial à organização da feira da Sulanca, no entanto, a precariedade das relações de trabalho, pela informalidade e pela ausência de rede de proteção social, expõe a mulher a variadas situações de vulnerabilidade que incidem em violações de Direitos Humanos. A segunda: apesar das condições adversas de trabalho, da precariedade de rede de proteção social, as mulheres feirantes conquistam com seu trabalho independência diante de questões econômicas, sociais e políticas. Nesse sentido, essa conquista contribui para a afirmação de Direitos Humanos. Assim, analisamos que a contradição está na marca do trabalho feminino desempenhado na feira da Sulanca de Caruaru, ao mesmo tempo em que é emancipador e garante a subsistência, este trabalho tem em sua esteira os elementos de violação na medida em que a condição de feirante corresponde a uma real possibilidade de inserção das mulheres no mercado de trabalho no Agreste de Pernambuco.

O trabalho, que é necessário para sua subsistência e de sua prole, não contribui para que a mulher feirante perceba-se como protagonista no processo econômico de crescimento econômico da cidade, a preocupação é com a feira como um todo e a diminuição do movimento de compradores justificado pela não estrutura que a feira da Sulanca se encontra na atualidade. O espaço da FUNDAC é sem dúvida a pior estrutura de trabalho do Parque 18 de Maio, quando chove a lama dificulta o trânsito de pessoas e a comercialização de produtos. A diferença discrepante que existe na feira da Sulanca entre as localidades da Brasilit e FUNDAC, como também entre as formas de comercialização fixa e ambulante, são fatores que contribuem para relações discriminantes no interior do funcionamento da Sulanca, estabelecendo relações de disputa e disparidade, o que evidencia a falta de um olhar que identifique que aquele espaço é frequentado por seres humanos que necessitam sustentar sua família e trabalhar dignamente, sem violar ou ter os seus Direitos Humanos violados.

A discussão sobre a mudança ou reorganização da feira da Sulanca emergiu durante a pesquisa. Quanto a isso, a justificativa do crescimento no número de trabalhadores da feira é pertinente, a mesma teve ampliada a quantidade de trabalhadores e necessita ser repensada, pois não podemos perder de vista que muitas famílias tiram seu sustento dela e a necessidade de oferecer condições dignas de trabalho é imperativa. No entanto, a discussão sobre valores dos pontos de comercialização (os bancos), que nas feiras modernas se transformam em

boxes, incidem diretamente sobre a vida das mulheres feirantes de baixa renda, que por se encontrarem em situação de maior precariedade, encontrarão mais dificuldades de comprar um banco que oscila entre vinte e sete e trinta mil reais, valores estes da atual proposta que a prefeitura discute. Não se pode esquecer também que as ambulantes não conseguem se fixar em um ponto porque o que obtém de lucro com as vendas realizadas de suas mercadorias não propicia o investimento.

Faz-se necessário oferecer subsídios para a compreensão dessa realidade que marca a vida das pessoas, violando seus direitos, e que as faz passar invisíveis, como se não existissem, mas também para que se possa contribuir com as discussões acerca das condições de trabalho das mulheres, e a criação ou ampliação das políticas públicas que devem ou deveriam constituir a rede de proteção social do trabalho feminino em nosso país e nossa região, visando não apenas à garantia de direitos para as comerciantes como para todas as mulheres que negociam nas muitas feiras do Brasil, a exemplo da feira da Sulanca, que é um microrretrato da realidade que cerca a vida das mulheres feirantes no Brasil, no Nordeste e no Agreste de Pernambuco.

Sabemos que tantas Marias não foram retratadas, que outras realidades podem ser abordadas, tais como a questão da etnia/raça, da sexualidade, da geração de emprego e renda, da saúde, das necessidades especiais, do acesso à educação, do processo migratório, das políticas públicas, mas seriam caminhos impossíveis dado o foco dessa pesquisa, que precisa fazer um recorte da realidade, visando a uma tentativa de aproximação da mesma.

A realidade é que a feira da Sulanca remonta ao patriarcado, área dominada pelo comércio, cujo poder está concentrado no poder econômico, o debate é machista, a invisibilidade feminina demonstra o papel secundário das mulheres no processo de produção, como discute Saffioti (2004). A baixa qualificação, a ausência da previdência social são fatores que colocam em risco a autonomia da mulher. Esse trabalho na feira não proporciona perspectivas futuras, não existe planejamento, a teia de proteção social é ausente, até o momento não existe órgão público voltado para essas trabalhadoras no município visando à garantia de seu trabalho com dignidade e o favorecimento dos seus direitos. Tanto a Prefeitura, Secretaria da Mulher, quanto a secretaria de feiras e mercados, Associação de Sulanqueiros, previdência social não deram visibilidade às graves questões que permeiam o trabalho das feirantes de Caruaru.

A precarização das relações de trabalho da mulher feirante está diretamente ligada à informalidade e a fragilidade da rede de proteção social, que provocam: invisibilidade e vulnerabilidade. Inexiste, ainda, no Agreste de Pernambuco, um aparato de proteção social institucionalmente organizado e as mulheres contam para sua subsistência apenas com seu trabalho e se, por algum motivo, não realizarem seu trabalho, não terão outra fonte de renda para garantir seu sustento. A informalidade é a marca do trabalho das mulheres feirantes. Elas conseguem comercializar suas mercadorias e, a partir desse comércio, pagar impostos semanais de utilização de solo, energia, produzir as mercadorias e sobreviver. Essa informalidade possibilita a sobrevivência frente ao quadro de desemprego e desqualificação profissional. Nesse trabalho as mulheres feirantes necessitam de força, não apenas no sentido de força bruta, mas de determinação, como também apoio do poder público. Nesse cenário é possível identificar mulheres que se sobressaíram economicamente a partir do seu trabalho: pequenas, médias e grandes empresárias, mas a maioria das feirantes não saiu da linha limítrofe da subsistência. Temo consciência de que descortinamos com essa pesquisa elementos importantes para a discussão, mas sabemos também que ainda serão necessários muitos trabalhos que envolvam Ciência, militância e cidadania, em uma articulação que vislumbre mudanças importantes no atual cenário de violações do trabalho da mulher feirante.

REFERÊNCIAS

AGRA, Walber de Moura. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

ALMEIDA, G. A; ZAPATER M.C. Direito a Igualdade e formas de discriminação contra a mulher. In: FERRAZ, C. V. **Manual dos Direitos da Mulher**. São Paulo: Saraiva, 2013.

ANDRADE, Fabiola J. R. de. **O empoderamento da mulher**: um estudo empírico da feira do produtor de Toledo. 2010. 99f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Campus de Toledo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho.** Ensaios sobre afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, A. M. C. Apresentação do dossiê gênero no trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, n 17-18. (2001-2002)

ARAÚJO, Luiz Alberto David. Princípios constitucionais, efetividade e proteção da mulher. In: FERRAZ, C. V. **Manual dos Direitos da Mulher.** São Paulo: Saraiva, 2013.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ÁVILA NETO, Maria Inácia d'. **O autoritarismo e a mulher:** o jogo da dominação macho-fêmea no Brasil. Rio de Janeiro: Artes e Contos, 1994.

ÁVILA, M. B.; FERREIRA,V.; ARANTES, R. (orgs.). **Desenvolvimento, Trabalho E Autonomia Econômica Na Perspectiva Das Mulheres Brasileiras**. Recife: SOS CORPO, 2015.

AZEVEDO, F. F. de; QUEIROZ, T. A. N. As Feiras Livres E Suas (Contra)Racionalidades: Periodização E Tendências a Partir De Natal-Rn-Brasil. **Revista Bibliográfica De Geografía Y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9796. Depósito Legal: B. 21.742-98. Vol. XVIII, n. 1009, 15 de janeiro de 2013 [Serie documental de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana]

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo.** A experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

_____. **O Segundo Sexo.** Fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. São Paulo: Campus, 2004.

BRANCO, Luciana Temer Castelo. O Feminino e o Direito à igualdade: Ações afirmativas e a consolidação da igualdade material. In: FERRAZ, C. V. **Manual dos Direitos da Mulher.** São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. **Direitos Humanos:** atos internacionais e normas correlatas. 4ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

_____. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

CALMON, Pedro. **História da civilização brasileira**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

CAMPOS, C. J. G.; TURATO, E. R. Análise De Conteúdo Em Pesquisas Que Utilizam Metodologia Clínico Qualitativa: Aplicação E Perspectivas. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.17, n. 2, p.259-264, março-abril 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692009000200019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 maio 2016.

CASTILLO MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de**. Marcadas a Ferro. Violência contra a Mulher:** uma visão multidisciplinar. Brasil. Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **Histoire et psychanalyse entre science et fiction**. Rio de Janeiro : Autêntica Editora, 2011.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008

_____. A Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: Evolução e Desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, vol.16, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2003.

CHOERI, Raul Cleber da Silva. **O conceito de identidade e a redesignação social**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher - Convenção de Belém do Pará, 1994. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm>. Acesso em: 13 maio 2016.

CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da Mulher. IN: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M.(orgs.). **Nova História das Mulheres.** São Paulo: Contexto, 2013.

DABHOIWALA, Faramerz. **As origens do sexo:** uma história da primeira revolução sexual. Tradução de Rafael Mantovani. São Paulo: Globo, 2013.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1986.

DANTAS GALDINO, Pachelly Geovany. Feiras no Nordeste. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, vol. 7, n. 13, 2008, pp. 87-101, Universidade Federal do Ceará Fortaleza, Brasil.

DELPRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

DENZIN, Norman K. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre; Artmed, 2006.

DORNELLES, João Ricardo W. **O que são Direitos Humanos?** São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos).

DRUCK, G. FRANCO, T. Trabalho e Precarização Social. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 01, p. 9-13, 2011.

DUARTE, A.T.D; BARROS, A.; BAZANTE, T. M. D**. Gênero em Debate. Dialogando sobre Educação, Inclusão Social e Direitos Humanos**. Recife: Ed. Dos Organizadores, 2014.

EICHENBERG, Rosaura; HUNT, Lynn**. A Invenção dos direitos humanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ENGELS, F. **A transformação do macaco em homem.** Brasil, Global, 1990**.**

ESTEVES, Antonio J**. Metodologias qualitativas, Análise etnográfica e Histórias de vida.** Faculdade de Economia/ Faculdade de Letras (Sociologia) da Universidade do Porto. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4261.pdf >. Acesso em: 13 maio 2016.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. **Planejamento de pesquisa cientifica**. São Paulo: Atlas, 2013.

FRANCO, H. B. Gustavo. A primeira Década republicana. In: ABREU, Paiva (org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

FERRAZ, C. V. **Manual dos Direitos da Mulher**. São Paulo: Saraiva, 2013.

FERREIRA, Josué Euzébio. **Ocupação humana do Agreste Pernambucano:** uma abordagem Antropológica para a história de Caruaru. Caruaru: Ideia, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, Maria Ester de. Especial Mulheres: O século das mulheres. **GV Executivo**, v. 5, n. 2, maio/junho de 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, Hortência de A. **Manual da Metodologia da Pesquisa cientifica**. São Paulo: Avercamp, 2005.

GREMAUD, Amaury P**. Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2011.

GRESLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa:** projetos e relatórios. São Paulo: Loyola, 2004.

GUIMARÃES, I. B. Gênero e Trabalho: desafios da intervenção nas atividades informais. In: ALVES, I.; SCHEFFLER, M. DE L.; VASQUEZ, P. S.; AQUINO, S. (orgs.). **Travessias de gênero na perspectiva feminista.** Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010.

GUIRALDELLI, Reginaldo. Adeus à divisão sexual do trabalho? Desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção. **Soc. Estado**, v. 27, n. 3, Brasília, setembro/dezembro de 2012.

HIRATA, Helena. Tempo Social. **Revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1, São Paulo, 2014.

_____. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 01, p. 15-22, 2011.

_____; SEGNINI, Liliana. **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.

HOBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

_____. **A Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HUBERMAN, Léo. **História da riqueza do Homem.** Do feudalismo ao século XXI. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

HUNT, Lynn. **A invenção dos Direitos Humanos**; uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IBGE. **Mulher no mercado de trabalho**: perguntas e respostas. Pesquisa Mensal de Emprego – PME. Dia Internacional da Mulher, 08 de março de 2012.

_____. **Atlas do censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

KAUARK, Fabiana (org.). **Metodologia da pesquisa**: guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LAKATOS, Eva Maria (org.). **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LA RIVA, Marta Caballo. **Género y desarollo.** El caminho hacia la equidade. Madri: Catarata, 2006.

LIMA, Ângela M.S. **As faces da subcontratação do trabalho**: um estudo com trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte e região. 357f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

LIMA, Juliana R. V. **Impacto de Alterações no Mercado de Trabalho Sobre a Relação entre Contribuintes e Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social**. 2011. 144f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

LIMA JÚNIOR, Jaime Benvenuto (org.). **Direitos Humanos Econômicos Sociais e Culturais**. Recife: Plataforma Interamericana De Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento, 2004.

LISBOA, Tereza Kleba. **O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais**. In: Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. SC, 2008.

LISLY, Andrea . **História e gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LOWY, Ilana. A ciência como trabalho: as contribuições de uma história das ciências feministas. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (orgs.). **Organização, Trabalho e Gênero**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**, 2 [recurso eletrônico]. Tradução Nélio Schneider, Ivo Tonet , Ronaldo Vielmi Fortes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARQUES, Fabiola. A mulher e o direito ao trabalho e ao emprego em igualdade de condições com o homem. In FERRAZ, C. V. **Manual dos Direitos da Mulher**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MARTINS, H. H. T. D. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n.2, p.289-300, maio/agosto de 2004.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Coordenação e revisão de Paul Singer. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MICHELET, Jules. **A mulher**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2006.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIRANDA, Marcelo. **Magistério Masculino**: (Re) Despertar Tardio da Docência. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MOHMARI, Mara. **O que é a história da sociedade humana**. São Paulo: Global editora, 1985.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. **A construção jurídica das relações de gênero no processo de codificação civil no Brasil.**. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos fundamentais**: teoria geral, comentários aos arts.1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. 9ed.São Paulo: Atlas, 2011.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote**: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 2004.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. *Declaração sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho*. Brasília: OIT, 1998. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/english/standards/declaration/declaration_portuguese.pdf>. Acesso em: 13 maio 2016.

_____. **Tendências mundiais do emprego das mulheres**. Documento online. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/tend%C3%AAncias-mundiais-do-emprego-das-mulheres>. Acesso em: 13 maio 2016.

OLESEN, V. L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, Norman K. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre; Artmed, 2006.

OLIVEIRA, Carlos R. **História do Trabalho**. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, Eleonora M. **A mulher, sexualidade e o trabalho.** São Paulo: CUT, 1999.

PERROT, Michelle. **História da vida privada, 4** : da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. **Minha história das mulheres**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PIOVESAN, Flavia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 3ed. São Paulo: Max Limonad, 1997.

PRODANOV, Cleber Cristiano (org). **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] : métodos técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUÉTEL, Claude. **As mulheres na Guerra. 1939-1945**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 – 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, Sergio C. A proteção da mulher no regime previdenciário. In: FERRAZ, C. V. **Manual dos Direitos da Mulher**. São Paulo: Saraiva, 2013.

Revista da Faculdade de Educação, Ano X, n. 17, Jan./Jun. 2012.

RUBIN, Gayle S. **Pensando o Sexo**: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes. Disponível em: <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/gaylerubin.pdf>. Acesso em: 09 julho 2014.

SÁ, Marcio. **Feirantes**: Quem são e como administram seus negócios. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **A Mulher na Sociedade de Classes**. **Mito e realidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Geórgia Patrícia G. dos S. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. **Revista Pro-Posições**, UNICAMP, v. 19, n. 2 (56), maio/agosto de 2008.

SAVTCHENKO, P. **O que é trabalho?** Moscovo: Edições Progresso, 1987.

SCHUMAHER, Schuma; BRASIL, Érico Vital. **Dicionário das Mulheres no Brasil de 1500 até a atualidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCOTT, Joan. **Gênero**: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica. 1989. Documento online. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 13 maio 2016.

_____. História das Mulheres. In BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**. Novas Perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

SCOTT, Parry**. Famílias brasileiras**: poderes, desigualdades e solidariedades. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. (Série Família e Gênero, n.14).

SILVA, Grasiela O. S. da. **A construção Social de identidade de jovens na feira livre do município de Simão Dias- SE**. 144f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2010.

SILVA, J. G. A. Feira de Mulheres: Um estudo sobre o papel desempenhado pelas mulheres na feira da Sulanca de Caruaru-PE. In: **Congreso Internacional Rosario**: Profundizando La Democracia Como Forma de Vida. Rosario, 2010.

SILVA. Luciana P. **Educação e trabalho feminino no Estado de São Paulo (1940-1960)**. 161f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SOUZA, Itamar de. A Mulher e a Revolução Francesa: participação e frustração. **Revista da FARN**, Natal, v. 2, n. 2, p.111-124, janeiro/julho de 2003. Disponível em : <http://www.revistaunirn.inf.br/revistaunirn/index.php/revistaunirn/article/view/81/93>. Acesso em: 13 maio 2016.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da S. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Rev Esc Enferm USP**, São Paulo , v. 37, n. 2, p. 119-126, junho de 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342003000200014&lng=en&nrm=iso>. Accesso em: 13 maio 2016.

STUDART, Heloneida. **Mulher objeto de cama e mesa**. Petrópolis: Vozes, 1974.

SZANIAWSKI, Elimar. **Limites e possibilidades do direito de redesignação do estado sexual**: estudo sobre o transexualismo: aspectos médicos e jurídicos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

THERBORN, Goran. **Sexo e poder**: a família no mundo, 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.

TOURAINE, Alain. **O mundo das mulheres**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2011.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Espaço urbano e cidadania feminina no Paraná na virada do século.** Revista História Questões & Debates, ano 16, n. 30, janeiro/junho de 1999, Curitiba.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2013.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Vindicacion de los derechos de la mujer**. Madrid: Debate editorial, 1998.

ANEXOS

ANEXO I

Música: Maria Sulanqueira- Valdir Santos.

Que hora e essa, quase duas da manhã

Que hora e essa, quase duas da manhã

Pra onde tu vai Maria (biz)

Vou pra feira da sulanca

Balança as ancas, bota as malas na cabeça

Faz de tudo e não se esquece

Da garrafa de café

Cadê seu carro...oxente sê tá maluco

Empresário e quem tem carro

Sulanqueiro vai a pé

Que hora e essa, quase duas da manhã (biz)

Pra onde tu vai Maria (biz)

Vou pra feira da sulanca

Deusa da noite, rainha da madrugada

Corre, corre na calçada pra arrumar um bom lugar

Já descolou o leite da molecada

De buchechinha rosada todo mundo vai ficar.

ANEXO II

Música: A Feira de Caruaru

Compositor Onildo Almeida/ Cantor Luiz Gonzaga Feira de Caruaru,

Faz gosto a gente vê.
De tudo que há no mundo,
Nela tem pra vendê,
Na feira de Caruaru.

Tem massa de mandioca,
Batata assada, tem ovo cru,
Banana, laranja, manga,
Batata, doce, queijo e caju,
Cenoura, jabuticaba,
Guiné, galinha, pato e peru,
Tem bode, carneiro, porco
Se duvidá... inté cururu.

Tem cesto, balaio, corda,
Tamanco, gréia, tem cuêi-tatu,
Tem fumo, tem tabaqueiro,
Feito de chifre de boi zebu,
Caneco acuvitêro,
Penêra boa e mé de uruçú,
Tem carça de arvorada,
Que é pra matuto não andá nú.
Tem rêde, tem balieira,
Mode minino caçá nambu,
Maxixe, cebola verde,
Tomate, cuento, couve e chuchu,
Armoço feito nas torda,
Pirão mixido que nem angu,
Mubia de tamburête,
Feita do tronco do mulungú.

Tem loiça, tem ferro véio,
Sorvete de raspa que faz jaú,
Gelada, cardo de cana,
Fruta de paima e mandacaru.
Bunecos de Vitalino,
Que são cunhecidos inté no Sul,
De tudo que há no mundo,
Tem na Feira de Caruaru.

ANEXO III

Feira de Mangaió

Composição Glorinha Gadelha e Sivuca /Cantora Clara Nunes

Fumo de rolo arreio de cangalha
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
Bolo de milho broa e cocada
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
Pé de moleque, alecrim, canela
Moleque sai daqui me deixa trabalhar
E Zé saiu correndo pra feira de pássaros
E foi passo-voando pra todo lugar

Tinha uma vendinha no canto da rua
Onde o mangaieiro ia se animar
Tomar uma bicada com lambu assado
E olhar pra Maria do Joá (2x)

Cabresto de cavalo e rabichola
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
Farinha rapadura e graviola
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
Pavio de cadeeiro panela de barro
Menino vou me embora
Tenho que voltar
Xaxar o meu roçado
Que nem boi de carro
Alpargata de arrasto não quer me levar
Porque tem um Sanfoneiro no canto da rua
Fazendo floreio pra gente dançar
Tem Zefa de purcina fazendo renda
E o ronco do fole sem parar (2x)
Eiii forró da mulestia..

Fumo de rolo arreio de cangalha
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
Bolo de milho broa e cocada
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
Pé de moleque, alecrim, canela
Moleque sai daqui me deixa trabalhar
E Zé saiu correndo pra feira de pássaros
E foi passo-voando pra todo lugar

Tinha uma vendinha no canto da rua
Onde o mangaieiro ia se animar
Tomar uma bicada com lambu assado
E olhar pra Maria do Joá

Mais é que tem um Sanfoneiro no canto da rua
Fazendo floreio pra gente dançar
Tem Zefa de purcina fazendo renda
E o ronco do fole sem parar

Eitaa Sanfoneiro da gota serena...

ANEXO IV

Pesquisa realizada pelo IBGE.

Tabela 2 - Indicadores de condição de atividade e de ocupação, na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo o sexo - 1992/2006													
Brasil													
Sexo	Indicadores de condição de atividade e de ocupação, na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)												
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Taxa de atividade													
Total	61,5	61,1	61,3	59,2	60,1	60,2	61,0	60,5	61,3	61,4	61,8	62,8	62,3
Homens	76,6	76,0	75,3	73,2	73,9	73,6	73,7	72,8	73,2	72,8	73,0	73,4	72,7
Mulheres	47,2	47,0	48,1	46,0	47,2	47,5	48,9	48,9	50,3	50,7	51,5	52,9	52,6
Nivel da ocupação													
Total	57,5	57,3	57,6	55,1	55,4	54,8	55,1	54,8	55,7	55,4	56,3	56,8	57,0
Homens	72,4	71,9	71,3	69,0	69,2	68,3	67,9	67,4	67,8	67,2	67,9	68,1	68,0
Mulheres	43,4	43,5	44,6	41,9	42,5	42,0	43,0	43,1	44,4	44,4	45,5	46,4	46,8
Nivel da desocupação													
Total	4,0	3,8	3,7	4,1	4,7	5,4	5,9	5,7	5,6	6,0	5,6	5,9	5,3
Homens	4,3	4,1	4,0	4,2	4,7	5,3	5,8	5,5	5,4	5,7	5,1	5,3	4,7
Mulheres	3,8	3,5	3,5	4,1	4,7	5,5	5,9	5,8	5,8	6,2	6,1	6,5	5,8
Taxa de ocupação													
Total	93,5	93,8	93,9	93,0	92,2	91,0	90,4	90,6	90,8	90,3	91,0	90,6	91,5
Homens	94,4	94,6	94,7	94,3	93,6	92,8	92,1	92,5	92,6	92,2	93,1	92,8	93,5
Mulheres	92,0	92,6	92,7	91,2	90,0	88,4	87,9	88,1	88,4	87,7	88,2	87,7	88,9
Taxa de desocupação													
Total	6,5	6,2	6,1	7,0	7,8	9,0	9,6	9,4	9,2	9,7	9,0	9,4	8,5
Homens	5,6	5,4	5,3	5,7	6,4	7,2	7,9	7,5	7,4	7,8	6,9	7,2	6,5
Mulheres	8,0	7,4	7,3	8,8	10,0	11,6	12,1	11,9	11,6	12,3	11,8	12,3	11,1
Distribuição das pessoas em idade ativa													
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	48,6	48,6	48,5	48,4	48,5	48,5	48,4	48,2	48,2	48,3	48,1	48,2	48,1
Mulheres	51,4	51,4	51,5	51,6	51,5	51,5	51,6	51,8	51,8	51,7	51,9	51,8	51,9
Distribuição das pessoas economicamente ativa													
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	60,6	60,4	59,6	59,9	59,6	59,3	58,6	58,1	57,5	57,3	56,7	56,4	56,2
Mulheres	39,4	39,6	40,4	40,1	40,4	40,7	41,4	41,9	42,5	42,7	43,3	43,6	43,8
Distribuição das pessoas ocupadas													
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	61,2	61,0	60,1	60,7	60,5	60,5	59,7	59,3	58,7	58,5	58,1	57,8	57,4
Mulheres	38,8	39,0	39,9	39,3	39,5	39,5	40,3	40,7	41,3	41,5	41,9	42,2	42,6
Distribuição das pessoas desocupadas													
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	51,5	52,5	51,6	49,2	48,5	47,7	48,0	46,8	46,3	46,0	43,5	43,1	42,8
Mulheres	48,5	47,5	48,4	50,8	51,5	52,3	52,0	53,2	53,7	54,0	56,5	56,9	57,2
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.													
Nota: Exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.													

ANEXO IV
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
MESTRADO EM DIREITOS HUMANOS

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.

TRABALHO

1. Como você iniciou a vida de feirante?

2. Há quanto tempo trabalha com a Sulanca e como começou a sua vida de feirante no Parque 18 de Maio?

3. Antes de trabalhar na feira da Sulanca, qual era a sua ocupação/ profissão?

4. Na sua família existem ou existiram outras pessoas feirantes? Se a resposta for positiva em que feira comercializa ou comercializava e qual o grau de parentesco?

5. Quanto ao sustento de sua casa e família, você é a única responsável ou divide essa responsabilidade com cônjuge, filho, parente?

6. O rendimento que o comércio na feira da Sulanca lhe proporciona garante a subsistência sua e de sua família ou você tem outras atividades que geram renda extra da feira da Sulanca de Caruaru?

7. Quais as razões que lhe fizeram trabalhar neste espaço de comércio ?

8. Em sua opinião quais as dificuldades para a mulher feirante na feira da Sulanca?

GÊNERO

9. Você acredita que o trabalho da feirante mulher é diferente do feirante homem? Em caso positivo, explique as diferenças.

10. As mulheres enfrentam maiores dificuldades para comercializar na feira da Sulanca do que os homens? Em positivo, quais?

11. Que conselhos você daria a uma mulher que vai iniciar o trabalho na feira da Sulanca? Que conselho você daria a um homem?

12. Quais as vantagens em trabalhar na feira da Sulanca de Caruaru?

13. Você acredita que na feira da Sulanca de Caruaru tem mais feirantes mulheres ou homens, justifique sua resposta?

14. Você se sente realizada como trabalhadora na condição de feirante?

15. Você já pensou em mudar de profissão, desistir de ser feirante? Por quê?

16. Você é membro da associação dos sulanqueiros? A associação ajudou em algum momento aos feirantes e a você? Como?

17. Como você adquiriu o banco e o ponto de vendas? (Para as não ambulantes).

DIREITOS HUMANOS

18. As condições de infraestrutura da feira da Sulanca: locais dos bancos, iluminação, segurança são suficientes para a mulher feirante trabalhar com tranquilidade? Em caso negativo quais as condições que dificultam esse trabalho?

19. Quantas horas de trabalho, em média, você gasta antes, durante e depois do dia de funcionamento da feira da Sulanca de Caruaru para concluir as atividades referentes a esse trabalho?

20. Você tem filhos? Quantos? E qual a idade deles? Relocar no inicio do roteiro com as perguntas objetivas (lembrando que vem primeiro as perguntas objetivas e depois as subjetivas)

21. Caso a pergunta anterior seja positiva. Com quem e em que lugar seus filhos ficam para você trabalhar?

22. Em algum momento já os trouxe para a feira da Sulanca para comercializar com você por não ter com quem deixa-los? Quais são as vantagens e desvantagens? Como sentiu em trazer seus filhos para trabalhar com você?

23. Para comercializar na feira da Sulanca, fizeste algum curso de capacitação, formação profissional? Se sim, em que instituição, teve algum apoio de órgão público, qual, ou foi por sua conta?

24. A prefeitura municipal de Caruaru lhe presta algum acompanhamento com relação ao trabalho exercido na feira da Sulanca de Caruaru? Em caso positivo como acontece?

25. Você paga algum tipo de imposto para comercializar na feira da Sulanca? Em caso positivo quais? Você acha justo, a cobrança desse imposto? Como ele deveria ser aplicado?

26. Você percebe que existem investimentos por parte da Prefeitura na feira da Sulanca? Se positivo de que forma percebe esses investimentos?

27. Você paga previdência social? Por quê?

28. Você é cadastrada na Secretaria municipal de Feiras e Mercados?

29. Você considera que o comércio na feira da Sulanca de Caruaru lhe garante direitos essenciais a sua vida e da sua família? Explique – onde encaixar talvez nos aspectos positivos e ou negativos.

30. Em contrapartida, existem direitos que acredita ter que o trabalho de feirante não garante? Quais?

31. Em algum momento você se sente ou sentiu em condição fragilizada nesse espaço onde a feira da Sulanca acontece ou até mesmo no percurso para o Parque 18 de Maio?

32. Como você traz as mercadorias para a feira?

33. Caso você fique impossibilitada de comercializar na feira da Sulanca de Caruaru como será o sustento seu e de sua família?

34. Você adquiriu algum bem com o seu trabalho na feira da Sulanca de Caruaru? Quais?

35. Sobre o trabalho na feira da Sulanca de Caruaru, existe algo que gostaria de dizer que não lhe foi perguntado?

ANEXO VI
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
MESTRADO EM DIREITOS HUMANOS

TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: **"PRA ONDE TU VAI MARIA? VOU PRA FEIRA DA SULANCA": UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO FEMININO NA FEIRA DA SULANCA DE CARUARU-PE**.

Pesquisadora responsável: Juliana Gouveia Alves da Silva.

Instituição/Departamento de origem da pesquisadora: UFPE- Centro de Artes e Comunicação-CAC.

Telefone para contato: 81 96488801

E-mail: julianagouveia24@hotmail.com

A pesquisadora do projeto acima identificado assume o compromisso de:

- Preservar o sigilo e a privacidade dos voluntários cujos dados (informações de prontuários e/ou materiais biológicos) serão estudados;
- Assegurar que as informações e/ou materiais biológicos serão utilizados, única e exclusivamente, para a execução do projeto em questão;
- Assegurar que os resultados da pesquisa somente serão divulgados de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o voluntário da pesquisa.

A pesquisadora declara que os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos, filmagens, etc.), ficarão armazenados em (pastas de arquivo de computador pessoal), sob a responsabilidade de pesquisadora.

Recife,___de_____ de_____

_____

Juliana Gouveia Alves da Silva.

Assinatura da pesquisadora responsável.

ANEXO VII
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAC- CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
MESTRADO EM DIREITOS HUMANOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução 466/12)

Convidamos a Srª para participar como voluntária (a) da pesquisa **"PRA ONDE TU VAI MARIA? VOU PRA FEIRA DA SULANCA": UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO FEMININO NA FEIRA DA SULANCA DE CARUARU-PE**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Juliana Gouveia Alves da Silva, residente na rua Alferes Jorge, 668, Indianópolis, Caruaru 55024-130– telefone 8198417407- e e-mail julianagouveia24@hotmail.com . E está sob a orientação de: Ana Maria de Barros, Telefone: (81997437633), e-mail (anamaria.ufpe@yahoo.com) e coorientação de Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda, telefone – 997403474, e-mail (mm.marcelohenrique@yahoo.com).

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensível, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Caso não concorde não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- Esta pesquisa visa verificar as garantias e violações de Direitos Humanos para as trabalhadoras da Feira da Sulanca de Caruaru. Os procedimentos de coleta de dados serão entrevistas, questionários, pesquisa bibliográfica e documental.

- O período de participação da voluntária na pesquisa dar-se a em no máximo dois encontros, durante o funcionamento da feira da Sulanca em seu dia e horário de funcionamento.

- Por reconhecermos a subjetividade e particularidade de cada sujeito é que entendemos que a pesquisa pode acometer alguma integridade emocional em cada ou alguma mulher, para isso explicaremos os objetivos e o intuito da pesquisa e perguntaremos se ela aceita participar da mesma, a abertura para a disponibilidade ou não de sua participação já que é voluntária e da possibilidade de desistência se em algum momento não se sentir confortável em responder as perguntas ou em participar da entrevista, na medida em que toda pesquisa possui riscos.

- Assim os riscos diretos para o voluntário como prejuízo, desconforto, constrangimento, que podem ser provocados pela pesquisa, estes podem ser amenizados, com a entrevista individual, além de que se alguma pergunta lhe trouxer lembranças de violação ou vulnerabilidade à pesquisa será interrompida. As voluntárias serão informadas sobre os objetivos da pesquisa e do que a mesma trata e da importância desta, além da possibilidade de participar e de desistir a qualquer momento, caso desejem. As entrevistas serão feitas individualmente pra evitar constrangimento. E em caso de alguma indenização por danos ficará a cargo da pesquisadora.

- Em contrapartida acreditamos que essa pesquisa pode proporcionar uma visibilidade para as questões que permeiam o cotidiano de trabalho das mulheres feirantes, contribuir para a melhoria da condição de trabalho no espaço da Feira da Sulanca, e no desenvolvimento de politicas públicas que atendam as mulheres em suas necessidades de trabalhadoras, mães e mulheres. Assim os benefícios diretos e indiretos para os voluntários são o conhecimento das dificuldades enfrentadas por essas trabalhadoras, possibilitando o desenvolvimento de politicas públicas para melhoria da qualidade de trabalho para essas feirantes.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos, filmagens, etc), ficarão armazenados em (pastas de arquivo de computador pessoal), sob a responsabilidade do (pesquisador e do Orientador), no endereço (acima informado ou colocar o endereço do local), pelo período de no mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).

_____

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIA

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo _____(colocar o nome completo da pesquisa)_____, como voluntário (a). Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora sobre a pesquisa,

os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

Local e data _____

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

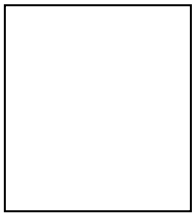
Nome:_____

Assinatura:_____

Nome:_____

Assinatura:_____

Impressão digital (se necessário):



ANEXO VIII

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAC- CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PÓS- GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
MESTRADO EM DIREITOS HUMANOS

SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE CARTA DE ANUÊNCIA

Solicitamos a dispensa da carta de anuência para das inicio a pesquisa do projeto intitulado: "PRA ONDE TU VAI MARIA? VOU PRA FEIRA DA SULANCA": UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO FEMININO NA FEIRA DA SULANCA DE CARUARU-PE" que tem como pesquisadora Juliana Gouveia Alves da Silva que está sob a orientação da Profª Drª Ana Maria de Barros, e coorientação do Prof. Dr. Marcelo Henrique Gustavo de Miranda cujo objetivo é compreender o trabalho feminino na feira da Sulanca de Caruaru e sua relação com a afirmação dos Direitos Humanos, pois até o momento não identificamos um órgão ou instituição que essas mulheres estejam vinculadas.

É necessário que para o cumprimento dessa carta a pesquisadora siga a resolução 466/2012 com o intuito de preservar o sigilo das informações das pessoas envolvidas na pesquisa e que a divulgação apenas ocorra em eventos ou publicações cientificas

Antes de iniciar as pesquisas a pesquisadora terá que apresentar a esta instituição o parecer devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos, credenciado ao sistema CEP/ CONEP.

Recife, , de 2015

_____

Juliana Gouveia Alves da Silva.